



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

CAUÊ VIEIRA MORGADO

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: Ações, reivindicações e estratégias

Belém-PA
2014

CAUÊ VIEIRA MORGADO

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: Ações, reivindicações e estratégias

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, para obtenção de título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Orientador: Josep Pont Vidal.

Belém-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Morgado, Cauê Vieira

Movimento Xingu Vivo Para Sempre: ações, reivindicações e estratégias / Cauê Vieira Morgado; Orientador, Josep Pont Vidal. – 2013.

193 f.: il. ; 29 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

1. Movimentos sociais. 2. Redes Sociais. 3. Usinas hidrelétricas. 3. Amazônia. I. Vidal, Josep Pont, orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 303.409811

CAUÊ VIEIRA MORGADO

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: Ações, reivindicações e estratégias

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará para obtenção de título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em: 10/01/2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Josep Pont Vidal
Orientador - NAEA/UFPA

Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Milton Cordeiro Farias Filho
Examinador externo – PPAD/UNAMA

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são direcionados às experiências acadêmicas, políticas e afetivas vividas ao longo dos últimos três anos, as quais contribuíram para reforçar posicionamentos sobre as lutas sociais dos povos da Amazônia e o quanto pretendo me inserir neste processo. Este trabalho que apresento é fortemente influenciado por essas experiências e agradeço a todos que contribuíram para que ele se concretizasse.

Ao professor Josep Vidal, pela orientação e inclusão nos debates e grupos de pesquisa dos quais fazia parte, bem como pela compreensão em momentos conturbados da produção da dissertação.

À Selma Jorge, pela contribuição para o entendimento do longo caminho que é a vida adulta.

Aos colegas da turma 2011 do PLADES, pela convivência, força e auxílio mútuo no primeiro ano de mestrado, especialmente nas pessoas de Daiane e Fernando.

Aos colegas que conheci na sala 207 do NAEA, especialmente Adrian, Dalton e Fabíola, pelas conversas vespertinas, trabalho em conjunto e incentivo para que continuasse na vida acadêmica.

Ao Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre, nas pessoas de Dion, Maurício e Marquinho, por terem me proporcionado os primeiros contatos políticos e afetivos com a luta contra Belo Monte, através de manifestações e reuniões.

À Ana Laíde, Roberta Amanajás e Lunaé, pela convivência em Altamira, troca de experiências de vida e diálogos que nos aproximaram.

À Antônia Melo e Elena pela permissão de adentrar o cotidiano do MXVPS, bem como pelo acolhimento em Altamira, aprendizado de vida e por servirem de inspiração para as lutas cotidianas que os amazônidas enfrentam em defesa dos rios e de todos que deles dependem.

À dona Altamira, seu Josival e Ricardo, pelo acolhimento instantâneo, carinho e por me fazerem sentir pela primeira vez em minha vida o gostinho e o aconchego de uma “casa de vó”.

À Sabrina Nascimento e Lorena de Lima, pelo incentivo e pelos conselhos no momento mais difícil da produção desta dissertação, pelas demonstrações de estima e amizade, que foram marcantes pra mim.

Aos primos Igor e Paulo, que, mais do que familiares, são amigos com os quais convivo desde os primeiros anos de infância, passados nas praias de Mosqueiro.

Aos amigos Elder, Letícia, Lorena, Luana, Juan, David, Allan, Luiz, André, Gabriel e Fernando, que fiz no Bloco B, nas ruas, nos bares e nas pistas da cidade, ao longo dos últimos oito anos, agradeço pela convivência, diálogos, afeto, compreensão e por contribuírem para o que sou.

Agradeço especialmente à Larissa Quequê Saud, minha companheira, namorada e amiga, pelos mais de dois anos de amor, amizade, companheirismo, discussões e vivência política conjunta que me fizeram valorizar a vida, as pessoas, o mundo. Agradeço também pelo incentivo para prosseguir na carreira docente.

À minha irmã, meu pai e minha mãe, por serem minha família e me fazerem enxergar um viés positivo nessa palavra. Pelo carinho, auxílio mútuo, amizade, diálogo, debates políticos acalorados e criticidade, que presencio, sem censura, desde a mais tenra idade, e que contribuíram para que eu não naturalizasse a sociedade em que vivemos, enxergando sempre a possibilidade de mudança e nos inserindo como atores desse processo.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação desenvolve uma análise sobre um movimento social denominado *Movimento Xingu Vivo Para Sempre*, observado com base em suas ações e nas dos atores sociais que o integram. Como metodologia utilizamos o estudo de caso e como técnicas metodológicas para atingir nosso objetivo, optamos pelas entrevistas semi-estruturadas e observação-participante. A principal categoria analítica são os movimentos sociais, que analisamos sob a ótica dos *Novos Movimentos Sociais*, tendo por base autoras como Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren. Além disso, utilizamos alguns conceitos, como: *redes de movimentos sociais* e *estrutura de oportunidades*, sendo o último desenvolvido por Tarrow. O objetivo principal foi produzir uma análise sobre o *Movimento Xingu Vivo Para Sempre*, a partir de suas ações, estratégias e reivindicações, atentando para a *estrutura de oportunidades* na qual esse processo ocorre. Como objetivos específicos tivemos: reflexão sobre a dinâmica do movimento social estudado a partir de sua história; análise da composição do movimento e sua forma de organização; e análise da relação entre o movimento e os vários segmentos sociais atingidos pela UHE Belo Monte; análise da relação entre o movimento e os distintos setores e instituições estatais. Ficou evidenciado em nossa pesquisa que o *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* é uma rede de movimentos sociais que sofreu diversas transformações, com destaque para o rompimento e a saída da maior parte das entidades integrantes da rede em 2009. A histórica fragilidade institucional da região, que se reflete na carência de serviços públicos, contribui para a legitimação do movimento na condição de um canal de denúncias e contraposição. Todavia, mais do que apresentar um projeto de desenvolvimento alternativo, o movimento atua em uma conduta defensiva contra a construção de barragens na bacia do rio Xingu e Amazônia como um todo, através de outra rede denominada *Aliança dos Rios Pan-amazônicos*. Constatamos também que a relação com os distintos grupos sociais atingidos é prejudicada pela criminalização empreendida contra o movimento, bem como pelo pequeno número de militantes que o integram, desde as transformações ocorridas a partir de 2009. Por fim, analisamos que, não obstante a oposição frontal ao executivo, o movimento tem articulações em outras esferas estatais, especialmente no judiciário, com destaque para a Defensoria Pública do Pará e o Ministério Público Federal.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Redes de Movimentos Sociais. Hidrelétricas. Amazônia. Belo Monte.

ABSTRACT

This dissertation carries out an analysis on a social movement known as Movimento Xingu Vivo Para Sempre, observed from its actions and social actors that composed it. The methodology used is the case study and as methodology techniques to achieve our goal, we chose the semi -structured interviews and participant observation . The main analytical category are the social movements, which reviewed about the optics of **the New Social Movements** (?), from authors such as Gloria Gohn and Ilse Scherer - Warren . Furthermore, we use some concepts, such as: networks of social movements and opportunity structure, the latter being developed by Tarrow .The main objective was to provide an analysis of the Movimento Xingu Vivo Para Sempre, from their actions, strategies and claims, having regard to the opportunity structure in which this process occurs. The specific objectives we had: A reflection on the dynamics of the social movement studied from its history, analysis of the movement's composition and its form of organization, analysis of the relationship between the movement and the various social segments affected by Belo Monte HPP; analysis of the relationship between the movement and the different political and state institutions. It became clear in our research that the Movimento Xingu Vivo Para Sempre is a network of social movements that has undergone various transformations, especially the rupture and departure of most member entities of the network in 2009.The historical institutional frailty of the region, which is reflected in the lack of public services, contributes to the legitimacy of the movement as a channel for denunciation and opposition . However, rather than present an alternative development project , the movement operates in a defensive manner against the construction of dams on the basin of the Xingu river and the Amazon as a whole, through another network called Aliança dos Rios Pan-amazônicos. We also note that the relationship with the different social groups affected is impaired by the criminalization waged against the movement, as well as the small number of militants that integrate it, since the changes occurred from 2009. Lastly, we analyze that, despite the head-on opposition to the executive, the movement has articulations in other state sectors, especially in the judiciary, with emphasis on the Public Defender's Office of Pará and the Public Prosecution Service.

Keywords: Social Movements. Networks of Social Movements. Hydroelectric Power Stations.Amazon. Belo Monte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Fronteira hidrelétrica na Amazônia.....	57
Mapa 2 -	Projeto atual de Belo Monte.....	59
Fluxograma 1-	Caracterização atual dos integrantes do MXVPS.....	71
Figura 1 -	Twitter oficial do Xingu Vivo.....	91
Figura 2 -	Página oficial no facebook do Xingu Vivo.....	92
Figura 3 -	Página inicial do site do MXVPS.....	93
Figura 4 -	Twitter do MXVPS divulga documentos sobre a obra.....	93
Figura 5 -	MXVPS tira dúvidas online no facebook.....	94
Figura 6 -	Divulgação do Chat Xingu Vivo no site.....	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Vista superior da Hidrelétrica de Tucuruí.....	55
Fotografia 2 -	Índios Munduruku durante protesto em Altamira contra a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.....	58
Fotografia 3 -	I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.....	60
Fotografia 4 -	Audiência Pública em Altamira.....	61
Fotografia 5 -	Vista parcial do canteiro de obras Belo Monte.....	62
Fotografia 6 -	Imagem superior do canteiro de obras Pimental.....	63
Fotografia 7 -	Fachada de bordel em área declarada pela Norte Energia1.....	65
Fotografia 8 -	Logo da Norte energia presente em carro da Polícia Militar.....	65
Fotografia 9 -	Arquibancada do Encontro Xingu Vivo Para Sempre.....	71
Fotografia 10 -	Reunião dos pescadores do Xingu para definir ações.....	82
Fotografia 11 -	Debate na Semana Mundial Contra Belo Monte.....	99
Fotografia 12 -	Kayapó ocupando a transamazônica em frente ao Canteiro de obras Belo Monte.....	101
Fotografia 13 -	Ocupação no canteiro de obras Belo Monte.....	102
Fotografia 14 -	Debate realizado durante o Encontro Xingu+23 na comunidade de Santo Antônio.....	104
Fotografia 15 -	Ação em uma das enseadeira de Belo Monte.....	105
Fotografia 16 -	Passeata pela Transamazônica.....	106
Fotografia 17 -	Pescadores realizando ato no Rio Xingu em frente ao canteiro de obras Pimental.....	109
Fotografia 18 -	Helicóptero da polícia sobrevoando ocupação de indígenas e pescadores no Canteiro Pimental.....	111
Fotografia 19 -	Oficial de Justiça chega acompanhado de policiais federais ao canteiro.....	121

LISTA DE SIGLAS

ACEPOAT	Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AIMA	Associação dos Indígenas Moradores de Altamira
APACC	Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCBM	Consórcio Construtor Belo Monte
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CFNTX	Centro de Formação do Negro e da Negra da Transamazônica e Xingu
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMXVPS	Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COOPEBAX	Cooperativa dos Pescadores e Beneficiadores de Pescado de Altamira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE	Centrais Elétricas Brasileiras
EUA	Estados Unidos da América
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FASE	Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar

IBAMA-	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MLP	Movimento de Luta Popular
MMCC	Movimento de Mulheres Campo e Cidade
MMTACC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade
MPF	Ministério Público Federal
MPST	Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MXVPS	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NESSA	Norte Energia S.A.
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Plano Básico Ambiental
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDRS Xingu	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PF	Polícia Federal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT	Partido dos Trabalhadores
PTP	Planejamento Territorial Participativo
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
ROTAM	Ronda Tática Metropolitana
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SINTEPP	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TRF-1	Tribunal Regional Federal da 1ª região
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
UNIPOP	Universidade Popular

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO	19
2.1	O objeto de estudo: a relação entre o pesquisador e a temática	19
2.1.1	Hipóteses	21
2.2	Metodologia	21
2.3	Os movimentos sociais: perspectivas teóricas	34
2.3.1	Conceituação de “Movimentos Sociais”	35
2.3.2	O Debate sobre os “Novos Movimentos Sociais” (NMS).....	40
2.3.3	Os Movimentos Sociais e o conceito de “Historicidade”.....	47
2.3.4	A “Estrutura de oportunidades”, a composição e estratégia dos movimentos sociais.....	47
3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	49
3.1	As comunidades eclesiais de base (CEBS) E os sindicatos de trabalhadores rurais (STRS)	50
3.2	Do movimento pela sobrevivência da Transamazônica (MPST) Ao movimento Xingu vivo para sempre (MXVPS)	53
3.3	As hidrelétricas e os movimentos sociais na Amazônia	55
3.4	A UHE Belo Monte	59
4	MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE (MXVPS): ESTRUTURA E ATORES ENVOLVIDOS	67
4.1	As entidades e movimentos integrantes do MXVPS	68
4.1.1	2002-2009: Formação e consolidação da rede.....	71
4.1.2	2009-2012: “Ruptura” local e novos atores em cena.....	72
4.2	MXVPS e as “redes de movimentos sociais”	73
4.3	A relação com os “Atingidos”	74
4.4	“Estrutura de oportunidades”: a relação entre MXVPS e as instituições estatais	82
5	AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MXVPS (2009-2012)	88
5.1	A entrada e utilização da web: repercussão nacional e internacional	88
5.2	Mobilizações após o início da obra	96
5.2.1	“Semana Mundial Contra Belo Monte”: dos debates à ocupação.....	97
5.2.2	Xingu+23: do protesto à criminalização do MXVPS.....	102
5.2.3	“Carta dos 13 pescadores” e “Aliança inédita”: pescadores, indígenas e ribeirinhos ocupam o canteiro.....	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, diversos pesquisadores de distintas áreas de conhecimento, vem se debruçando sobre as transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas na Amazônia, impulsionadas pelos denominados ideais desenvolvimentistas presentes desde a política implementada pelo Governo de Juscelino Kubitschek (construção da rodovia Belém-Brasília) e intensificada pelos governos militares (1964-1985). Essas transformações envolvem crescimento econômico e demográfico, grandes impactos ambientais (desmatamento, indústria eletrointensiva, barragens, mineração, etc.) e muitos conflitos sociais. Recentemente, esses conflitos ganharam “novos tons” ou “novos impulsos” com o “neodesenvolvimentismo” apresentado pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 até o presente ano de 2013, com mandato até o fim de 2014), personificado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de obras vistas como estratégicas pelo governo federal para induzir e garantir o crescimento econômico e desenvolvimento nacional.

Dentre os pesquisadores que se destacaram no estudo dessas transformações e conflitos da Amazônia, estão os pesquisadores que integraram ou integram o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), centro de pesquisa e produção acadêmica criado no período da ditadura militar, no ano de 1973. Autores como Armando Monteiro, Jean Hébette, Rosa Acevedo Marin, Edna Castro, Thomas Hurtienne, Marília Emmi e mais recentemente Josep Vidal, contribuíram para a construção de importante bibliografia sobre o avanço do capitalismo na Amazônia e quais eram os conflitos e atores sociais envolvidos nesse processo.

Nossa pesquisa procura se inserir nessa tradição, analisando o atual contexto amazônico, sob a ótica dos atores sociais envolvidos nesse processo. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) implementaram e ainda implementam um plano audacioso que envolve grandes obras para a região, que conseqüentemente trazem grandes impactos (estradas, hidrovias, portos e principalmente hidrelétricas). Em quase todas as obras, há os grupos que se opõe as mesmas, normalmente sob o argumento de que elas trariam impactos irreversíveis sob seu modo de vida. Dentre esses grupos, destacam-se indígenas de diversas etnias, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores e movimentos sociais. Nosso foco neste trabalho foi a análise de um desses grupos opositores, neste caso à construção da maior obra do PAC: A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE), situada no rio Xingu. Analisamos um movimento social denominado “Movimento Xingu Vivo Para

Sempre” (MXVPS), sediado no município de Altamira-PA, um dos municípios impactados com a construção de Belo Monte.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa foi o de analisar as ações, reivindicações e estratégias do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, especialmente nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, frente a um intenso processo de transformações sociais, focando a análise entre o período de constituição da rede que viria a se transformar no MXVPS (2002) e os anos iniciais da construção da UHE Belo Monte (2011-2012) e atentando para as possíveis mudanças na postura dessa entidade nessa temporalidade delimitada (2002-2012).

Os objetivos específicos da pesquisa foram os de analisar as reivindicações deste movimento social mediante os conflitos surgidos a partir da construção da UHE; analisar as estratégias utilizadas por este movimento para sua atuação política na região; discutir a *estrutura de oportunidades* sobre a qual se desenvolve a ação coletiva; debater a relação entre o MXVPS e o conceito de *redes de movimentos sociais*.

A análise empreendida sobre o MXVPS foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas e observação-participante. Neste sentido, alguns questionamentos se mostram pertinentes e se constituem como o norte da pesquisa: Qual o posicionamento e postura dessa entidade frente ao processo de construção da UHE Belo Monte e as transformações sociais ocorridas a partir disso? Quais as reivindicações dessa organização para a região? Quais os atores sociais que integram o MXVPS? Quais as estratégias utilizadas por esses grupos para sua atuação política e como eles se organizam?

A pesquisa não foi feita sob os moldes de um único modelo teórico. Trabalhamos basicamente com a categoria de *movimento social* e alguns conceitos relacionados à mesma, tais como: *ação coletiva e redes de movimentos sociais*. Para empreender a análise do MXVPS, dialogamos com as discussões que envolvem os denominados “Novos Movimentos Sociais”, debate que possui ampla produção acadêmica e que se constituiu desde os anos 1970. Scherer-Warren, Glória Gohn e Touraine são alguns dos autores inseridos nesse debate e os quais utilizarei neste trabalho. Na discussão empreendida por tais autores, a “luta de classes” e seu caráter econômico perdem a centralidade nas análises, emergindo os “sujeitos” ou “atores” a partir de então, enquanto agentes transformadores da história e influenciados por suas histórias individuais também (trajetória de vida; experiência). Incluem-se novas discussões como: identidade, gênero, etnia. Os movimentos sociais perdem sua suposta unicidade na luta contra o sistema capitalista e passam a se caracterizar pela diversidade e

necessidade de auto-afirmação de sua identidade. Paralelamente, em um contexto mais recente, cada vez mais passam a ser constituídas as chamadas “redes de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2005), mantendo a tradição de luta global, mas redefinindo-a sob o signo do respeito à diversidade.

Também utilizamos a contribuição de Sidney Tarrow, a partir do uso de conceitos como a “estrutura de oportunidades” e as distintas nuances da mobilização social, além de alguns elementos herdados da *Teoria da Mobilização de Recursos*, de autores como Mcarthy e Zald, especialmente no que concerne à racionalidade dos atores envolvidos no processo de mobilização social.

A pesquisa sobre os movimentos sociais é fundamental para entendermos as formas de mobilização e organização dos atores sociais que contestam o *status quo*. No caso dos grandes projetos governamentais, tais como as hidrelétricas, os movimentos sociais usualmente assumem um protagonismo no embate contra os mesmos, juntamente com as chamadas “populações tradicionais” (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.), especialmente no caso da Amazônia. Nesse sentido, decidimos focalizar em um movimento que se mostra como um dos protagonistas na luta contra a construção da UHE Belo Monte (MXVPS). Durante o referido período importantes processos referentes à construção da UHE ocorreram, tais como a conclusão e publicação do EIA-RIMA, a obtenção acelerada e bastante questionada de diversas licenças ambientais e o início efetivo da obra no ano de 2011. A temporalidade escolhida se justifica devido ao fato de que, não obstante as origens do movimento social pesquisado remeter aos anos 1980, sua característica de mobilização e suas reivindicações se transformaram a partir da inclusão da defesa do rio Xingu como pauta prioritária, o que se intensificou de acordo com o andamento dos trâmites técnicos e políticos que ocorreram para que fosse possível o início da construção da barragem.

Estruturamos nossa dissertação da seguinte forma: quatro capítulos, além de introdução, hipóteses e considerações finais. Sequencialmente, estão organizados em: introdução; primeiro capítulo, intitulado “Percurso teórico e metodológico” e dividido em duas partes, com quatro subitens na segunda parte; hipóteses; segundo capítulo, intitulado “Os movimentos sociais na Transamazônica e Xingu” e dividido em três partes, com dois subitens na terceira parte; o terceiro capítulo, intitulado “MXVPS: estrutura e atores envolvidos” e dividido em quatro partes, com dois subitens na primeira parte; quarto capítulo, intitulado “Ações e estratégias de atuação do MXVPS (2009-2012)” e dividido em duas partes, com três subitens na segunda parte; considerações finais.

No primeiro capítulo, apresentamos nosso percurso teórico e metodológico utilizado para efetuar nossas análises. Começamos discutindo nossos recortes metodológicos: qual o tipo de estudo que fizemos, quais as técnicas que utilizamos, como operacionalizamos os conceitos e autores escolhidos, quais fontes utilizamos, como e porque efetuamos a seleção das mesmas. Na segunda parte do primeiro capítulo, abordamos os aspectos teóricos que norteiam nossa análise: as distintas perspectivas que envolvem os estudos dos movimentos sociais. Começamos conceituando “movimento social”, mostrando a pluralidade de correntes acadêmicas que estudaram tal categoria, as diferenças na conceituação para cada corrente e qual conceito de movimento social adotamos para a pesquisa. Posteriormente, abordamos o debate sobre os “Novos Movimentos Sociais” (NMS), suas principais características e especificidades em sua ideologia e nas formas de organização e atuação, baseando-se nos estudos de Edelman, Glória Gohn e Scherer-Warren. Finalizando o capítulo, discutimos os conceitos de “historicidade” e “estrutura de oportunidades” desenvolvidos respectivamente por Alain Touraine e Sidney Tarrow. Após o primeiro capítulo, apresentamos nossas hipóteses de pesquisa.

No segundo capítulo, apresentamos um percurso histórico dos movimentos sociais da área de influência da rodovia Transamazônica e do rio Xingu, com foco no município de Altamira-PA. Na primeira parte, discutimos o contexto em que surgiram e se desenvolveram as “Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” e os “Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs)”, primeiras formas de organização que se constituíram na região nas décadas de 1970 e 1980. Na segunda parte, discutimos o surgimento e desenvolvimento do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) e sua atuação na região estudada. Na terceira parte, discutimos as mudanças que fizeram com que o MPST se transformasse em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e posteriormente mudasse sua configuração e denominação novamente, desta vez para MXVPS. Ainda na terceira parte, debatemos a correlação histórica entre a construção de hidrelétricas e o surgimento e atuação de movimentos sociais contrários à esses projetos na Amazônia. Finalizando o segundo capítulo, discutimos o percurso histórico da UHE Belo Monte, desde a década de 1980 até o ano de 2013, traçando um panorama das polêmicas e conflitos que envolvem o projeto desde seu início, bem como dos impactos atuais que são sentidos com a obra em andamento.

No terceiro capítulo, debatemos como se estrutura o MXVPS e quais são os atores sociais que constituem o referido movimento social. Na primeira parte do capítulo, apresentamos quais são as entidades e outros atores que constituem o movimento, mostrando

também um percurso histórico do mesmo, desde sua formação e consolidação (2002-2008) até sua ruptura e a ascensão de “novos atores” em cena (2009-2012). Na segunda parte, procuramos responder ao questionamento se o MXVPS poderia ser considerado uma “rede de movimentos sociais” e inseri-lo dentro do debate sobre esse conceito. Na terceira parte, procuramos abordar a relação do MXVPS com os atores “mais atingidos” pela UHE Belo Monte, mostrando as diferenças dessa relação com cada um dos atores. Na quarta e derradeira parte do terceiro capítulo, procuramos discutir a “estrutura de oportunidades” em que o MXVPS atua e como é a relação do movimento com as distintas instituições do Estado nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e nos três poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como sua relação com os partidos políticos.

No quarto e último capítulo, analisamos as ações e estratégias de atuação utilizadas pelo MXVPS entre os anos de 2009 e 2012. Na primeira parte do capítulo, apresentamos um percurso histórico e discutimos a entrada do MXVPS na internet, por meio da criação de páginas e perfis em redes sociais, bem como a criação de um *website* oficial. Na segunda parte do último capítulo, construímos uma narrativa e analisamos, através de observação-participante, cada uma das três ações que acompanhamos e que tiveram participação do MXVPS, realizadas entre os anos de 2011 e 2012.

2 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Para compreender a análise que fazemos sobre o MXVPS, é fundamental que apresentemos quais foram nossas opções metodológicas e teóricas, porque foram escolhidas e de que forma se relacionam com nossa temática e nossos objetivos. Nesse sentido, separamos o capítulo em três partes: 2.1) O objeto de estudo: relação entre o pesquisador e a temática; 2.1.1 Hipóteses. 2.2) Metodologia; 2.3) Movimentos Sociais: perspectivas teóricas, sendo que terceira parte se subdivide em quatro itens: 2.3.1) Conceituação de “movimentos sociais”; 2.3.2) O debate sobre os “Novos Movimentos Sociais”; 2.3.3) Os movimentos sociais e o conceito de “historicidade”; 2.3.4) A “estrutura de oportunidades”, a composição e estratégia dos movimentos sociais.

Na primeira parte abordamos sucintamente nossa relação com a temática escolhida e o percurso para que se tornasse nosso objeto de estudo. Na metodologia, conceituamos e discutimos nossas opções metodológicas, bem como justificamos nossas escolhas. Desta forma, abordamos a escolha das metodologias qualitativas, do estudo de caso, da observação-participante e das entrevistas semi-estruturadas. Falamos como e quando foi desenvolvido o processo de observação-participante realizado; como e quando foram feitas as entrevistas semi-estruturadas, quantas foram realizadas, quais as pessoas foram selecionadas para a entrevista, a qual entidade estão vinculadas, como foram escolhidas e qual o motivo de sua escolha. Também abordamos como operacionalizamos os conceitos e autores que utilizamos durante toda a dissertação.

2.1 O objeto de estudo: a relação entre o pesquisador e a temática

A relação entre o pesquisador, a pesquisa e o objeto de estudo são alvo de debates no meio acadêmico e adentramos nesses debates na segunda parte deste capítulo (2.2 Metodologia), quando apresentamos a metodologia utilizada em nosso trabalho. Parte das críticas à metodologia qualitativa e seus métodos e técnicas utilizadas especialmente pelas ciências sociais ou humanas, foca na aproximação supostamente exagerada que em determinados estudos ou pesquisas existe entre os pesquisadores e os objetos estudados. Não negamos as dificuldades que essa aproximação possa exercer para a produção do conhecimento acadêmico, mas discordamos de generalizações que afirmam que essa relação inviabiliza um trabalho acadêmico de qualidade. O rigor metodológico mostra-se fundamental

para contrapor essa visão e a partir dele foram e são realizados excelentes pesquisas e trabalhos, ainda que os autores de algumas dessas pesquisas fossem bastante próximos de seus objetos de estudo, seja em seu cotidiano ou em seu posicionamento político.

Nossa relação com o objeto de estudo escolhido, o MXVPS, e com a temática de forma mais ampla (Movimentos Sociais) advém de experiências políticas anteriores (e presentes ainda) que me instigaram a transformar essa experiência política em pesquisa acadêmica. O desejo de investigar, obter, produzir e compartilhar conhecimento sobre uma realidade a qual, em alguma medida, participava resultaram na escolha do objeto de estudo e na produção da presente dissertação.

A aproximação com o objeto de estudo se iniciou a partir dos anos de 2008 e 2009, com a leitura e acompanhamento de reportagens, vídeos e documentários sobre o projeto de construção da UHE, seus impactos socioambientais, a forte oposição ao referido projeto e as motivações dos seus opositores. Em 2009, após participar de debates sobre o tema no Fórum Social Mundial e tentar participar das audiências públicas necessárias para a obtenção do licenciamento de Belo Monte, realizadas em setembro do mesmo ano, tivemos contato pessoal pela primeira vez com os movimentos sociais e grupos contrários à construção da referida hidrelétrica. A partir destes contatos, participamos de atos e manifestações realizados em Belém nos anos de 2010 e 2011, a maioria destes organizados pelo Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre, um fórum de organizações que buscavam dar visibilidade à pauta do MXVPS (sediado em Altamira-PA) e trazer para Belém o debate e a oposição à construção da UHE Belo Monte.

A partir dessas experiências e com a intenção de contribuir com o conhecimento acadêmico e científico sobre o tema, escolhemos pesquisar o MXVPS, sobre o qual “mergulhamos” por dois anos, no qual se incluem quatro viagens de campo à Altamira e Vitória do Xingu-PA. Sabemos que a relação previamente estabelecida com movimentos políticos de Belém que apoiavam a luta do Xingu Vivo, pode ter contribuído para que fosse estabelecida uma relação de confiança dos integrantes do referido movimento com o pesquisador, o que possibilitou que adentrássemos o cotidiano do movimento, ainda que por curtos espaços temporais (em média, cada viagem de campo durou uma semana). Consideramos que essa confiança e esse adentramento ao cotidiano das ações do movimento, contribuíram significativamente para a compreensão da dinâmica do mesmo, algo que seria bastante dificultado se não houvesse essa proximidade. Da mesma forma, como afirmamos em parágrafo anterior, a aproximação com o objeto de estudo pode trazer também

dificuldades, o que procuramos nos afastar a partir da utilização de bibliografia sobre a temática, cruzamento de fontes e rigor à metodologia e técnicas escolhidas.

2.1.1 Hipóteses

Propus como norte da pesquisa a formulação de três hipóteses, baseados nos objetivos da pesquisa, na bibliografia pesquisada e na primeira viagem para observação participante, as quais seguem abaixo:

a) O papel e a força política do movimento social analisado no município de Altamira estão diretamente ligados à “estrutura de oportunidades” que permeia a região, marcada por uma histórica “frágil institucionalidade”;

b) O Movimento Xingu Vivo Para Sempre possui como principal pauta um projeto amplo, uma alternativa de desenvolvimento oposta àquela que envolve a construção de grandes barragens e incentivo aos projetos minerais e agropecuários de larga escala;

c) As diversas entidades e associações que compõe o MXVPS estão associadas historicamente direta ou indiretamente aos partidos políticos e estes influenciaram e ainda influenciam nos rumos e posicionamentos dessas referidas entidades.

2.2 Metodologia

As fronteiras entre as denominadas metodologia qualitativa e quantitativa reduziram-se bastante nas últimas décadas e tornou-se relativamente comum o “cruzamento” de técnicas tidas como qualitativas e quantitativas para as pesquisas nas ciências sociais, econômicas e em várias áreas de conhecimento. Áreas de conhecimento como a demografia histórica questionam inclusive a existência dessa diferenciação e o sentido de sua existência atualmente, já que alguns pesquisadores da referida área afirmam que produzem análises que seriam vistas tradicionalmente como qualitativas a partir de dados e técnicas quantitativas, como a utilização maciça de softwares estatísticos e bancos de dados e a consequente produção de gráficos a partir dos mesmos (NADALIN, 2004). O seguinte excerto escrito por Robert K. Yin (2005) aborda essa questão:

O contraste entre evidências qualitativas e quantitativas não diferencia as estratégias de pesquisa. [...] alguns experimentos (como estudos de percepções psicológicas) e algumas questões feitas em levantamentos (como aquelas que buscam respostas numéricas em vez de respostas categóricas) tem como base evidências qualitativas, e não quantitativas. Da mesma maneira, a pesquisa histórica pode incluir enormes quantidades de evidências quantitativas (YIN, 2005, p.34).

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada a partir de bases tidas tradicionalmente como qualitativas, pois percebemos ser esta metodologia a mais adequada para que atingíssemos nosso objetivo na pesquisa e empreendêssemos nossa análise sobre o movimento social estudado. Da mesma forma, nosso instrumental teórico-metodológico nos indicava a utilização de técnicas qualitativas para a obtenção de respostas para os questionamentos que fazíamos sobre os atores que integram o movimento social MXVPS.

A metodologia qualitativa comumente está ligada e acompanhada por questões epistemológicas sobre as ciências sociais, sobre o “fazer ciência” e seus dilemas éticos, suas técnicas e suas críticas. Nesse sentido, defendemos a noção de que as ciências sociais possuem uma complexidade que não nos permite a fácil separação de causas e motivações isoladas ou exclusivas para os fenômenos estudados, para não correremos o risco de incorrer em reducionismo. Além disso, as construções dos cientistas sociais estão sempre pautadas por certa “parcialidade”, mesmo que inconsciente, pois seu trabalho depende de subjetividades e interpretações desde a escolha dos objetos de estudo, das fontes, dos métodos e técnicas, bem como na posterior análise dos mesmos (BLOCH, 2003). Sobre este processo de construção do conhecimento, a socióloga Heloísa Martins afirma:

É preciso reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador. [...] no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre com o positivismo - do qual, aliás, partem muitas das críticas feitas à metodologia qualitativa (MARTINS, 2004, p. 293).

A metodologia qualitativa, ao estudar a sociedade, parte da noção de que o “ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente” (OLIVEIRA, 2008, p. 11). Ela não possui um único padrão ou modelo de trabalho científico, sendo caracterizada pela diversidade de métodos e técnicas de explicação e investigação. Todavia, tomando por bases gerais, podemos afirmar que os métodos qualitativos “tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. [...] a

preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados” para que estes possam “falar da forma mais completa possível” e isso só é possível se o pesquisador estiver aberto à “realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la” (MARTINS, 2004, p. 292). Outras características marcantes da metodologia qualitativa são a “flexibilidade” quanto a coleta de dados e a “heterodoxia” na análise dos mesmos, dependendo em ambos os casos do objeto escolhido e dos objetivos pretendidos, bem como das escolhas teóricas do pesquisador.

As principais críticas feitas à metodologia qualitativa referem-se a dois supostos problemas, os quais seriam a “representatividade” e a “subjetividade”. O primeiro problema apontado pelos críticos seria o da “representatividade”, que parte da noção estatística de “amostra” para questionar se o recorte social escolhido por essas pesquisas é válido ou significativo para produzir uma explicação plausível sobre a sociedade; esses críticos estão imbuídos da ideia de que o conhecimento científico deve se basear na possibilidade de fazer “generalizações” e que a metodologia qualitativa em muitos casos impossibilitava essa premissa. Outro problema apontado seria o da “subjetividade”, crítica que seria focada basicamente em dois aspectos: a excessiva proximidade entre sujeito e objeto estudado, ou pesquisador e pesquisado, o que impossibilitaria ou prejudicaria uma análise confiável do ponto de vista científico; o outro aspecto estaria as dificuldades técnicas referentes à coleta, processamento e análise dos dados, já que muitas vezes essa coleta só seria possível a partir de uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado, ao mesmo tempo em que a mesma exige uma grande qualificação acadêmica para ser feita e analisada, devido a significativa quantidade de dados que usualmente são coletados nesse tipo de pesquisa, o que dificultaria a sistematização e organização dos mesmos (MARTINS, 2004, p. 294-95).

Também consideramos importante destacar que há algumas questões éticas no que se refere à utilização da metodologia qualitativa, as quais foram motivo de reflexão de nossa parte; procuramos nos ater a estas questões durante nosso processo de coleta de dados. Uma dessas questões, diz respeito à relação entre pesquisador e pesquisado, na qual o pesquisador sempre deve ter noção de que sua presença em meio a determinado grupo social produz alterações no comportamento e na sociabilidade do mesmo, podendo provocar inclusive tensões e nesse sentido o pesquisador deve estar atento a todo esse processo, tanto na análise dos dados quanto na coleta. Da mesma forma, deve-se precaver contra a noção de que o pesquisado é um “informante” para um processo “fundamental” que é a pesquisa, pois essa visão, além de denotar uma hierarquização entre ciência e outros campos de saberes, pode

interferir de forma drástica nessa teia de relações (MARTINS, 2004, p. 296). Outra questão ética referente à metodologia qualitativa é o fato de que muitas vezes os cientistas sociais optam por pesquisar determinados grupos sociais, influenciados por algum nível de identificação política pessoal com o grupo estudado; o cuidado que se deve ter é para que a pesquisa não acabe se transformando em militância, onde o pesquisador acaba enxergando a realidade “não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse” (MARTINS, 2004, p. 297). Conseqüentemente, o pesquisador deve se precaver para não acabar querendo pautar as ações e direções de determinado grupo, baseado em sua visão política pessoal.

Dentre as várias possibilidades dentro da metodologia qualitativa, optamos por realizar a pesquisa por meio do denominado *estudo de caso*. O *estudo de caso* é realizado a partir da pesquisa de um único caso, uma situação singular, particular, no qual precisa ser “[...] bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17). De acordo com Oliveira (2008), o estudo de caso possui algumas características fundamentais, as quais seriam:

1- Os estudos de caso visam à descoberta; 2- Os estudos de caso enfatizam a 'interpretação em contexto'. 3- Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; 4- Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação; 5- Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; 6- Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; 7- Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (OLIVEIRA, 2008, p. 12).

No estudo de caso, usualmente há uma constante reformulação dos pressupostos durante o processo de pesquisa, pois o conhecimento não é visto como algo estático e pronto a ser assimilado pelo pesquisador. Há também a preocupação de inserir tal conhecimento produzido, no contexto específico (histórico, social, espacial, dentre outros) em que é observado (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18-20). Tal tipo de pesquisa procura evidenciar a complexidade de uma situação particular, porém usualmente sem desvincular de uma focalização do problema em um aspecto total (OLIVEIRA, 2008, p. 13). O pesquisador geralmente usa uma variedade de fontes para obter seus dados, além de obtê-los em vários momentos distintos da pesquisa. A partir dessa variedade de fontes e contextos em que foram produzidos e coletados os dados, o pesquisador que opta pelo estudo de caso precisa proceder ao “cruzamento de fontes e informações” para que possa empreender sua análise. Importante

ressaltar que o estudo de caso é uma *estratégia de pesquisa* que, portanto, não necessariamente está vinculado à metodologia qualitativa, podendo se basear em “qualquer mescla de provas quantitativas e qualitativas” (YIN, 2005, p. 35).

O desenvolvimento do estudo de caso é caracterizado por três fases: 1) fase exploratória; 2) delimitação do estudo e coleta de dados; 3) Análise sistemática desses dados e realização do trabalho. Essas fases não obedecem uma sequência linear restrita, havendo superposição entre as mesmas em diversos momentos da pesquisa, a partir de um “movimento constante no confronto teoria-empíria (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 23)”. A fase inicial ou exploratória constitui a preparação para a pesquisa (definição do objeto, questões que serão levantadas, seleção das fontes prováveis e contato inicial com o “campo”), que apesar da preocupação com o embasamento para o estudo, “não tem a intenção de predeterminar nenhum posicionamento, pelo contrário, o interesse vai ser de explicitar, reformular ou até mesmo abandonar alguma questão inicial.” (OLIVEIRA, 2008, p. 14). Na segunda fase, ocorre o processo de coleta de dados que é realizado com os mecanismos escolhidos pelo pesquisador, a partir do que considera serem os mais apropriados para responderem seus objetivos. Na terceira fase, ocorre o desenvolvimento do estudo de caso, a partir da análise dos dados e elaboração do trabalho. Importante ressaltar que usualmente o referido tipo de pesquisa se preocupa com a disponibilização das informações obtidas com as fontes para que todos possam acessá-las.

O estudo de caso pode ou não produzir “generalizações” a partir de seus resultados, dependendo da intenção do pesquisador, de suas escolhas teóricas e metodológicas, da seleção do objeto e das fontes a serem pesquisadas. O fato é que, apesar das discordâncias sobre a necessidade ou não de buscarmos generalizações, o estudo de caso não exige qualquer postura *a priori* sobre o assunto, ficando a cargo do pesquisador (OLIVEIRA, 2008; MARTINS, 2004; LUDKE; ANDRÉ, 1986).

As principais críticas ao estudo de caso, segundo Yin (2005) são: a suposta falta de rigor metodológico de parte das pesquisas, bem como a falta de uma certa “padronização” nos procedimentos entre os distintos pesquisadores; a dificuldade para produzir “generalizações”, sendo que muitas das produzidas seriam “questionáveis” a partir da noção de amostragem; a ausência de mecanismos de avaliação padronizados para que possamos aferir a qualidade de um estudo de caso. A maioria dessas críticas é oriunda de estatísticos ou de outros campos de conhecimento que utilizam a referida ciência, o qual o excerto a seguir é um exemplo:

A maioria das pessoas tem a impressão de que pode preparar um estudo de caso, e quase todos nós acreditamos que entendemos um estudo. Como nenhuma das duas impressões é bem fundamentada, o estudo de caso recebe uma boa parcela de aprovação que não merece (HOAGLIN et al., 1982, p. 134 apud YIN, 2005, p. 30).

Para realizar nossa interpretação, partimos da noção estabelecida em diversas produções acadêmicas sobre a região amazônica de que, historicamente, a construção de hidrelétricas atende aos interesses de determinados grupos (empreiteiras, grandes empresas mineradoras que precisam de energia intensiva, comerciantes, empresários, etc.) e usualmente se contrapõe aos interesses de outros grupos (população urbana remanejada, ribeirinhos, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, etc.), o que gera diversos conflitos (ideológicos, políticos) que não raro resultam em violência (ACEVEDO MARIN, 1993); porém, se entende que as relações de poder entre os dois grupos antagônicos são extremamente desiguais¹. É sob esta ótica que analisamos as reivindicações, as estratégias e as ações do movimento social Xingu Vivo Para Sempre.

Uma das principais técnicas metodológicas utilizadas nesta pesquisa foram as entrevistas semi-estruturadas, juntamente com a observação participante. Há uma grande quantidade de produção acadêmica que debate as “vantagens” e “riscos” da utilização deste recurso metodológico como norteador de análises consistentes nas pesquisas. A denominada “História Oral”, metodologia bastante utilizada na Antropologia e na História, foi responsável por um dos debates mais férteis sobre os usos e abusos deste tipo de fonte e produziu discussões que levaram alguns a elevá-la a condição de um campo de conhecimento específico, com status mais abrangente do que o de uma metodologia. Os críticos da “História Oral” e do aumento da utilização de entrevistas nas pesquisas acadêmicas, afirmavam que os entrevistados eram fontes “pouco confiáveis” e que utilizá-las como principal fonte tendia a reduzir a credibilidade desses trabalhos, que pecariam em suas análises devido ao “excesso de subjetividade” (VILANOVA, 2001).

Todavia, diversos autores que trabalham com entrevistas e com “história oral” sublinham que a subjetividade e a “seletividade” estão presentes também em diversas outras fontes e técnicas de pesquisa, sendo a análise apurada e questionadora do pesquisador o elemento mais importante. Desta forma, quando trabalhamos com história oral, devemos tomar todos os cuidados e ter a criticidade que (HALL, 1992) sugere em seu artigo, no qual o

¹ Segundo dados da CPT, apenas em 2011 foram 25 trabalhadores rurais assassinados em conflitos pela terra no Brasil. (www.cptnacional.org.br).

mesmo foca sua crítica na pouca confiabilidade da memória, no recorte e intenção do pesquisador e do entrevistador, e na ausência, em alguns estudos, do cruzamento de fontes. Atento a tais ressalvas, o pesquisador pode conseguir bons resultados com a história oral, visto que a própria incerteza com relação à veracidade de certos pontos de um relato, de maneira alguma o invalida, pois a memória, como qualquer outra fonte histórica é fruto de uma “seleção” intencional e não-intencional. Portanto, não podemos dizer que encontramos a verdade num relato, tampouco afirmar que ele é totalmente infundado ou mentiroso, mas sim analisá-lo em todas suas nuances. Sobre tais questões, o seguinte excerto de Alistair Thomson explicita a discussão:

Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas ‘distorções’ da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso. (THOMSON, 1997, p. 19)

Além disso, o pesquisador precisa atentar para o fato de que, para um mesmo entrevistado, há mudanças na forma de relatar os mesmos acontecimentos em tempos e espaços distintos. Nesse sentido, Thomson (1997, p.20) afirma:

Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. [...]. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. [...] quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.

Todavia, gostaria de destacar que não utilizei a história oral nesta pesquisa, que se constituiu num vasto campo de conhecimento teórico com metodologias próprias, e sim utilizei as entrevistas semi-estruturadas e a observação participante enquanto técnicas metodológicas para atingir meu objetivo no estudo de caso sobre as ações, reivindicações e estratégias do MXVPS. Inseri parte dos debates trazidos por pesquisadores que utilizam a história oral, porque neles se discute bastante a questão das críticas quanto a validade da utilização de entrevistas na pesquisa acadêmica.

De acordo com Oliveira (2008, p. 17-18), as entrevistas podem ser classificadas basicamente em três tipos: Estruturadas; não - estruturadas ou completamente abertas; semi-estruturadas. As entrevistas estruturadas são constituídas por um conjunto de questões, as

quais o pesquisador tem a preocupação de utilizar com cada entrevistado mantendo a mesma sequência nas perguntas e usando as mesmas palavras. O pesquisador objetiva a padronização para obter respostas as suas hipóteses, acreditando que os entrevistados poderão fornecer os dados de que ele necessita e confiando que todos compreenderão da mesma forma as perguntas levantadas. As entrevistas não - estruturadas ou completamente abertas podem ser constituídas por um conjunto de questões, porém estas não são específicas nem fechadas. As questões funcionam muito mais como um guia ou roteiro para que entrevistador e entrevistado sigam, podendo haver alterações de acordo com o entrevistado, com adição ou subtração de perguntas. A intenção é promover o máximo de liberdade ao entrevistado, sem delimitar sua linha de raciocínio, e partir pra análise a partir desse método de coleta de dados.

As entrevistas semi - estruturadas estão em um meio termo entre as estruturadas e as abertas. Constituem-se de um conjunto de perguntas específicas planejadas pelo pesquisador, porém com a intenção de promover relativa liberdade nas respostas dos entrevistados. Além disso, o pesquisador pode acrescentar questões não previstas, dependendo das respostas dos entrevistados.

Optei por utilizar as entrevistas semi-estruturadas por acreditar que fossem mais adequadas para atingir os objetivos os quais pretendi alcançar, dando uma maior possibilidade de entendimento das questões estudadas, pois ao mesmo tempo em que nesse tipo de entrevista podemos fazer perguntas que consideramos fundamentais à pesquisa e que “não podem ser deixadas de lado”, podemos também efetuar a relativização dessas perguntas, “dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelos pesquisadores” (OLIVEIRA, 2008, p.18).

Para Duarte (2004, p. 216), a realização de uma boa entrevista semi-estruturada exige alguns requisitos, os quais procuramos, seguir em nossa pesquisa:

- a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados – não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”);
- b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo (egos focais/informantes privilegiados), leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo);
- c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não-válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas);
- d) segurança e auto-confiança;
- e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação.

Os pesquisadores que se utilizam de entrevistas semi-estruturadas devem tomar cuidado para que no momento da análise não cometam um erro bastante comum: o de procurar extrair das entrevistas elementos que comprovem suas hipóteses de trabalho ou referencial teórico. As entrevistas não podem servir apenas como confirmação de ideias ou teorias pré-estabelecidas, nem como uma forma de ilustrá-las, mas sim devem ser analisadas como um material distinto e repleto de nuances complexas e específicas que podem, inclusive, mudar as ideias iniciais pensadas pelo pesquisador sobre a temática estudada (DUARTE, 2004, p. 217).

Além das entrevistas semi-estruturadas, outra técnica metodológica de pesquisa qualitativa que utilizamos em nosso estudo de caso foi a denominada observação participante. Segundo Moreira (2002, p. 52), podemos conceituar a observação participante como “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental.” Para o mesmo autor, o principal resultado dessa observação participante é o que denominamos relato etnográfico, entendido como “relatos detalhados do que acontece no dia-a-dia das vidas dos sujeitos e é derivado das notas de campo tomadas pelo pesquisador” (MOREIRA, 2002, p. 52).

As principais críticas à observação participante questionam sua validade científica ao afirmar que as observações de cada um são muito pessoais e são influenciadas por fatores como “história de vida, bagagem cultural, grupo social a que pertence, aptidões e predileções. Esses fatores acabam influenciando nosso olhar, no sentido de privilegiarmos certos aspectos e não outros.” (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Todavia, há uma série de justificativas que se contrapõe às referidas críticas no sentido de defender a validade científica desse instrumento de investigação, usualmente permeando em torno da defesa de que existe um controle e sistematização manifestados fundamentalmente no processo de planejamento do trabalho, o qual deve ser cuidadoso e exige uma preparação rigorosa do pesquisador-observador que nesse estágio deverá delimitar “o quê e o como' observar, definir o objeto e o foco da investigação, cabendo também a escolha do grau de envolvimento com a pesquisa” (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Moreira (2002, p. 52-54) defende que há uma tipologia na observação participante, dependendo do papel que o pesquisador assume no momento da coleta de dados e do grau de envolvimento com a pesquisa. Nesse sentido, para o referido autor, existem quatro tipos de observação participante, nas quais o pesquisador seria em cada um desses tipos: a)

participante completo; b) participante como observador; c) observador como participante; d) observador total ou completo.

No primeiro tipo de observação participante delimitada por Moreira, a participação completa, o pesquisador não se identifica enquanto tal em nenhum momento da pesquisa, procurando omitir e esconder do grupo observado seus objetivos científicos, para ser visto pelos mesmos como um membro do grupo ou um parceiro do mesmo. Nesse sentido, não há nesse modelo de observação participante qualquer solicitação de autorização para a pesquisa, já que uma solicitação como essa inviabilizaria a “invisibilidade” pretendida pelo pesquisador. A justificativa para a adoção desse tipo de observação participante seria a possibilidade de entender com mais afinco a perspectiva dos observados, já que, caso fossem reveladas as intenções científicas, os mesmos agiriam de outra forma e poderiam inclusive se negar a dar determinadas informações.

Há diversos questionamentos éticos sobre a validade da utilização da participação completa, tais como: o próprio disfarce das intenções científicas; a invasão da intimidade dos sujeitos observados por parte do pesquisador; a possibilidade de causar danos aos sujeitos observados. Além disso, segundo Moreira (2002, p. 53), as observações podem ser comprometidas pelo fato do pesquisador ter que agir de uma forma que não seja percebido pelos demais, o que pode fazer com alguns questionamentos importantes deixem de ser levantados, apenas para não levantar suspeitas sobre o pesquisador.

No segundo tipo de observação participante, o pesquisador assume um papel de participante como observador, o que implica em postura bastante distinta da anterior, pois nesta o pesquisador revela suas intenções científicas e solicita autorização e consentimento dos observados para realizar sua pesquisa. Antes do início da pesquisa, podem ser discutidas e definidas entre o observador e os observados quais são as regras, limites, restrições e em que condições se dará a observação participante. Essas definições são fundamentais para o sucesso da pesquisa, pois se forem impostas muitas restrições de várias ordens por parte dos sujeitos (tempo, acesso, amostra), o trabalho de pesquisa poderá ser prejudicado (MOREIRA, 2002, p. 54). Após o término das negociações, o pesquisador passa a ter acesso às atividades cotidianas dos sujeitos observados, se preocupando em compreender os sentidos das ações observadas e como os mesmos são construídos dentro do grupo. Para realizar essas análises, o observador tem a preocupação constante de conquistar a confiança dos sujeitos; todavia, não obstante o fato de ser necessária a revelação dos objetivos da pesquisa, o observador não deve revelar todas as suas intenções e interesses, pois se pretende que haja o mínimo de alteração no

comportamento dos sujeitos. Em um determinado momento, após escrever alguns resultados sobre o que observou, o pesquisador decidirá deixar o ambiente de pesquisa, seja por estar satisfeito com seus objetivos, seja por algum impedimento (tempo, finanças ou outras).

No terceiro tipo de observação participante, o pesquisador exercerá o papel de observador como participante, o que significa que o pesquisador não estará preocupado em interagir muito com os sujeitos pesquisados, não havendo, portanto, a procura de contatos mais ativos e pautados na construção de uma confiabilidade. Um dos principais desdobramentos desse tipo de observação participante é a aplicação oral de questionários, podendo também haver solicitações de cooperação do grupo pesquisado para que sejam fornecidos dados, inclusive confidenciais. Como parte desse acordo de cooperação em relação ao fornecimento de dados, o pesquisador pode acatar a certo controle da informação por parte do grupo pesquisado, pois os mesmos podem nesse caso definir o que será ou não publicado.

No quarto tipo de observação participante, o pesquisador desempenha o papel de observador total ou completo, o que significa dizer que:

O pesquisador não mantém nenhuma interação com os sujeitos. Ele poderá desenvolver suas atividades sem ser visto ou fazer suas observações na presença dos sujeitos, mas sem manter nenhum tipo de relação interpessoal (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

Tomando por base a tipologia de observação participante proposta por Moreira, podemos dizer que em nossa pesquisa utilizamos predominantemente o segundo tipo: participante como observador. Das três estadias de pesquisa em Altamira, em duas me utilizei deste tipo de observação participante. Na primeira estadia de pesquisa, com a finalidade de fazer uma pesquisa exploratória, utilizei o primeiro tipo de observação participante: participante completo.

Para empreender a análise foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as lideranças do Xingu Vivo, bem como observação participante nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. A necessidade da entrevista com várias lideranças se deve ao fato de que o movimento envolve uma grande quantidade de entidades e é heterogêneo em sua composição, sendo o Xingu Vivo constituído por mais de 60 entidades. A observação participante foi realizada em distintos momentos do ano de 2011 e 2012, totalizando quatro viagens para a região. As viagens foram feitas em momentos de mobilização, tais como seminários, reuniões, articulações políticas e ocupações.

Para definir quais lideranças seriam entrevistadas, utilizei alguns estudos recentes sobre a região pesquisada (VIDAL, 2009, 2012; SCHOLZ, 2005; CASTRO, 2005; STEINBRENNER, 2011), bem como a pesquisa que realizei por meio de observação participante no local nos anos de 2011 e 2012.

Foram realizadas cinco entrevistas semi-estruturadas para poder ser construída uma melhor compreensão do Movimento Xingu Vivo em sua diversidade. Dentre as entidades integrantes do referido movimento entrevistamos cinco lideranças, cada uma de uma entidade, as quais foram: Prelazia do Xingu; Mutirão pela cidadania; Centro de Formação do Negro da Transamazônica e Xingu (CFNTX); Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (SINTEPP) - seção Altamira; Associação dos Moradores da Comunidade Santo Antônio.

Como critério de seleção dos entrevistados, optei por buscar a representatividade interna do movimento social pesquisado, observando e escolhendo membros dos vários segmentos que historicamente constituem os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu. Desta forma, entrevistamos uma liderança histórica dos movimentos de mulheres da região, os quais foram muito atuantes nos anos 1990 e 2000, e que atualmente é coordenadora do MXVPS. Também entrevistamos uma liderança da Prelazia do Xingu, pois a Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação, exerceu grande influência na atuação dos movimentos sociais da região, desde a organização das CEBs. Além delas, entrevistamos uma representante do movimento negro, uma sindicalista e um presidente de Associação de uma comunidade diretamente afetada, a qual os moradores compulsoriamente tiveram que vender suas casas e terras.

As entrevistas foram realizadas em Altamira em duas semanas; a primeira viagem ocorreu entre os dias 22 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2012; uma semana depois, foi realizada nova viagem, com chegada no dia 07 de outubro e retorno no dia 15 de outubro de 2012. Antes da primeira viagem, já tínhamos mantido contato a partir de Belém, via telefone, com duas integrantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre: Antônia Melo, coordenadora do referido movimento, e Maria Elena, integrante do Movimento e também do CFNTX. Meu objetivo na primeira viagem era entrevistá-las e entrar em contato com outros integrantes, ligados também a outras entidades, para efetuar mais entrevistas a fim de conseguir pontos de vista heterogêneos que condissessem mais com a diversidade de entidades presentes no Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que é um fórum de organizações. Tinha como meta conseguir 8 entrevistas em um espaço de duas semanas (contando com a segunda viagem, que seria de 07 a 15 de outubro), mas consegui 5

entrevistas, devido a problemas de disponibilidade de algumas pessoas as quais almejava entrevistar.

Os cinco entrevistados foram, em ordem cronológica de entrevista: Maria Elena de Araújo Silva (24/09/2012), integrante do CFNTX e do Movimento Xingu Vivo; Ignez Wenzel (25/09/2012), missionária e integrante da Prelazia do Xingu e do Movimento Xingu Vivo; Élio Alves da Silva (27/09/2012), agricultor e presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Santo Antônio; Antônia Melo (29/09/2012), professora e coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre; Lisângela de França Né (07/10/2012), professora e presidente do SINTEPP- seção Altamira².

Além destes, pretendia, mas não consegui entrevistar por motivos distintos: Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu e importante liderança histórica na luta contra Belo Monte (estava viajando pelas comunidades ribeirinhas do rio Xingu nas duas semanas em que estive em Altamira); Padre Amaro, coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (reside no município de Anapu e durante as duas semanas em que estive em Altamira, Anapu estava envolvida em um conflito entre pequenos agricultores e extrativistas contra madeireiros da região; naquele momento, os madeireiros estavam reagindo a uma operação realizada pelo IBAMA na qual houve apreensão de madeira ilegal, que era retirada das terras dos pequenos proprietários, e os respectivos maquinários para realizar tal crime também foram apreendidos. Como a CPT atua junto aos pequenos agricultores, o padre Amaro estava sendo ameaçado pelos madeireiros. Desta forma a entrevista tornou-se inviável); Ana Laíde, integrante do Conselho Indigenista Missionário e militante do MXVPS estava participando das intensas mobilizações que estavam ocorrendo durante essas semanas e por isso, não conseguiu um tempo para ceder a entrevista).

Além dos citados acima, dentre os quais todos são integrantes ou apoiadores da rede que constitui o MXVPS, pretendia entrevistar Ana Paula, coordenadora da Fundação Viver, Produzir e Preservar, entidade importante na região e que historicamente fez parte do Movimento Xingu Vivo e dos movimentos sociais anteriores que o originaram, mas que rompeu com a rede no ano de 2009. Porém, Ana Paula estava em Brasília a trabalho e sua entrevista tornou-se inviável em virtude disso.

² Entre os anexos da dissertação consta o roteiro de perguntas da entrevista semi-estruturada, ressaltando-se que neste tipo de entrevista o roteiro serve como uma base e não necessariamente precisa ser seguido na íntegra, podendo haver alterações de acordo com o entrevistado.

Durante as mesmas duas semanas nas quais realizamos as entrevistas (primeira semana: entre 22 e 30 de setembro de 2012. Segunda semana: entre 07 e 15 de outubro de 2012), também fizemos um trabalho de observação participante referente ao MXVPS, observando e registrando por meio fotográfico e gravação de áudio (com permissão dos integrantes do MXVPS), bem como fazendo anotações no diário de campo; foram observadas: reuniões internas; debates e articulações entre integrantes do MXVPS, pescadores e dirigentes da colônia de pescadores de Altamira; mobilizações e manifestações dos pescadores com o apoio do MXVPS, contra a UHE Belo Monte e os impactos sobre a atividade pesqueira; Ocupação do canteiro do sítio Pimental pelos indígenas de diversas etnias (Xipaia, Curuaia, Parakanã) em articulação com os pescadores, o que ocasionou a paralisação completa das obras durante o período de ocupação. Anteriormente, em outubro de 2011, fizemos uma primeira viagem de observação, porém com caráter mais exploratório e, portanto, de preparação para os momentos posteriores, totalizando assim três momentos distintos de observação. Todo esse processo ocorreu nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu-PA e os pontos que foram observados para que fossem realizadas as análises foram: a dinâmica do MXVPS em seu cotidiano e nas mobilizações, com o objetivo de compreender quais são as entidades e grupos que constituem essa rede de movimentos; as reivindicações do MXVPS para a região; a relação do MXVPS com os distintos grupos sociais impactados pela UHE Belo Monte, bem como a relação do referido movimento com as variadas instituições estatais em suas três esferas (municipal, estadual e federal) e com os partidos políticos.

2.3 Os movimentos sociais: perspectivas teóricas

A categoria analítica principal a qual trabalhamos nesta pesquisa é a de movimentos sociais. A definição de movimentos sociais é bastante diversificada, ocorrendo muitas variações de acordo com o autor trabalhado. Entendemos que os movimentos sociais são “atores coletivos” com uma determinada continuidade e ligados por relações marcadas por elementos subjetivos e simbólicos, mas que não podem ser desvinculados de uma relação desigual de poder, existente em todas as relações sociais presentes na sociedade (TOURAINÉ, 1984); ao mesmo tempo, consideramos os movimentos sociais como um “fenômeno racional” e com distintas formas de organização e ação (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999), as quais estão influenciadas pelas “estruturas de oportunidades políticas” (TARROW, 1997). Mas a própria definição do que se enquadra ou não como *movimento social* depende da corrente

teórica com a qual trabalha o pesquisador e a visão da referida corrente sobre a ação coletiva. Nos tópicos seguintes, apresentamos um breve histórico desse debate analítico-conceitual e, posteriormente, abordamos os autores sobre os quais nos debruçamos para operacionalizar a pesquisa.

No primeiro subitem (2.3.1), abordamos as distintas formas de enxergar e analisar os movimentos sociais, o que resultou em diversos conceitos, variando de acordo com a “corrente” acadêmica escolhida. Procuramos mostrar a diversidade dessas correntes, baseado em outros autores, separando didaticamente entre: corrente europeia e corrente estadunidense.

No segundo subitem (2.3.2), debatemos o conceito de “Novos Movimentos Sociais”, suas características, suas formas de organização, atuação e suas diferenças para o que seria considerado um movimento social “tradicional”, de acordo com autores que utilizam o conceito de NMS.

No terceiro subitem (2.3.3), abordamos o conceito de “historicidade”, desenvolvido pelo sociólogo francês Alain Touraine, relacionando-o com os debates sobre os NMS. Tal concepção reforça a ideia do conflito como um elemento central na análise da sociedade, diferenciando, no entanto, a forma como esse conflito ocorreria atualmente e quais seriam suas motivações.

No quarto subitem (2.3.4), discutimos o conceito de “estrutura de oportunidades”, desenvolvido por Sidney Tarrow, segundo o qual “elementos externos” (especialmente institucionais) aos movimentos sociais, são fundamentais para entendermos como e porque se constitui um movimento social e como se dá sua atuação. Ainda nesta parte, baseando-se em autores com Mcarthy e Zald, analisamos a importância para os mesmos de entendermos a composição e como se estruturam os movimentos sociais, bem como as estratégias adotadas pelos mesmos.

2.3.1 Conceituação de “Movimentos Sociais”

Durante o século XX, houve uma série de mudanças na forma de organização e ação dos movimentos sociais em todo o mundo, influenciadas pela própria constante transformação da sociedade. Também houve várias divergências e mudanças na maneira como as Ciências Sociais enxergavam e interpretavam estes movimentos; e é este basicamente o ponto que focamos na abordagem desse percurso histórico dos debates, baseando-nos na discussão

formulada por três distintos autores que buscaram sintetizar a história das diversas interpretações sobre a ação coletiva e os movimentos sociais na segunda metade do século XX, sendo eles: (GOHN, 2000; EDELMAN, 2001; SCHERER-WARREN, 2005).

Segundo estes autores, podemos considerar que houve basicamente duas “correntes” com distintas maneiras de analisar a questão: a corrente estadunidense e a corrente europeia. Eles ressaltam que durante algumas décadas houve pouco contato epistemológico entre as duas correntes e ocorreram também transformações no interior de cada uma ao longo do tempo. A corrente estadunidense esteve mais ligada à tradição da sociologia funcionalista, enquanto a corrente europeia esteve mais ligada à tradição da sociologia marxista com influência também da tradição weberiana posteriormente, “nos mostra uma diversidade no interior dos paradigmas estadunidenses e europeus, colocando, por exemplo, cinco teorias principais sobre ação coletiva no paradigma estadunidense” (GOHN, 2000). A partir destas, (GOHN, 2000) coloca a existência de uma terceira corrente que seria a latino-americana, a qual consistiria essencialmente numa apropriação de diversos elementos e conceitos da corrente europeia e uma ressignificação dessa influência de modo a adaptá-la ou aproximá-la a distinta realidade da América Latina.

A corrente estadunidense funcionalista, dominante no país até os anos 1960, tendia a interpretar os movimentos sociais como “distúrbios” ou “deformações” de um sistema coeso que era a sociedade. A efervescência da supracitada década, com grande participação política da sociedade civil, com protestos e mobilizações, produziu grandes impactos nos cientistas sociais de todo o mundo. Nos Estados Unidos da América (EUA), as mudanças de interpretação viriam sob grande influência de Mancur Olson e sua visão “racionalista” da ação coletiva, que incluía o conceito de “*free rider*”, no qual até a não-participação ou dedicação às ações coletivas era uma atitude racional. Para este autor, as ações coletivas que tendem a obter êxito são usualmente constituídas de grupos pequenos, pois nesses casos há “incentivos seletivos” para os indivíduos, gerados pela visibilidade no grupo e a consequente preocupação gerada pela necessidade de reconhecimento no interior do mesmo; no caso dos grupos grandes, como não há visibilidade individual e consequentemente “incentivos seletivos”, a tendência é que os indivíduos tenham o comportamento de “*free rider*”, obtendo os mesmos bônus dos demais membros do grupo, porém com o mínimo esforço (OLSON, 1968)

A visão de Olson influenciaria diversos autores posteriores que viriam a formular o que ficou conhecida como a “teoria da Mobilização de Recursos”, destacando-se McCarthy e Zald. Influenciada pelas “teorias das organizações” da administração estadunidense, os

defensores do viés teórico da “Mobilização de Recursos” pregavam que era essencial compreender a estrutura interna dos movimentos sociais, bem como analisar a capacidade de obter recursos dessas organizações, sendo crucial também o entendimento de que toda organização consiste num grupo de interesse político, o que leva ao entendimento de que a inclusão desses interesses na agenda política do país seria uma forma de mensurar o sucesso desse grupo³.

A corrente estadunidense teve relativamente pequena reverberação além do seu país de origem, por diversos motivos, dos quais destacamos o contexto histórico (Guerra Fria) e a menor presença da sociologia funcionalista em continentes como a América Latina, nos quais se destacava a influência do marxismo no meio intelectual (EDELMAN, 2001; SCHERER-WARREN, 2005).

A corrente europeia, tanto a mais clássica, quanto a que surgiu no pós-1960, teve maior repercussão mundial e influenciou bastante a produção acadêmica sobre movimentos sociais na América Latina. Boa parte dos cientistas sociais europeus pré-1960, analisavam a sociedade sob o viés marxista da luta de classes, dando grande importância à influência do fator econômico (capitalismo) na vida dos trabalhadores, bem como na ideia de “consciência de classe” e “identidade de classe” (sobre o qual o trabalho do historiador Edward Thompson⁴ exerceu grande influência). Na América Latina, até a década de 1960, essa visão estritamente marxista foi predominante, porém com algumas modificações ou adaptações à realidade local⁵: enquanto na Europa se focava na análise das lutas de classe através das ações coletivas de grupos ou organizações da sociedade civil, bem como na análise do proletariado, na América Latina se tinha a noção da dificuldade na definição das classes sociais devido ao “abismo” existente entre o proletariado urbano e rural, bem como a heterogeneidade de ambos, o que conseqüentemente corroborava para que praticamente não existisse “consciência de classe”. A alternativa encontrada por esses estudiosos foi a de concentrar suas análises no

³ Edelman (2001, p. 290) nos coloca uma crítica à teoria da Mobilização de Recursos “[] *In underscoring the importance of mobilization processes and well-endowed organizations (and competition among the latter), the RM paradigm tended to disregard situations in which social movements, usually of the very poor, emerged with few resources or where overt organization---in contexts of extreme inequality, severe repression, and hopeless odds--- endangered participants, producing “shadowy” (Piven & Cloward, 1977), “submerged” (Melucci, 1989), or “hidden” forms of resistance (Scott, 1990) that might or might not lead to collective action (Burdick, 1998).*

⁴ Thompson (1963).

⁵ Os principais representantes latino-americanos e influências dessa corrente foram: Gunder Frank, Cardoso e Faletto, T. dos Santos, Castells, F. Fernandes, Kowarick e Germani.

Estado, nos partidos políticos e nas “vanguardas”, enxergando-os como os vetores da transformação social (SCHERER-WARREN, 2005).

Na Europa do pós-1960, novas formas de interpretação sobre movimentos sociais surgem (GOHN, 2000), dentre os quais se destacaram os trabalhos de autores como Castells, Touraine e Melucci. Ainda sob influência do marxismo, mas incorporando elementos de Weber e de perspectivas da antropologia cultural, esses autores formularam um conjunto de idéias que ficou conhecido como “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”. A influência weberiana faz-se notar pela substituição da luta de classes enquanto categoria central da análise e a ascensão do “ator social” e sua “ação social” enquanto novo elemento chave da pesquisa. A “identidade” de grupo, incluída no conceito de “historicidade” formulado por Touraine, passa a ser também um elemento importante na análise e as práticas sociais de determinado grupo, bem como sua história social são essenciais para entendermos suas formas de ação e o motivo de sua organização (RIECHMANN; BUEY, 1994). Uma nova forma de dominação é detectada pelos teóricos deste período, a dominação sob o “modo de vida” imposto pela globalização, e a “luta central” dos movimentos sociais neste contexto passa a ser a de manutenção do seu modo de vida ou de sua identidade (TOURAINÉ, 1984). O italiano Melucci aprofunda a ideia e defende que o Estado e o Mercado racionalizam e exercem um controle sob a esfera privada, sendo estes considerados “códigos silenciosos de dominação” (EDELMAN, 2001). Neste contexto ganham força e centralidade os chamados “movimentos identitários” ou de “autoafirmação”, tais como: o movimento negro, feminista, homossexual.

Essas mudanças na corrente europeia também influenciaram bastante a América Latina a partir dos anos 1970, tendo se consolidado nos anos 1980 através de uma série de estudos dos chamados “movimentos de base” (*Grassroots*), considerando, dependendo do autor, tanto os movimentos dos moldes analisados pelos europeus (“identitários”), quanto movimentos que buscavam uma transformação mais próxima daquela defendida pelos movimentos marxistas, como os movimentos camponeses que se proliferaram no período. Mais recentemente, nos anos 1990, o que se verificou foram o surgimento dos estudos das “redes de movimentos sociais” ou “networks” (SCHERER-WARREN, 2005; EDELMAN, 2001) e novas possibilidades de análise destas formas de organização globalizadas.

É importante destacar também que há uma significativa diferença conceitual sobre o que usualmente são considerados *movimentos sociais* para a corrente européia e estadunidense. Para os estadunidenses, *movimentos sociais* são grupos de interesse que

consequentemente visam atingir determinado objetivo político e se organizam para tal fim; para esta definição, pouco importa qual seja o objetivo, sendo considerado um movimento social tanto um grupo organizado anarquista, quanto um grupo organizado religioso ultraconservador. Para os europeus, há uma tendência de considerar *movimento social* apenas aqueles grupos que almejam uma *mudança social* ou que sejam contra-hegemônicos e em situação desfavorável nas relações de poder, mais ligados ao que se convencionou historicamente chamar de “visão de esquerda”; desta forma os grupos organizados que atuariam para a manutenção do *status quo* não seriam considerados *movimentos sociais*. Por *status quo* entende-se como um conjunto de valores tidos como hegemônicos, causadores de diversas “opressões”, tais como: Capitalismo; machismo; racismo; homofobia; etc.

Para nossa pesquisa, optamos por utilizar autores que estariam vinculados ou mais influenciados tanto pela matriz européia, quanto pela matriz estadunidense. Atemo-nos aos seguintes autores especificamente: Touraine, Gohn, Scherer-Warren, Tarrow, MCarthy e Zald. As brasileiras Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren fizeram uma operacionalização e reflexão de conceitos formulados por autores especialmente dos *Novos Movimentos Sociais*, criticando-os e ressignificando-os para adequá-los à realidade latino americana que encontravam em suas pesquisas.

A definição de movimentos sociais que utilizamos se aproxima daquela discutida por Gohn (2010, p.13):

Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Também acreditamos ser importante a compreensão e análise do contexto (político; econômico; histórico) em que atuam os movimentos sociais, pois ao mesmo tempo em que eles influenciam e buscam influenciar na sociedade, inclusive no campo institucional, também são influenciados pela mesma. Nesse sentido, utilizamos principalmente o conceito de *estrutura de oportunidades* (TARROW, 1997) para analisar em que condições se dá a atuação do MXVPS e em que sentido elas influenciam nas decisões e ações do mesmo.

2.3.2 O Debate sobre os “Novos Movimentos Sociais” (NMS)

O conceito de *Novos Movimentos Sociais* é desenvolvido na Europa durante os anos 1960 e 1970, por autores como Touraine, Castells e Mellucci. Está pautado na crítica ao marxismo e sua análise estrutural que focava no sistema econômico, na luta de classes e no estudo aprofundado de um grupo social específico, os operários, o qual caberia o papel natural de protagonismo em uma possível revolução (GOHN, 2008, p. 34-35). A análise dos autores do NMS é focada na ação dos atores sociais que constituem os movimentos sociais, bem como por uma perspectiva culturalista que coloca a questão da identidade enquanto elemento essencial para a análise de um movimento social. Essa produção acadêmica é influenciada diretamente pela emergência de movimentos sociais nos anos 1960 e 1970, os quais eram pautados por esse caráter identitário, tais como: o movimento negro; feminista; homossexual; dentre outros. Para esse “novo” modelo de organização social, segundo diversos autores supracitados, a disputa ou o conflito se deslocam ou não estão restritos ao campo econômico e social, mas também ou mesmo predominantemente ao campo cultural, representada na disputa pela manutenção ou propagação das identidades coletivas de cada grupo social organizado (GOHN, 2008, p. 35- 40).

Podemos afirmar que os autores que trabalham com o conceito de “Novos Movimentos Sociais”, procuraram desenvolver características em comum entre esses movimentos, sem desconsiderar as especificidades de cada movimento social e o contexto em que atuam (histórico; social; econômico). Nesse sentido, Scherer-Warren (2005, p. 69-73) defende a existência de pré-requisitos para a formação de movimentos sociais na contemporaneidade, os quais seriam: a) O reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades; b) O desenvolvimento de uma sociabilidade política; c) A construção de um projeto de transformação.

O primeiro pré-requisito (reconhecimento coletivo de um direito e formação de identidades) é marcado por um caráter objetivo, que é o reconhecimento de direitos, muitos deles previstos no ordenamento jurídico e na constituição brasileira. Todavia, o processo que leva ao reconhecimento coletivo de um direito por determinado grupo é marcado por fortes elementos subjetivos, pois a “simples situação de miséria, discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente esse reconhecimento” (SCHERER-WARREN, 2005 p. 69). Segundo a autora, o principal elemento subjetivo que contribui para o reconhecimento coletivo de um direito é a noção de “dignidade humana”, que é descoberta ou redescoberta

por determinado grupo. A partir desse processo de reconhecimento de um direito é que se constitui a formação de uma identidade social e política, pois os indivíduos enxergam uma similaridade nas necessidades, demandas e direitos.

No caso dos NMS, os sujeitos tendem a possuir múltiplas identidades em torno de variadas demandas que, no entanto, usualmente convergem em certos pontos (ex.: uma mulher pode se definir e integrar um movimento de agricultoras, mas também de sem terras e de atingidos por barragem). Paralelamente, os NMS criam cada um sua identidade política específica, que tendem a não se enquadrar em nenhum termo unificador ou generalizante, tais como “pobres” ou “classe trabalhadora”, mas sim num processo de identificação com uma demanda específica (sem-terras, sem-teto, agricultores, mulheres, negros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros (LGBT)).

O segundo pré-requisito para a formação de um movimento social é o desenvolvimento de uma sociabilidade política. A sociabilidade política aqui é entendida como um espaço de troca e contato entre os integrantes de um movimento social, espaços esses marcados tanto por elementos deliberativos, quanto por elementos reflexivos, ambos fundamentais para o fortalecimento de identidades e principalmente para o aprendizado prático sobre formas de participação, organização e luta, assim como para a apreensão crítica de nosso mundo e suas representações políticas, sociais e culturais.

O terceiro pré-requisito para a formação de um movimento social, segundo Scherer-Warren, é a construção de um projeto de transformação. Esse projeto tende a ser bem mais amplo do que uma causa específica (como a desapropriação de uma terra, ou a não construção de uma barragem), buscando uma utopia de construção de outra sociedade. É apenas quando existe esse projeto mais amplo que o movimento social resiste ao tempo, pois se não há esse projeto, ele tende a acabar depois que a luta imediata seja conquistada. Um projeto de transformação é de longo prazo e deve ser levado passo à passo; nesse sentido e utilizando a metáfora da Teologia da Libertação, uma demanda conquistada é apenas um passo na “caminhada” em direção à outra sociedade (SCHERER-WARREN, 2005, p.72).

Todavia, Scherer-Warren (2005, p. 23-24) defende que não se deve fazer análises reducionistas a partir de uma divisão entre “movimentos sociais tradicionais” e NMSs, as quais consistiriam numa excessiva preocupação com a forma e tipologia de um movimento. Mais apropriado do que a preocupação com essa dicotomia e enquadramento de um movimento social entre “tradicional” e “novo”, é o olhar para “novos elementos culturais emergentes” na atuação política, tanto das organizações tidas como tradicionais (sindicatos,

partidos), quanto em organizações classificadas como novas (movimentos ecológicos, étnicos, gênero e outros). Nesse sentido:

Os pesquisadores chamam a atenção para a necessidade de buscar os vestígios das formas tradicionais de fazer política (clientelismo, paternalismo, autoritarismo populista ou estalinista) nos novos movimentos sociais (NMS), bem como de buscar os novos estilos de fazer política nos sindicatos, partidos e instituições governamentais (c.f. Alvarez, 1989). Relevante também é compreender as tensões entre novas e velhas orientações políticas no interior de cada movimento social específico (c.f. Calderón, 1986, 1987) (SCHERER-WARREN, 2005, p. 24).

Esses “novos elementos culturais emergentes”, para os quais o olhar dos pesquisadores de movimentos sociais deve ser direcionado, segundo a autora, seriam:

A sua natureza cívica e pacífica, o comprometimento com a descentralização e autonomia, a tolerância pluralística fundada na diversidade cultural e humana, paz com justiça social e respeito à natureza, democracia mais participativa e direta (c.f. síntese de Fals-Borda, 1990) (SCHERER-WARREN, 2005, p. 25).

Ainda para Scherer-Warren (2005, p. 50-52), o que se convencionou chamar de Novos Movimentos Sociais (Movimento Sem-Terra, movimento de mulheres, LGBT, movimentos de bairro, ecológico e outros) constituem-se em um grande potencial de transformação na cultura política brasileira, marcada pelo autoritarismo e conservadorismo historicamente presente tanto na política institucional, quanto na própria sociedade civil. Segundo sua abordagem e de outros pesquisadores, boa parte dos NMS possuem traços em comum questionadores dessa cultura política, tais como o antiautoritarismo e a defesa da descentralização do poder. Não obstante as especificidades na forma de organização e atuação, bem como as diferenças regionais, contradições internas e limites, os NMS possuem um potencial de “corrosão do autoritarismo” e democratização da sociedade (SCHERER-WARREN, 2005, p.53-64). Segundo a autora, a atuação desses grupos para a referida mudança social se caracterizaria por três vias paralelas e inter relacionadas: 1) *a deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado*; 2) *a reapropriação política do sentido das relações comunitárias*; 3) *a democratização das práticas internas cotidianas dos grupos*.

Na primeira via de atuação, os NMS questionam a forma de atuação do Estado, tanto no sentido de sua ligação com as elites econômicas ou com uma “classe dominante”, quanto pela ausência de participação dos segmentos populares nos processos decisórios que os afetam intensamente. Nesse sentido, os movimentos sociais desenvolvem e se utilizam de

várias formas de “desobediência civil” para efetuar essa deslegitimação e contestar, ainda que em alguns casos indiretamente, o modelo de democracia representativa vigente no país. Dentre as ações diretas, destacam-se: as “barricadas”, bloqueios de rua e ocupações por parte dos movimentos populares urbanos; os acampamentos em beira de estrada e as ocupações de terras devolutas ou improdutivas pelo MST e outros movimentos rurais; a expulsão de pesquisadores e outros trabalhadores e destruição de infraestrutura inicial para a construção de barragens, no caso dos atingidos por barragens; a ocupação de órgãos públicos e “sequestro” de funcionários públicos por parte dos indígenas.

Na segunda via, *a reapropriação política do sentido das relações comunitárias*, a autora defende que parte significativa dos NMS enxerga um grande poder na força comunitária para a constituição histórica do grupo. Nesse sentido destacam-se os movimentos populares de bairro, os movimentos urbanos pela moradia e o *Movimento dos Sem-Terra*. Este último desenvolve sua atuação a partir dos acampamentos coletivos, nos quais a partir da vida comunitária se busca a construção de identidades e questionamento da organização da sociedade em torno da propriedade privada (SCHERER-WARREN, 2005, p. 55-56).

Na terceira via, *a democratização das práticas cotidianas internas ao grupo*, os movimentos procuram desenvolver mecanismos para se distanciar da centralização e autoritarismo que os mesmos questionam no Estado e em outros ramos da sociedade. Para isso, procuram desenvolver mecanismos para que as decisões e encaminhamento das lutas sejam definidos pelas *bases* dos movimentos, buscando reduzir a utilização de representações, delegações e hierarquização ao que consideram estritamente necessário. Todavia, estas tentativas constantemente têm incorrido em contradições, já que muitas vezes indivíduos acabam exercendo uma liderança autoritária nesses processos, influenciados também pela cultura política histórica do país (SCHERER-WARREN, 2005, p. 57-58).

Os principais limites apontados para que as mudanças sociais, especificamente as referentes à cultura política, ocorram são: a dificuldade de propagação e penetração das ideias destes movimentos sociais na sociedade como um todo; a defasagem recorrente entre o discurso ideológico e a prática efetiva dentro dos movimentos sociais; a fragmentação na ação dos NMS, muito influenciada pela própria concepção ideológica de muitos desses movimentos no sentido de valorizar as diferenças e especificidades (SCHERER-WARREN, 2005, p. 63-64).

Na década de 1990, diversos pesquisadores analisam e defendem o surgimento ou fortalecimento da organização dos movimentos sociais em redes (RIECHMANN; BUEY,

1994; SCHERER-WARREN, 2005; GOHN, 2010). Este modelo de organização em rede está inserido em um contexto social vivido no final do século XX e início do XXI, analisado por diversos cientistas sociais e caracterizado segundo os mesmos por uma *sociedade atomizada*, pautada na *individualização alienada*, que como consequência produz as *condutas de crise*, que seriam a representação da desmobilização social gerada pela “atomização” da sociedade e, nesse sentido, se manifestariam como um “antimovimento” social (BERIAIN, 1996, p. 160-61; FRANCISCO, 1997, p. 215-216). Todavia, apesar dessa “atomização”, podemos identificar também um espaço de condutas coletivas que se baseiam em um imaginário social de transformação da sociedade no futuro e se organizam para isso; esse seria justamente o espaço de atuação e construção dos movimentos sociais, que adotariam neste contexto as *condutas defensivas*, ações que seriam no sentido de construção e defesa de identidades e direitos (RIECHMANN; BUEY, 1994, p. 85-100). É como parte do desenvolvimento dessas *condutas defensivas* e de sua transformação que os movimentos sociais começam constituir redes (*network organizations*) a partir de meados da década de 1980 processo que se acentua e é consolidado na década de 1990.

As redes possuem o objetivo de aglutinar movimentos com interesses comuns para, não apenas contestar, mas também propor uma agenda que inclua interesses convergentes e planejamento à médio e longo prazo (SCHERER-WARREN, 2005, p. 119-123). Segundo a mesma autora, se referindo ao contexto em que produzia sua obra (década de 1990), as redes de movimentos sociais no Brasil possuem algumas características que estão presentes na maioria delas, as quais seriam:

a) *Articulação de atores e movimentos sociais e culturais*: este seria o elemento básico para a constituição de uma rede, pois é a partir da articulação de atores e movimentos sociais e culturais distintos que elas se formam. Essas articulações podem ocorrer de múltiplas formas e por diferentes razões; podem envolver grupos com demandas distintas que se unem por uma identificação regional ou podem se unir, por exemplo, em torno de demandas bem específicas para serem pautadas no plano nacional (como os movimentos que lutam por moradia popular). As articulações podem ser em torno de questões conjunturais, mais imediatas, ou com intenções de vínculo de longo prazo.

b) *Transnacionalidade*: Boa parte das redes de movimentos sociais brasileiros possuem relações com organizações internacionais. A intensidade dessas relações varia bastante de acordo com as especificidades de cada rede, sendo que usualmente o financiamento de ONGs e movimentos sociais locais que integram as redes de movimentos

sociais no Brasil tem a participação de redes internacionais de solidariedade que atuam especialmente no campo dos direitos humanos e no ambientalismo. Todavia, essa relação marcada pela transnacionalidade não se restringe ao financiamento, mas é caracterizada por uma maior complexidade, onde há trocas de informações entre os grupos locais e internacionais, bem como definição conjunta de prioridades e ações. Esta aliança entre movimentos nacionais e internacionais é apropriada por grupos políticos conservadores que se utilizam do discurso nacionalista para deslegitimá-la, como o seguinte excerto explicita:

Quando movimentos transnacionais defendem, então, os direitos de movimentos locais, étnicos ou não, se dá a fusão máxima que se leva ao apelo imediato à retórica antiga, onde a conspiração comunista internacional se transforma em conspiração ambientalista internacional e o vermelho se transforma em verde (RIBEIRO, 1990 apud SCHERER-WARREN, 2005, p. 120).

c) *Pluralismo organizacional e ideológico*: Esta característica se manifesta em duas facetas, as quais seriam, tanto a diversidade ideológica de atores que integram uma rede (pautados por um objetivo e princípio ético em comum, como o combate à fome, por exemplo), quanto o fato de um mesmo ator poder integrar várias redes.

d) *Atuação nos campos cultural e político*: As redes de movimentos sociais atuam paralelamente nos campos cultural e político. No campo cultural, batalham na propagação de valores por meio da “sensibilização” da sociedade e tentativa de “universalização” de conceitos como a ecologia ou os direitos humanos. No campo político, atuam como grupo de pressão institucional contra governos e empresas com o objetivo de que estes atendam suas demandas.

Na década de 2000, Gohn (2010, p. 16-17) afirma que os movimentos sociais veem conseguindo abarcar áreas do cotidiano que se mostram de difícil penetração para outras entidades e instituições (tais como partidos políticos, sindicatos e igrejas), especialmente relacionados à manifestação de aspectos da subjetividade das pessoas, como crenças, sexo, valores, dentre outros. A autora credita essa capacidade dos movimentos ao fato de serem, em sua maioria, mais tolerantes que outras instituições.

Outro ponto destacado pela referida autora é o fato dos movimentos sociais no Brasil terem passado por grande transformação no que concerne à ideia de autonomia, se compararmos as décadas de 1980 e 2000. Na década de 1980, a ideia de autonomia estava fortemente vinculada com a necessidade de uma atuação política “por fora” do Estado e muitas vezes à margem de qualquer institucionalização; tal visão era influenciada pelo

contexto histórico da época (ditadura militar e início da redemocratização). Nos anos 2000, a atuação política inclui a pressão institucional sobre o Estado, bem como participação em alguns espaços proporcionados pela Constituição de 1988. Outros sim, além de questionarem e apontarem problemas de nossa sociedade, os movimentos sociais agora se preocupam constantemente em apontar soluções e para isso contam cada vez mais com pessoal qualificado. A autonomia não seria perdida com esse novo posicionamento e estaria pautada na priorização da cidadania.

Gohn (2010, p. 31), em pesquisa sobre os movimentos sociais brasileiros nos anos 2000, classificou dez eixos temáticos de lutas e demandas em torno do qual atuavam estes grupos, os quais seriam: 1) lutas e conquistas em torno da habitabilidade nas cidades, o que estaria representado tanto nos movimentos de sem-teto e suas ocupações urbanas, quanto nos movimentos que contestam a violência nas cidades; 2) Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (orçamento participativo e conselhos gestores); 3) Mobilizações e movimentos de recuperação de equipamentos e serviços coletivos (saúde, educação, lazer, etc.); 4) Mobilizações e movimentos contra o desemprego; 5) Movimentos de solidariedade e apoio à moradores de rua, usuários de drogas, deficientes físicos e portadores de HIV; 6) Mobilizações e movimentos dos sem-terra; 7) Movimentos étnico-raciais (negros e indígenas); 8) Movimentos que envolvem questões de gênero (mulheres e LGBT); 9) Movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; 10) Movimentos contra as políticas neoliberais e contra os efeitos da globalização.

Essa classificação em eixos temáticos foi produzida no início da década de 2000. No final da década, Gohn afirma o quanto a mudança política, com a chegada do PT ao governo federal, influenciou para a redução drástica nas mobilizações e atuação dos movimentos sociais:

Uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. [...] Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias. Francisco de Oliveira chega a afirmar que o movimento social foi capturado pelo Estado. [...] Talvez, se existir alguma resistência social, ela ocorra nos atos de desobediência civil ou em atividades de 'costas para o Estado' (GOHN, 2008, p. 60).

2.3.3 Os Movimentos Sociais e o conceito de “Historicidade”

Touraine recebe influências da sociologia marxista e weberiana. O conflito é um elemento central de sua teoria, mas a análise se desloca de possíveis mecanismos estruturais, especialmente econômicos (tais como o capitalismo), para ressaltar os atores sociais. A vida social é “autoproduzida” através de um permanente conflito entre os atores; nesse sentido o conflito central existente na sociedade não seria aquele defendido pelo marxismo (a luta de classes entre os que possuem os meios de produção e os que não possuem), mas estaria agora estabelecido sob bases culturais.

Para compreendermos este “conflito central” em Touraine é importante que abordemos o conceito de *historicidade*. Para o referido autor *historicidade* seria o “conjunto dos modelos culturais, cognitivos, econômicos, éticos, pelos quais uma colectividade constrói suas relações com o seu meio ambiente.” (TOURAINÉ, 1996, p. 67) A *historicidade* não pode ser vista como um conjunto de valores solidamente estabelecidos na sociedade, mas sim como “orientações culturais, através dos quais as práticas sociais são constituídas” (TOURAINÉ, 1996, p. 68). A partir do entendimento da ausência de solidez, podemos compreender o conflito central que permeia a sociedade: a transformação do conjunto de modelos culturais (*historicidade*) num sistema de relações sociais é o gerador e motor do conflito, ressaltando que essas relações são marcadas pela desigualdade, são relações de poder. A “autoprodução da vida social” se dá por meio das “relações desiguais entre atores que participam de suas próprias orientações culturais.” (TOURAINÉ, 1996, p. 71).

Desta forma, para Touraine, a atuação dos movimentos sociais seria fundamentada em uma disputa para produzir uma “forma social” para as “orientações culturais”. Deste aporte teórico derivam diversas importantes reflexões presentes em vários autores dos *Novos Movimentos Sociais*, tais como a importância da identidade coletiva para a formação e constituição dos movimentos sociais, bem como a necessidade de auto-afirmação por parte dos mesmos.

2.3.4 A “Estrutura de oportunidades”, a composição e estratégia dos movimentos sociais

As abordagens de Sidney Tarrow, Mcarthy e Zald podem aparentemente serem vistas como antagônicas em diversos aspectos, se compararmos com a de Touraine e de autores dos

NMS, devido ao fato de focarem a análise dos movimentos sociais enquanto um “fenômeno racional”. Todavia, achamos que é possível operacionalizar alguns conceitos desses autores e relacioná-los, apresentando uma visão abrangente de movimento social e condizente com os objetivos da pesquisa.

Para entendermos essa racionalidade que permeia os movimentos sociais e as ações coletivas, estes autores defendem que devemos atentar para alguns aspectos quando empreendemos a análise. A atuação e organização dos movimentos são influenciadas pela “estrutura de oportunidade política”, que seriam as “dimensões congruentes do entorno político, que oferecem incentivos para que as pessoas participem de ações coletivas”. (TARROW, 1997, p. 162). Ou seja, o local, a temporalidade e a conseqüente estrutura política específica faz com que a forma de atuação e organização dos movimentos ganhe diferenças. Outros elementos são importantes para a análise dos movimentos sociais: verificar quais são os grupos locais e regionais que constituem o movimento; como se configura a estrutura do movimento; como são as relações do movimento com as instituições; quais são os modelos interpretativos adotados pelos movimentos sociais (TARROW, 1997; MCADAM, MCCARTHY; ZALD, 1999). Além disso, devemos considerar que há aspectos subjetivos que motivam a ação coletiva, tais como o sentimento individual ou social de descontentamento.

Outro importante conceito abordado por Sidney Tarrow é o de “contramovimento”. São movimentos que surgem como reação às ações de outros movimentos sociais (TARROW, 1997). São financiados e algumas vezes criados pelas instâncias de maior poderio econômico e político; sua duração geralmente está condicionada à contraposição do movimento contestador que deu origem ao “contramovimento” (VIDAL, 2012).

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Para entendermos e analisarmos o MXVPS mostra-se importante situá-lo como parte constituinte de uma história dos movimentos sociais da região o qual se situa. A construção da rodovia Transamazônica é um marco nas transformações da região de Altamira, sejam ambientais, econômicas ou sociais. A partir da construção e da mudança drástica na demografia dessa região, se constituem as bases do que viria a se transformar nos primeiros movimentos sociais de Altamira e outros municípios vizinhos.

Seguindo uma cronologia linear, utilizada com fins didáticos por nós, dividimos este capítulo em cinco partes. Na primeira parte (3.1), abordamos o surgimento e desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base CEBs e dos STRs, denotando uma forte influência, desde o início, de duas organizações que estariam bastante presentes nas três décadas seguintes (1980, 1990 e 2000) e que ainda mantêm relevância até hoje (ainda que talvez em “menor grau”): a igreja católica (representada na região pela Prelazia do Xingu), por meio dos integrantes da “Teologia da Libertação”; e o PT e a central sindical que historicamente esteve vinculada à ele: Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na segunda parte (3.2), discutimos a história da formação e atuação do MPST, entidade que pode ser vista como o precursor da rede que uma década e meia depois viria a se chamar Xingu Vivo. O MPST tinha como uma de suas principais pautas, o asfaltamento da Transamazônica, bem como a melhoria na oferta de serviços públicos na região (especialmente saúde e educação) e a priorização dos pequenos agricultores pelas políticas governamentais, os mesmos que foram levados para a região como “colonos”. Também abordamos a transformação do MPST através da incorporação da “questão ambiental” em suas pautas prioritárias, o que o leva a mudar sua configuração e sua denominação duas vezes nos anos 2000, passando a se chamar MDTX no início da década e MXVPS no final da década.

Na terceira parte (3.3), analisamos a relação entre as hidrelétricas na Amazônia e os movimentos sociais da região, desde os casos das UHE Balbina, Samuel e Tucuruí, no período da ditadura militar, até casos mais recentes que envolvem a construção de hidrelétricas nos governos Lula e Dilma. Normalmente adotando posicionamento contrário às barragens, os movimentos sociais da região amazônica usualmente eram (e são) vistos como empecilho pelo governo federal.

Na quarta parte (3.4), abordamos um histórico sobre a UHE Belo Monte, bem como o contexto recente de construção da usina, seus impactos e conflitos. No histórico, vemos as diversas contestações e críticas desde seu projeto inicial (década de 1980), até as contendas mais recentes (como as ações impetradas pelo MPF) que envolvem os Estudos de Impacto Ambiental, as Audiências Públicas e o não cumprimento de condicionantes impostas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para que as licenças fossem concedidas.

3.1 As comunidades eclesiais de base (CEBS) E os sindicatos de trabalhadores rurais (STRS)

Apesar de nosso trabalho analisar um movimento social contemporâneo sediado na cidade de Altamira, o MXVPS, é importante a compreensão e análise de que o referido movimento está inserido em um contexto histórico regional de grandes transformações vividas nas últimas quatro décadas, o que inclui a formação de movimentos sociais locais, especialmente a partir da década de 1980, bem como uma tradição de mobilizações.

Ao longo deste item, ressaltamos duas formas de organização que se destacaram na região, fundamentalmente no bojo das grandes transformações que envolveram a construção da rodovia Transamazônica (BR-230) e os projetos de “colonização” impostos pelos governos militares, os quais foram os STRs e as CEBs. Destacamos também a influência da igreja católica enquanto ator social na região, através dos integrantes da *Teologia da Libertação*.

A *Teologia da libertação* constitui-se em um segmento da igreja católica que defende muitas transformações no interior da igreja católica, assim como na sociedade. Os teólogos desse grupo acreditam na inseparabilidade entre igreja e sociedade e acreditam, inspirados em autores marxistas e nos ideais que permeiam o socialismo, bem como na obra de Paulo Freire, que a igreja deve ser um agente da transformação social, se colocando ao lado dos “pobres” e “oprimidos”. Esse segmento atingiu seu auge de alcance na aplicação de suas ideias na América Latina, nos anos 1980, quando segundo Leonardo Boff (um dos principais teólogos da libertação) haviam mais de 70 mil Comunidades Eclesiais de Base CEBs no Brasil (SCHERER-WARREN, 2005, p. 36).

As CEBs eram a principal forma de atuação da Teologia da Libertação e consistiam em “grupos de 15 a 20 famílias, que se reúnem uma ou duas vezes por semana para escutar a palavra de Deus e compartilhar seus problemas através da inspiração do evangelho”. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 37). Ao mesmo tempo em que serviam para propagar os

ideais da Teologia da Libertação, as CEBs se configuravam como alternativa para a igreja católica lidar com a escassez de padres em áreas rurais e periferias urbanas da América Latina, já que delegava funções a leigos e suas reuniões ocorriam independentes da presença do padre, que atendia a muitas CEBs ao mesmo tempo. Os padres conduziam e mediavam o funcionamento das CEBs sob forte influência do método educacional de Paulo Freire, o qual defendia a *libertação* enquanto um processo de desenvolvimento de uma consciência crítica. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 38)

No caso da região da Transamazônica, as CEBs surgem e se expandem nos anos 1970 e 1980, em um contexto de intensos conflitos sociais e declínio de investimentos por parte do Governo Federal que, uma década após iniciar a construção da rodovia e incentivar a vinda de “colonos” de várias regiões do país, praticamente abandona o projeto ao deixá-lo inacabado, corta as linhas de crédito aos colonos e não investe nos direitos sociais fundamentais (saúde, educação, dentre outros). Esse contexto favoreceu a atuação e crescimento das CEBs, que num período de ditadura militar serviram como “uma cobertura protetora para as organizações populares, como para os sindicatos operários e as federações dos camponeses, que de outra forma sucumbiriam à regressão” (LERNOUX, 1982, p. 33; apud MOREIRA, 2008, p. 122).

Através do método de educação freiriano, as CEBs formaram vários integrantes e lideranças que posteriormente ocupariam espaços e se destacariam nos STRs, bem como no PT, nos movimentos de mulheres, MPST, dentre outros.

Os STRs surgiram na região da Transamazônica durante a década de 1970 e início de 1980, sendo incentivados e dominados inicialmente por forças políticas conservadoras, ligadas aos grandes proprietários de terras, os quais procuravam aplicar a lógica do paternalismo e clientelismo nessas organizações, além da forte repressão aos opositores, reproduzindo desta forma práticas políticas cotidianas da região amazônica e várias regiões do Brasil dos anos 1980.

O processo de “tomada” dos STRs pelos camponeses, influenciados pela Teologia da Libertação, que conseqüentemente adotariam posturas combativas em relação aos latifundiários e ao Estado, é abordado por diversos autores (MOREIRA, 2008, p. 149-150; FVPP, 2006, p. 19; STEINBRENER, 2011, p. 152-155).

Essa “tomada” dos STRs pelos trabalhadores rurais ocorreu por toda a década de 1980, boa parte pelas vias eleitorais, sendo que a primeira tomada ocorreu no STR de

Santarém, no ano de 1980, tendo o STR de Altamira sendo tomado apenas em 1988⁶. As CEBs, amplamente presentes na região, contribuíram significativamente para esse processo de tomada, através de sua formação política, assim como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada à teologia da libertação.

Todavia, novos atores sociais na região da Transamazônica durante esse processo de tomada dos STRs, também seriam fundamentais para consolidar essas transformações nos rumos dessas organizações: o PT e a CUT. Nos anos 1980, o PT almejava ser um partido de massas e vinha se consolidando como a principal força política de esquerda no processo de redemocratização. Oriundo do sindicalismo do ABC paulista, o partido liderou a criação da CUT, entidade que em pouco tempo começou a se expandir e conquistar a maior parte dos sindicatos de trabalhadores por todo o Brasil. A CUT destinava um importante espaço em sua estrutura administrativa para os sindicatos rurais e apostava nesse segmento de luta, devido à gritante contradição social existente no campo.

No Pará, o PT e a CUT ainda não tinham a expressão política que na década de 1980 conseguiram em várias áreas do Centro-sul brasileiro. Todavia, os seminários e cursos de formação política, bem como a relação do PT e CUT com a teologia da libertação, contribuiu para aos poucos espalhar influência na região da Transamazônica e contribuiu para a tomada dos STRs. Vários sindicalistas da segunda metade da década de 1980 eram filiados ou viriam a se filiar ao PT, assim como integrar fileiras de destaque na CUT (MOREIRA, 2008, p. 152-55). Essa relação entre STRs, CUT e PT, atravessaria as décadas de 1990 e 2000, influenciando, segundo vários entrevistados por nós, o redimensionamento de forças dentro dos movimentos sociais contrários à hidrelétrica de Belo Monte no fim da década de 2000 e início da década de 2010⁷.

As experiências sociais e de ações coletivas no interior das Comunidades Eclesiais de Base e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais influenciou para que se consolidasse na região da Transamazônica uma tradição de mobilizações pautadas na exigência de direitos e cidadania, representada por inúmeras reivindicações e surgimento de vários movimentos

⁶ O STR de Altamira sempre foi considerado prioritário pelas forças repressivas do Governo Federal, pelo fato da cidade ser o principal polo da colonização na Transamazônica. Desta forma, ele foi fundado pelos militares em 1968 (dois anos antes do início da “colonização”) e esteve sob o controle dos mesmos por 20 anos, obedecendo à finalidade de evitar as reivindicações de trabalhadores rurais (FVPP, 2006, p. 19).

⁷ As entrevistadas Antônia Melo, Elena Silva e Ignez Wenzell compartilharam informação no sentido de que o movimento contrário à barragem foi prejudicado pela relação próxima de várias organizações com o PT, partido que antes era opositor à obra e agora tornava-se o principal indutor dela.

sociais, tais como movimentos de mulheres, movimento negro, movimentos pela defesa da criança e do adolescente, dentre outros. Essa experiência política também proporcionou o surgimento de redes de movimentos sociais que se constituíram desde o final da década de 1980, tais como o MPST, os quais abordaremos no próximo item.

3.2 Do movimento pela sobrevivência da Transamazônica (MPST) ao movimento Xingu vivo para sempre (MXVPS)

Em 1989, os vários movimentos sociais da Transamazônica decidem reagir ao que julgavam como “abandono” da região por parte do Estado, com a redução drástica dos investimentos e o corte abrupto das linhas de crédito para a agricultura familiar, além da precariedade na existência dos direitos humanos tidos como fundamentais na Constituição de 1988, como educação e saúde. Decidem então criar o MPST, reunindo 113 entidades e movimentos sociais, das quais se destacavam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as organizações ligadas à Teologia da Libertação. (MOREIRA, 2008; STEINBRENER, 2011)

Em 1989, é realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira, considerado um marco na luta ambiental brasileira. Organizado inicialmente pela igreja católica, por meio da Prelazia do Xingu e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), contou com o apoio do MPST nas mobilizações e possibilitou a participação de diversas etnias indígenas da bacia do rio Xingu. O objetivo era protestar contra o complexo de hidrelétricas que estavam planejadas para o rio Xingu, dentre os quais se destacava a usina hidrelétrica de Kararaô, atualmente UHE Belo Monte. A repercussão nacional e internacional do encontro e as posteriores ações no sentido de divulgar os impactos ambientais e as violações de direitos humanos que envolveriam a construção do Complexo Hidrelétrico gerou o cancelamento do financiamento pelo Banco Mundial e outras instituições internacionais para o projeto, o que tornou-o inviável naquele momento, já que o Governo Federal não possuía esses recursos. Todo esse processo de mobilização permeado pelo Encontro dos Povos Indígenas, resultou na incorporação ou consolidação do discurso ambiental, da defesa do rio Xingu e lutas contra as barragens, no raio de atuação do MPST.

Em 1991, o MPST decide criar um “braço institucionalizado” com o objetivo de poder receber verbas para aplicar em projetos e mobilizações, o qual foi denominado Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Esta institucionalização conferiu um papel de ator social influente na região para a FVPP nas décadas de 1990 e 2000, fazendo com que a mesma gerisse projetos financiados pelo Governo Federal (especialmente do Ministério do Meio

Ambiente) e por ONGs nacionais e internacionais, além de possibilitar o financiamento dos próprios movimentos que integravam o MPST, no qual muitos deles passaram a ter seus escritórios na sede da FVPP.

Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a UHE é incluída novamente nos planos do Governo Federal, como parte integrante do programa governamental *Avança Brasil*. Em 1999, pensando no combate contra o licenciamento da usina que estava previsto para ocorrer nos anos seguintes, o MPST decide mudar de nome e passa a ser denominado de Movimento pelo MDTX. A inclusão do Xingu no nome foi uma forma de delimitar a luta ambiental como uma das pautas do movimento, que mantinha uma postura claramente contrária à qualquer projeto de barramento no rio Xingu.

É importante ressaltar que, segundo Steinbrenner (2011, p.166-167), havia um conflito interno dentro do movimento, desde o MPST e que se manteve durante o MDTX: o conflito se centrava na resistência de boa parte dos colonos, especialmente os “pioneiros”, em aceitar o discurso ambientalista, que envolvia também a defesa dos povos indígenas. De acordo com Santos Souza (2006, p. 127 apud STEINBRENER, 2011, p. 167), haveriam quatro motivos principais que explicariam esse “posicionamento resistente dos agricultores em relação ao discurso ambiental adotado pelo movimento”:

- a) os migrantes que “vieram domar o inferno verde” e plantar o “progresso” não entendiam o porquê de tanta preocupação com a floresta;
- b) na opinião deles, com tanta terra e abundância de chuva o que faltava mesmo eram escola, saúde, estradas, crédito, transporte [...];
- c) além disso, motivo de muita interrogação entre os agricultores era o fato de o discurso ambiental que alardeava a necessidade de preservação da Amazônia era quase sempre apresentado por um estrangeiro ou pessoas sem nenhum vínculo com o meio rural;
- d) por fim, na realidade, apesar da quantidade de aldeias indígenas existentes nas proximidades da Transamazônica, nunca existiu entre os índios e os agricultores uma aliança efetiva.

Após o fracasso do governo de Fernando Henrique Cardoso na tentativa de construção da UHE Belo Monte, devido ao fato do processo de licenciamento ambiental ter sido considerado ilegal pela justiça, o governo Lula retoma a intenção de construir a hidrelétrica e, no ano de 2005, inclui o projeto como prioritário no PAC. Como forma de reação, no mesmo ano, um conjunto de movimentos e entidades, a maior parte deles integrantes do MDTX, decide criar uma nova rede de organizações para focar na luta contra a construção de barragens no Xingu, a qual denominaram de *Fórum Popular*:

Devido ao andamento de trâmites obrigatórios para a construção da usina (como os Estudos de Impacto Ambiental), mesmo sob protestos dos movimentos sociais e contestações pelo MPF, as organizações que compunham o *Fórum Popular* decidem organizar um encontro no ano de 2008, para reforçar a luta contra as barragens no Xingu. O encontro foi denominado de *Xingu Vivo Para Sempre* e durante o mesmo foi definido que o que era denominado *Fórum Popular* passaria a ser chamado de *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* (MXVPS).

3.3 As hidrelétricas e os movimentos sociais na Amazônia

Desde a década de 1970, durante a ditadura civil-militar brasileira, as hidrelétricas são vistas pelos governos como a principal matriz energética do país e são priorizadas nos planejamentos governamentais para o setor elétrico, desde a crise do petróleo. A Amazônia era e ainda é parte fundamental desse planejamento, devido ao grande potencial energético não utilizado em várias de suas bacias hidrográficas, bem como pela expansão do capitalismo na região, exemplificada pelos grandes projetos agropecuários de mineração e eletrointensivos (HEBETTE, 1989). Nas décadas de 1970 e 1980, algumas hidrelétricas foram construídas na região amazônica, com destaque para as UHE Balbina, UHE Samuel e UHE Tucuruí, sendo a última a maior hidrelétrica exclusivamente em solo brasileiro (**Fotografia 1**).

Fotografia 1 - Vista superior da Hidrelétrica de Tucuruí



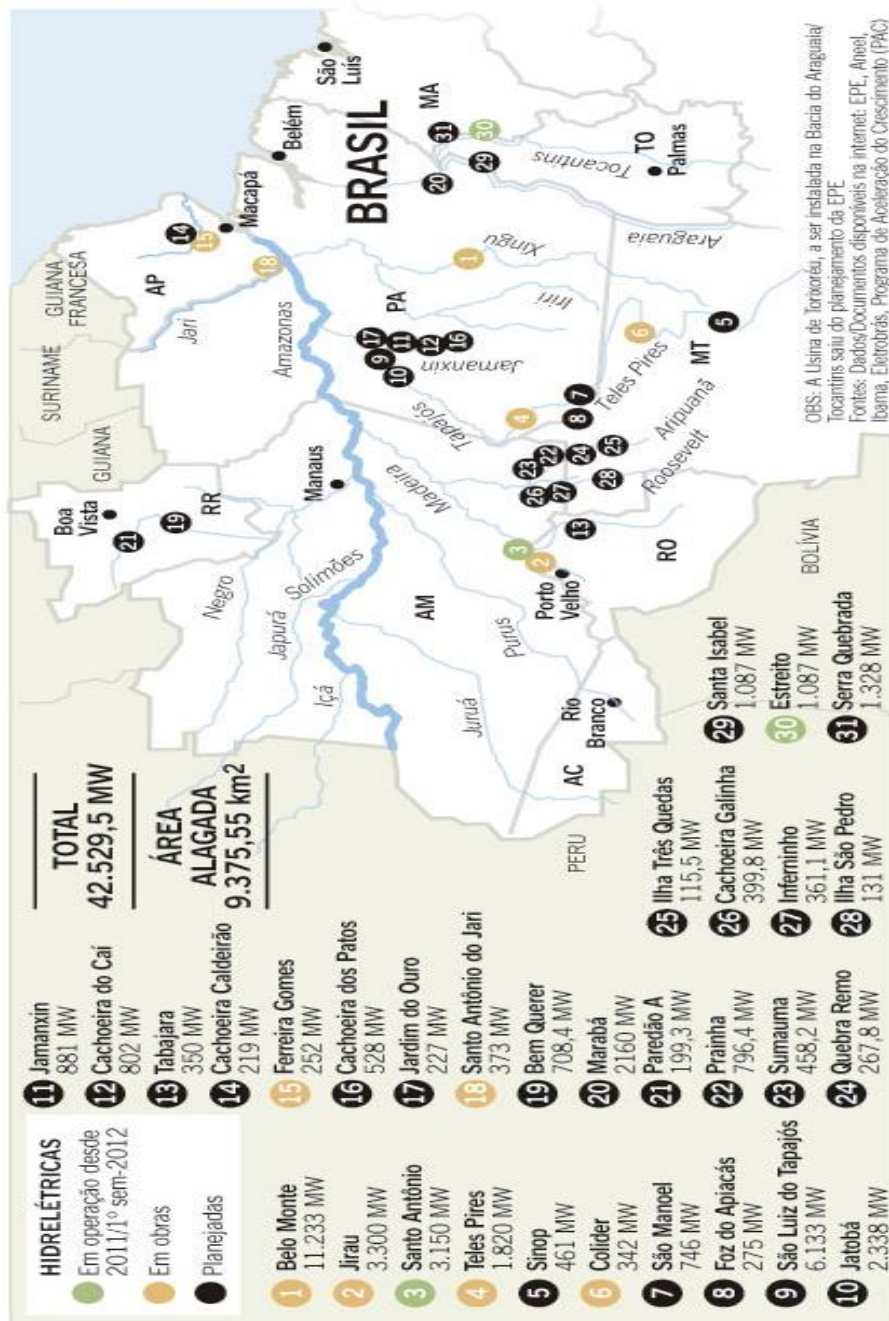
Fonte: Site Eletrobras, 2012

O governo federal sob a administração do PT, desde a criação do PAC no governo Lula, focalizou as grandes obras como uma forma de incentivo ao crescimento econômico. A Amazônia, com um considerável histórico de implantação de grandes projetos (anos 1960-1980), volta a ocupar um lugar de destaque no planejamento do PAC, e no setor energético o governo optou por privilegiar as hidrelétricas pelos próximos anos⁸. Há várias em construção e pelo menos dezenas de projetos de outras hidrelétricas na região amazônica (**Mapa 1**), o que trará inúmeros impactos socioambientais e conflitos que trarão intensas transformações. É fundamental que as universidades amazônicas estejam presentes nesse processo, analisando os conflitos e a atuação do poder público e dos diversos sujeitos nesse processo. Nesse sentido, esta pesquisa pretendeu ser uma contribuição, que pode ajudar a analisar outras grandes intervenções do governo federal que estão por vir.

Vários autores abordam a relação histórica entre a construção de barragens e os movimentos sociais que usualmente reagem a esse processo (CASTRO, 2004; ZHOURY; OLIVEIRA, 2007). São movimentos sociais, ONGs e outros tipos de ações coletivas marcados por diferentes graus de institucionalização e organização, sendo geralmente protagonizados por grupos sociais das regiões impactadas por essas obras, notadamente: pequenos agricultores pescadores, comunidades rurais, indígenas e população urbana. Estes grupos lutam contra o deslocamento compulsório sempre presente em toda construção de barragens, bem como contra outros impactos socioambientais. Nesse sentido, um movimento social se destaca por almejar um alcance e articulação nacional para a luta contra as barragens e pelo direito dos impactados por essas obras: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O referido movimento surge no sul do Brasil durante a década de 1980 e rapidamente chega a outras regiões do país, dentre as quais a Amazônia (FOSCHIERA; BATISTA; TOMAZ JUNIOR, 2009). Na região amazônica, o referido movimento possui intensa atuação e mobilização no município de Tucuruí junto aos atingidos pela referida barragem.

⁸ Para consulta sobre as barragens planejadas, pesquisadas, em construção ou com inventário, as ONGs International Rivers, Fundación Proteger e Ecoa elaboraram um site disponível em: <http://dams-info.org>. De acordo o site mais de 60 barragens estão sendo planejadas para a Amazônia brasileira, os mapas também destacam informações sobre empreendimentos em outros países da América do Sul, como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Mapa 1 - Fronteira hidrelétrica na Amazônia



Fonte: Site O Globo

No caso da UHE Belo Monte, as organizações da sociedade civil da região afetada pela obra (ONGs, sindicatos, associações de moradores, etc.) vêm tendo ao longo destes anos um importante papel na atuação política contrária à construção da usina, bem como na

atuação favorável (especialmente associações que congregam as prefeituras, madeireiras, comerciantes e agropecuaristas) mudando suas estratégias e discursos de acordo com a conjuntura. Apesar dessa notória relevância, poucas pesquisas efetivadas sobre a construção de Belo Monte tem focado suas análises nos movimentos sociais. O estudo de Ângela Paiva⁹ sobre a participação feminina nos movimentos de defesa do rio Xingu foi importante contribuição para a memória recente dessa mobilização e luta cotidiana, destacando que outras importantes pesquisas com movimentos de mulheres da região já haviam sido feitas em anos anteriores (CASTRO, 2003). Outros estudos recentes foram relevantes ao mapear os principais atores sociais e discutir a postura política das principais organizações da sociedade civil na região (SCHOLZ, 2005; CASTRO, 2006; VIDAL, 2009, 2012).

Em relação às hidrelétricas em construção e planejadas para a Bacia dos rios Tapajós e Teles Pires, não obstante a presença de ONGs locais, nacionais e internacionais, bem como de movimentos como o *Tapajós Vivo*, podemos destacar os indígenas da etnia Munduruku como os protagonistas e principais opositores desses projetos, tendo os mesmos realizado inúmeras ações durante o ano de 2013 (**Fotografia 2**).

Fotografia 2 - Índios Munduruku durante protesto em Altamira contra a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós



Fonte: Ruy Sposati/ Cimi, (maio 2013).

⁹ A autora trabalhou com trajetórias de vida para formular e entender a memória sobre a participação e liderança feminina nesses movimentos sociais, discutindo gênero e identidade. Ver: PAIVA, Ângela. *Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu*. IFCH-UFPA: dissertação de mestrado, 2010.

3.4 A UHE Belo Monte

Há mais de três décadas, os diversos governantes brasileiros, especialmente da esfera federal, vêm discutindo como uma alternativa energética para o desenvolvimento do país a construção de centrais hidrelétricas na região do Xingu¹⁰, com a justificativa de que seria um elemento essencial para a promoção desse desenvolvimento. O projeto inicial previa cinco hidrelétricas ao longo do rio Xingu e uma no rio Iriri, mas depois de muitas mobilizações e críticas de movimentos sociais quanto ao enorme impacto que essas construções causariam, o projeto foi revisto e chegou à sua configuração atual, no qual está previsto “apenas” uma grande central hidrelétrica no rio Xingu, denominada de Belo Monte¹¹ (Mapa 2).

Mapa 2- Projeto atual de Belo Monte



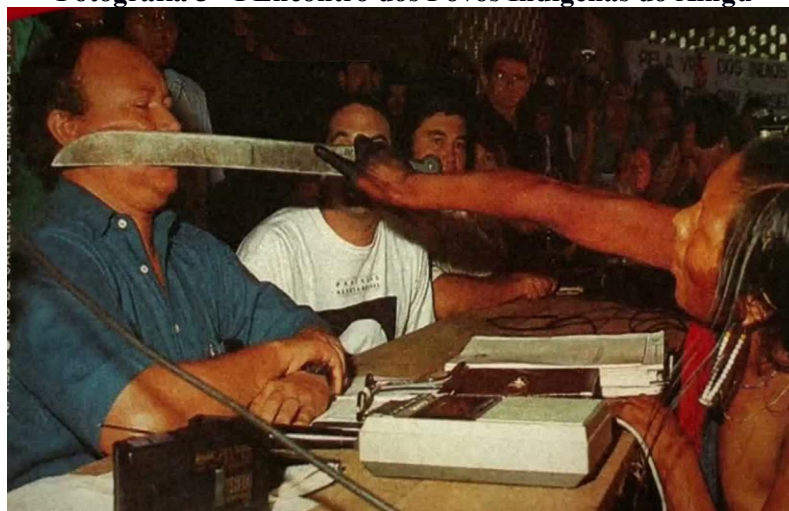
Fonte: Rios Vivos (2010).

¹⁰ Como diversos autores abordam (ACEVEDO MARIN, 1993; PINTO, 2011), essa noção de desenvolvimento usualmente está pautada em uma ideia desenvolvida historicamente que considera a Amazônia como uma região orientada para a exportação de seus recursos naturais, cuja face mais visível desde a década de 1960 são os denominados “grandes projetos” minerais e agropecuários. Dentre estes projetos estão os denominados “eletrointensivos”, tais como as siderúrgicas e todo o processo que envolve a cadeia do alumínio, que demandam imensa quantidade de energia, e em um cenário de crescimento econômico brasileiro e chinês (principal consumidor), fazem com que a construção de hidrelétricas seja vista como essencial para a manutenção e crescimento desse setor.

¹¹ As usinas previstas no *Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu* (1980) eram: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Iriri, Jarina e Kokraimoro. No governo de Fernando Henrique Cardoso, no contexto de apresentação das prioridades para o setor energético do plano “Avança Brasil” (1999), houve importantes modificações no projeto, que a partir daí estipulou que seria construída apenas uma hidrelétrica no Xingu. Mas diversos estudiosos questionam a viabilidade econômica desse projeto e afirmam que a decisão foi política e que futuramente as outras hidrelétricas previstas inicialmente deverão ser construídas.

Os governos vêm tentando implementar o projeto de construção da hidrelétrica há mais de vinte anos, o que não ocorreu até 2011 graças a uma grande resistência dos movimentos sociais da região, em parte devido a importante presença e repercussão dos povos indígenas neste processo. Em 1989, ocorreu em Altamira o I encontro dos povos indígenas do Xingu (**Fotografia 3**)¹², com o objetivo de se manifestar contra a construção da hidrelétrica de Kararaô (atual Belo Monte). A mobilização teve repercussão nacional e internacional, o que fez com que as agências externas que financiariam o empreendimento desistissem da empreitada, obrigando o governo Sarney a abandonar o projeto, que viria ser retomado apenas dez anos mais tarde (1999), no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Todavia, foi no governo Lula que o projeto avançou sob muitos protestos, após ser incluído como obra prioritária no PAC. No segundo mandato do referido presidente, foram concluídos os estudos pelas empresas interessadas na construção da usina e publicados o EIA-RIMA, assim como foram realizadas as audiências públicas.

Fotografia 3 - I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu



Fonte: Blog *Who am I? Who are you?*

Apesar de toda a mobilização recente empreendida por distintos movimentos sociais contrários à construção da referida hidrelétrica, as muitas ações impetradas pelo Ministério Público Federal do Pará¹³, bem como as diversas falhas graves no Estudo de Impacto

¹² Esta fotografia ficou conhecida mundialmente e retrata a indígena Tuíra da etnia Kayapó se manifestando contra o então presidente da Eletronorte.

¹³ No total são 13 ações impetradas pelo MPF-PA, entre os anos de 2000 e 2011. Para um detalhamento de cada ação, ver o blog do procurador Felício Pontes (MPF-PA): www.belomontedeviolencias.blogspot.com.

Ambiental (Painel de Especialistas, 2011) e as contestadas e problemáticas audiências públicas (**Fotografia 4**), a construção foi iniciada ainda no primeiro semestre de 2011, com a obtenção de vários instrumentos jurídicos considerados ilegais pelo MPF, tais como as licenças parciais e as licenças sob condicionantes (NASCIMENTO, 2011).

Fotografia 4 - Audiência Pública em Altamira



Fonte: Blog do ISA . Foto: Marcelo Salazar (ISA). (Set, 2009).

Como historicamente acontece nas regiões da Amazônia afetadas por grandes projetos (desde os anos 1960), com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (**Fotografia 6 e 7**), em meados de 2011, na região do Xingu, iniciou-se um intenso processo de transformação da região (que abrange entre onze e quinze municípios), especialmente nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapu. Estudos realizados até o momento (EIA, 2009; ESTUDO VIABILIDADE, 2002, 2009; PTP, 2008; EIA-RIMA, 2009; Painel de especialistas, 2009; Análises de Risco, 2011) indicam que a obra terá impactos em todos os âmbitos da vida dos habitantes da região (FEARNSIDE, 2008), provocando um processo de transformações sociais cujos impactos são incertos¹⁴.

¹⁴ O projeto de pesquisa intitulado *A hidrelétrica de Belo Monte e as mudanças sociais na região do Xingu*, financiado pelo CNPQ, coordenado pelo professor Dr. Josep Pont Vidal (NAEA/UFPA) e do qual também faço parte, pretende analisar as mudanças econômicas e sociais que ocorrerão nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu entre os anos de 2012 e 2014, focando sua análise na área urbana. Desta forma, pretende ser um importante mecanismo de compreensão dessas transformações, bem como um instrumento para a formulação de políticas públicas e mediação de conflitos.

Fotografia 5 - Vista parcial do canteiro de obras Belo Monte



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2011).

São previstos para o momento de pico da obra (durante o ano de 2013, provavelmente no segundo semestre ou primeiro semestre de 2014) a utilização de cerca de trinta mil operários na construção da barragem. É provável que com a chegada desses operários e o aumento populacional causado pela migração massiva usual nesse tipo de projeto (aumento estimado em pelo menos 50% em poucos anos, com a ressalva de que é bastante difícil haver uma estimativa precisa nessas situações), se acirrem as instabilidades sociais e os conflitos, bem como a “quantidade de moradias e assentamentos precários, adquirindo uma nova dimensão qualitativa e quantitativa” (VIDAL, 2011); tudo isso em um contexto de políticas públicas que se prenunciam restritivas, vide o não cumprimento da maioria das condicionantes impostas pelo IBAMA para o início da construção¹⁵, a quase ausência do governo estadual em todo o processo e o parco poder de investimento das prefeituras frente à

¹⁵ Apenas 24 das 40 condicionantes foram cumpridas ou parcialmente cumpridas até o início de fevereiro de 2012, segundo a ex-ministra do meio ambiente Marina Silva em entrevista ao jornal *O Globo* (06/02/2012) Segundo o Instituto Socio Ambiental (ISA), já no ano de 2013, pouca coisa mudou no que se refere ao avanço do cumprimento de condicionantes.

demanda gerada (além das primeiras denúncias de corrupção que começam a surgir¹⁶) tendem a agravar a situação. Estes aspectos de natureza econômica e social comportam um processo de transformação e mudanças sociais na região sobre a qual é difícil prever que direção tomará no futuro próximo. De acordo com estimativas atuais do ano de 2013, a população do município saltou de 100 mil habitantes em 2010, para 140 mil habitantes. De acordo com diversos moradores e entidades a inflação é generalizada e bem superior à média nacional, bem como a especulação imobiliária. Além disso, há uma série de questionamentos quanto ao processo de reassentamento que seria necessário para muitas famílias, já que até o segundo semestre de 2013, nenhuma família sequer foi reassentada, tendo a Norte Energia optado em geral, até aqui, pelas indenizações (processo que também tem sido questionado pela Defensoria Pública do Estado do Pará, pois a alegação é de que os valores estão sendo subestimados pela empresa e as indenizações tem sido injustas), o que acaba afetando o modo de vida dos “atingidos”, sejam eles do meio urbano ou rural.

Fotografia 6 - Imagem superior do canteiro o obras Pimental



Fonte: Blog Língua Ferina (2012).

A construção da UHE Belo Monte tornou-se uma pauta nacional e internacional nos últimos anos devido a diversos fatores, tais como: a prioridade dada à obra pelo Governo Federal e a grande mobilização de recursos via BNDES para sua viabilização (maior financiamento da história do banco); a atuação destacada dos movimentos sociais da região, com a potencialidade midiática especial dos indígenas; a cobertura midiática por parte da

¹⁶ Em protesto durante o dia 25 de outubro de 2011, moradores de Vitória do Xingu fecharam a rodovia Transamazônica por cerca de doze horas, devido às acusações de que o atual prefeito Liberalino Ribeiro Neto (PTB) teria desviado dezessete milhões de reais de verbas recebidas para o investimento em obras. O protesto foi acompanhado por mim durante pesquisa em caráter de observação participante.

“grande imprensa”, meios alternativos de comunicação e a explosão da temática nas redes sociais, especialmente nos anos de 2011 e 2012.

O município que vem sendo o foco da maior parte das observações sobre os impactos é Altamira, devido ao caráter de polo regional e sede da Norte Energia e toda a Infraestrutura administrativa que envolve a Usina de Belo Monte, não obstante os canteiros de obra e a maior parte da futura hidrelétrica estarem localizados em Vitória do Xingu-PA. Em 2013, de acordo com relatos de movimentos sociais, a situação social, econômica e política se apresentam basicamente da seguinte forma: a cidade conta com um aumento populacional difícil de ser estimado, graças à chegada dos chamados “barrageiros”- a maior parte sem qualificação- que vem em busca de um emprego nas obras que envolvem a usina, bem como pela chegada de outros migrantes que esperam aproveitar o *boom* econômico que a cidade deve enfrentar nos próximos anos; atualmente Altamira já é descrita como um aparente “canteiro de obras” e diversos efeitos negativos da construção da usina também já são sentidos, como o aumento do valor dos aluguéis e dos preços em geral, além do aumento da demanda por serviços públicos como saúde e educação, já considerados deficientes antes do início da construção.

Outros efeitos negativos denunciados são: o aumento da prostituição¹⁷, exploração sexual infantil e o aumento da violência (**Fotografia 7**¹⁸). A presença da Norte energia é bastante forte tanto no espectro econômico, quanto no político, contando com uma grande “campanha de marketing” na região, que em verdade tem se mostrado ser um novo arranjo institucional onde municípios e Estado estão profundamente dependentes da empresa e associados quase que integralmente à mesma. Uma amostra desse arranjo político-institucional pode ser vista em praticamente todos os automóveis oficiais (polícia, guarda municipal, saúde, etc.) e todas as placas de obras, nas quais em ambas o logo da empresa que administrará a UHE aparece em destaque (**Fotografia 8**). Em 2011, já era tido como certo pelas lideranças dos movimentos sociais da região, o papel decisivo que a Norte Energia teria no financiamento eleitoral das eleições municipais de 2012, o que provavelmente tende a

¹⁷ Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/02/14/policia-encontra-escravos-sexuais-que-atendiam-trabalhadores-de-belo-monte/>> Acesso em: 21 dez. 2013.

¹⁸ Fotografia que registra o bordel era frequentado pelos trabalhadores de um dos canteiros da usina de Belo Monte. Os proprietários do mesmo foram presos em fevereiro de 2013 na cidade de Altamira acusados de trabalho escravo, tráfico de pessoas, exploração sexual, corrupção de menor e formação de quadrilha. Para mais informações:<<http://www.xinguvivo.org.br/2013/03/22/mpf-denuncia-seis-pessoas-por-trabalho-escravo-e-exploracao-sexual-em-belo-monte/>>.http://www.xinguvivo.org.br/2013/02/22/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/

umentar e consolidar a já notória relação de dependência das administrações dessas cidades em relação à empresa¹⁹.

Fotografia 7 - Fachada de bordel em área declarada pela Norte Energia 1



Fonte: Bruno Carachesti (Diário do Pará). Blog Amazônia Acontece (2013)

Fotografia 8 - Logo da Norte energia presente em carro da Polícia Militar



Fonte: Repórter Brasil (2012).

¹⁹ Essas informações foram obtidas por meio de duas fontes: pesquisa de observação participante realizada por mim entre os dias 23 e 28 de outubro de 2011 no município de Altamira (Encontro Mundial Contra Belo Monte-25 a 27 de outubro), bem como a consulta ao site do Movimento Xingu Vivo para Sempre, em especial o texto do padre Antonio Claret: “Chegou o inv(f)erno!” www.xinguvivo.org.br 31 de janeiro de 2012.

Não podemos dizer que as universidades amazônicas estão alheias a esse projeto de enormes impactos. Nos últimos anos, algumas pesquisas estão sendo produzidas, nas mais diversas áreas do conhecimento; porém, dado o referido destaque do tema, a quantidade de pesquisas não tem sido suficiente e ainda há enormes lacunas e campos de estudo para serem aprofundados cientificamente.

Alguns estudos, como o de (GHILARDI JUNIOR, 2004).²⁰, têm focado suas análises em aspectos técnicos do projeto, referentes aos impactos ambientais, eficiência energética e o cumprimento de legislações e convenções nacionais e internacionais relativas a temas como os direitos humanos. Outros estudos tem se preocupado com o papel do Estado brasileiro e sua atuação na questão da implantação da hidrelétrica (desde o processo de licenciamento), incorrendo em debates como a disputa entre os vários setores interessados no projeto, as violações democráticas, a atuação do poder público estadual paraense e violações de direitos humanos (NASCIMENTO, 2011).

Pesquisas anteriores sobre esta região do Xingu que será influenciada pela UHE são bastante importantes para empreendermos uma análise atual e contextualizada. A análise da região vista como “fronteira” e suas diversas conseqüências, tais como o desmatamento e os conflitos fundiários, é fundamental para que se compreendam os conflitos históricos que a permeiam (CASTRO, 2003), bem como o processo de urbanização de antigas áreas rurais que ocorreu em Altamira, principal cidade da região (CASTRO, 2006). O mapeamento dos atores sociais da região e seu posicionamento quanto a construção da UHE também foram realizados por alguns pesquisadores (SCHOLZ, 2005; VIDAL, 2008; 2012).

As diversas pesquisas sobre os processos que ocorreram na construção de outras barragens também se mostram relevantes porque podemos notar semelhanças e diferenças entre os diversos conflitos e conseqüências dessas grandes obras. A questão dos “deslocamentos compulsórios” são um elemento comum que permeiam estes projetos e se reivindica a incorporação, nas pesquisas científicas sobre o tema, de outros elementos ou variáveis pouco discutidos usualmente, tais como o “sofrimento”, a memória e a “dor” dos que perderam sua moradia, fonte de renda e identidade com o espaço em que nasceram (MAGALHÃES, 2007).

²⁰ Este trabalho analisa se o projeto da UHE Belo Monte está adequado às recomendações da Comissão Mundial de Barragens, chegando à conclusão de que a maioria das recomendações não estavam sendo seguidas. GHILARDI JUNIOR, Rubens. *Sustentabilidade de grandes barragens: adequação das recomendações da Comissão Mundial de Barragens ao planejamento de hidrelétricas no Brasil e ao projeto hidrelétrico de Belo Monte*. UFAM: dissertação de mestrado, 2004.

4 MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE (MXVPS): ESTRUTURA E ATORES ENVOLVIDOS

Com o mapeamento dos atores sociais feito por diversos autores já citados anteriormente (SCHOLZ, 2005; VIDAL, 2008 e 2012; CASTRO, 2003 e 2010), combinado com as entrevistas e o processo de observação participante, foi possível aprofundar o entendimento sobre o MXVPS, colocando-o no centro da pesquisa, bem como discuti-lo sob uma perspectiva temporal mais recente do que o da maioria dos estudos, e em um contexto regional distinto da periodização já pesquisada por outros autores, já que na temporalidade delimitada por esta pesquisa nos deparamos com a obra em andamento (desde 2011) e os processos imediatamente anteriores (audiências públicas e obtenção de licenças).

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre é constituído por uma diversidade de atores e já chegou a ser formado por mais de 100 entidades, segundo entrevistados e seu *website*. Atualmente, a maioria das entidades não participam mais ativamente do movimento, mas algumas reverberam a atuação do mesmo por meio da divulgação de suas ações. Neste capítulo procuramos responder a vários questionamentos sobre o MXVPS, objetivando fazer uma análise de sua forma de organização, sua atuação, sua relação com vários setores da sociedade e suas transformações ao longo do período, especialmente nos anos 2000. Alguns questionamentos que nortearam este capítulo foram: quais atores e entidades integram e integraram o MXVPS? Quais foram as transformações vividas pelo referido movimento? O MXVPS pode ser denominado de uma “rede de movimentos sociais”? Qual a relação do MXVPS com os distintos grupos “atingidos” ou “impactados” pela UHE Belo Monte? Qual a “estrutura de oportunidades” pela qual se desenvolve a atuação do MXVPS? E por fim, qual a relação do MXVPS com distintas esferas do Estado?

Na primeira parte do capítulo (4.1), procuramos responder quais são as entidades e atores que constituem e contribuem com o MXVPS atualmente, e quais o constituíram ao longo do tempo (2002-2012). Nesse sentido, discutimos também as mudanças que ocorreram no movimento e as possíveis motivações dessas transformações.

Na segunda parte do capítulo (4.2), debatemos o conceito de “redes de movimentos sociais” desenvolvido por Ilse Scherer-Warren, e discutimos se o MXVPS pode ser considerado uma rede, nos parâmetros desenvolvidos pela autora. Da mesma forma, buscamos analisar se haveriam diferenças na forma de organização do MXVPS, se compararmos com outros movimentos sociais ou redes.

Na terceira parte do capítulo (4.3), dissertamos sobre como se dá a relação do MXVPS com os distintos grupos de “atingidos” ou “impactados” pela UHE Belo Monte. Ressaltamos durante o ítem, o quanto o conceito de “atingido” ou “impactado” é vasto e deve ser relativizado, pois é fruto de uma intensa disputa entre diversos atores sociais com relação de poder desigual, tais como: Norte Energia; Governo Federal (administração direta); Autarquias do Governo Federal (Administração indireta: IBAMA e FUNAI); movimentos sociais; Defensoria Pública e Ministério Público. Separamos a análise dessa relação por grupo social atingido, como: pescadores, indígenas e população urbana.

Na quarta parte do capítulo (4.4), inserimos nosso debate sobre a forma de atuação e organização do MXVPS, dialogando com o conceito de “estrutura de oportunidades”, desenvolvido por Sidney Tarrow. Procuramos compreender como é a atuação das distintas instituições estatais na região em que o movimento atua, contestando a ideia de “ausência do estado” presente nos discursos de ativistas e movimentos sociais, e inserindo tal atuação estatal sob o conceito de “frágil institucionalidade”. Além disso, abordamos a relação do MXVPS com várias instituições estatais, sejam relações conflituosas e distantes ou dialogadas e marcadas por certa proximidade.

4.1 As entidades e movimentos integrantes do MXVPS

Neste ítem do capítulo, abordamos quais são as entidades e atores que constituem e constituíram o MXVPS, atentando para as transformações ao longo do tempo. A composição do movimento, incluindo os parceiros, é diversa e envolve setores da igreja católica próximos da Teologia da Libertação, como a CPT e o CIMI; setores de movimentos sociais locais, especialmente movimento de mulheres e movimento negro; também se relaciona com um partido político, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e com diversas ONGs, sejam regionais (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH), nacionais (Instituto Socioambiental (ISA) ou internacionais (*Amazon Watch* e *International Rivers*). O **(Fluxograma 1)** na página seguinte representa essa teia de relações que compõe o movimento:

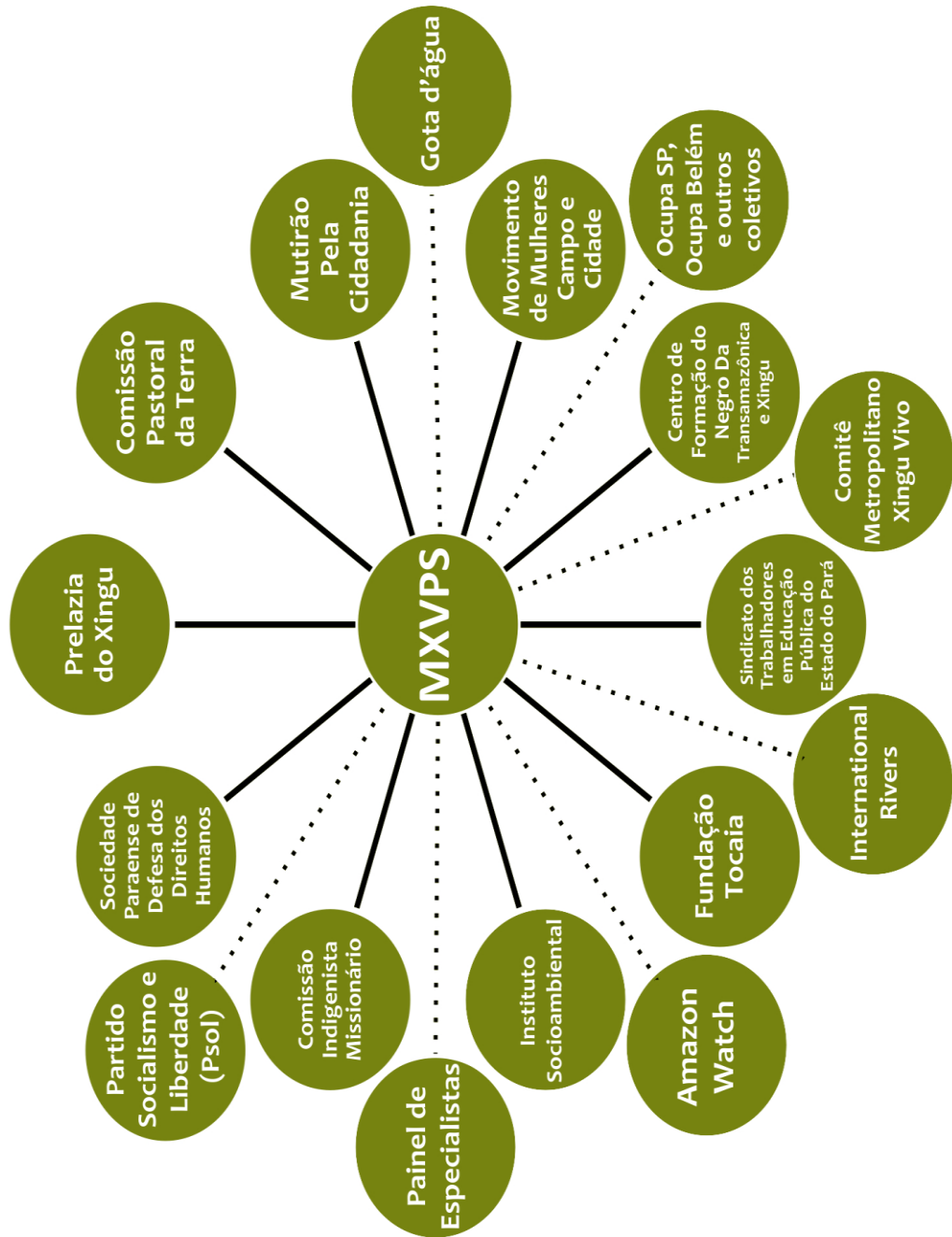
Tomando o recorte temporal como norteador e adotando uma classificação “didática” em “fases” do movimento, dividimos este ítem em dois subitens. No primeiro (4.1.1), abordamos a “primeira fase” do que viria a se chamar MXVPS, à época chamado MDTX o qual constituía uma rede que era denominada de Frente Popular. Este primeiro momento é

lembrado por todos os entrevistados como o momento em que o movimento tinha mais força no âmbito local e “botava 8 mil pessoas na rua”.²¹

No segundo subitem (4.1.2), abordamos a “segunda fase” do movimento, já com o nome de MXVPS, a qual é marcada pela ruptura de uma série de entidades históricas da região, como a FVPP e alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Este momento é marcado por dificuldades na mobilização local, ao mesmo tempo em que conta com entrada ou o aumento da participação de novos atores, em especial duas ONGs internacionais, e o aumento de sua visibilidade nacional e internacional com a criação do *website* e perfis nas redes sociais, os quais proporcionaram uma série de campanhas “ciberativistas” de sucesso nos anos de 2011 e 2012.

²¹ Segundo entrevista de Antonia Melo, coordenadora do MXVPS, concedida em outubro de 2012.

Fluxograma 1 - Caracterização atual dos integrantes do MXVPS



Fonte: Entrevistas e observações participante realizada nos municípios de Altamira e Vitória

4.1.1 2002-2009: Formação e consolidação da rede

Os movimentos sociais usualmente se caracterizam pela dinamicidade em sua composição, suas estratégias e suas ações políticas. No caso do MXVPS, destacamos alguns momentos importantes nessa organicidade.

No longo prazo, podemos situar a formação do MXVPS dentro do contexto de formação do MPST (anos 1980), Movimentos de Mulheres e FVPP. Mas consideramos, a partir de observação participante e entrevistas, que a rede de movimentos sociais que viria a se tornar o MXVPS surge em 2005, com o surgimento do *Fórum Popular*. A referida rede, apesar de ser constituída em sua quase totalidade por movimentos que integravam o MDTX, tinha como diferencial o fato de ter como foco a luta contra as barragens na bacia do Xingu.

Participavam do *Fórum Popular* vários sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de mulheres regionais e locais, grupos da igreja católica, ONGs locais, regionais, nacionais e uma internacional. Na memória das entrevistadas, este período é lembrado com certa nostalgia, uma época de intensidade nas mobilizações:

Na década de 90 até meados de 2005 por aí, os movimentos eram organizados, até 2006; de 2007 pra cá que a coisa começou a desandar; até 2008 se aguentou, meados de 2008, depois que nós tivemos aquele encontro dos indígenas. De lá pra cá a coisa já não foi a mesma [...] há três anos atrás a gente colocava oito mil, dez mil pessoas na rua. Hoje a gente não coloca²².

Em 2008, com a realização do Encontro *Xingu Vivo Para Sempre* (**Fotografia 9**), o *Fórum Popular* se transforma em *MXVPS*. No momento em que foi criado, o *MXVPS* reunia mais de 100 entidades, o que a partir do ano de 2009 sofreu mudanças, sobre as quais abordaremos no item seguinte.



Fonte: Flickr oficial do Xingu Vivo. Foto: Verena Glass (2008).

²² Entrevista de Maria Elena Araújo Silva, realizada em Altamira no dia 24 de setembro de 2012.

4.1.2 2009-2012: “Ruptura” local e novos atores em cena

Em 2009, há um rompimento brusco na rede, com a saída ou distanciamento de entidades importantes no contexto regional e nacional, como a FVPP e o MAB, além de outras entidades que historicamente estavam ligadas ao PT. Essas entidades que saíram, passam a “aceitar” Belo Monte enquanto um fato consumado, lutando por “compensações dignas” à população afetada e mitigação de impactos socioambientais, bem como passam a enxergar Belo Monte como uma oportunidade histórica para a concretização de antigas demandas dos movimentos sociais da região, tais como o asfaltamento da transamazônica e a melhoria dos serviços públicos de saúde e educação. A principal forma de atuação das entidades que romperam ou se distanciaram passa a ser por meio das esferas institucionais estatais, tal qual a participação no PDRS Xingu, onde boa parte dessas entidades mantém representantes.

Quase todos os grupos que permaneceram no MXVPS a partir de 2009 mantêm uma posição veementemente contrária a construção de Belo Monte, opção política que segue inalterada desde então, ocorrendo apenas mudanças de estratégias e atuações em várias “frentes” para tentar impedir a concretização da usina hidrelétrica. Neste momento histórico (a partir de 2009), observa-se a considerável redução da “capilaridade” local do movimento (especialmente a partir do início da obra, em 2011) e a maximização das relações e atuação de duas ONGs estrangeiras, ambas sediadas nos EUA, mas com atuações em vários países do mundo: *International Rivers* e *Amazon Watch*. Em contraponto, no momento em que o MXVPS passava por teórica “crise” local, ele se torna notório nacionalmente e internacionalmente, graças a estratégias de comunicação adotadas a partir do ano de 2010, tais como a criação de perfis e páginas em redes sociais, a criação do site oficial do MXVPS, a elaboração de diversas campanhas que se utilizam do ciberativismo, a produção de diversos materiais audiovisuais e a contratação de um jornalista para ser um dos agentes propulsores dessas estratégias de comunicação. A associação com o Movimento Gota D’água contribuiu também para essa repercussão, já que o mesmo produziu vídeos com a presença de artistas de grande popularidade pertencentes aos quadros da TV Globo.

4.2 MXVPS e as “redes de movimentos sociais”

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) é uma rede de movimentos sociais sediada na cidade de Altamira (sudoeste do Pará). As redes de movimentos sociais constituem-se numa forma de organização social que ganha força na década de 1990 e caracterizam-se pela associação entre diversos atores e movimentos sociais que buscam diluir a visão antagônica entre o “local” e o “global” como uma forma de maximizar as lutas e as vozes dos envolvidos, ao mesmo tempo em que visam pautar seu *modus operandi* no respeito à diversidade dos atores envolvidos na rede (SCHERER-WARREN, 2001, p. 119-121). As redes de movimentos sociais no Brasil usualmente apresentam algumas outras características em comum, tais como a *transnacionalidade* dos atores (destacando-se a presença das ONGs estrangeiras) e o *pluralismo organizacional e ideológico*, ou seja, a participações dos atores não se restringe a apenas uma entidade ou rede (SCHERER-WARREN, 2001, p. 119-121).

Apesar de ter uma sede bem delimitada (Altamira) e uma área de atuação geográfica definida (o rio Xingu e seus afluentes, com foco na parte paraense do rio) o MXVPS, como toda rede de movimentos sociais, é constituído por diversas organizações que, nesse caso, não se restringem ao âmbito local, contando também com organizações nacionais e parcerias com organizações estrangeiras ou transnacionais. Entre as principais entidades constituintes, destacamos: Prelazia do Xingu; CPT; Mutirão Pela Cidadania; Movimento de Mulheres Campo e Cidade (MMCC); CFNTX; SINTEPP; Fundação Tocaia; CIMI e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

O MXVPS conta também com o apoio de uma série de organizações que atuam prioritariamente na cidade de Belém e que também se organizam por meio de um fórum denominado Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre (CMXVPS). O CMXVPS surgiu com o objetivo de trazer para Belém e sua região metropolitana o debate e ativismo contra a construção da UHE Belo Monte e outras possíveis barragens a serem construídas no rio Xingu. Atuava como parceiro do MXVPS, todavia, em 2012, divergências políticas provocaram um distanciamento na atuação das duas redes, apesar de ainda manterem campos de atuação e pautas de reivindicação semelhantes. Entre as entidades que constituem o CMXVPS, destacamos: FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional); Fórum da Amazônia Oriental (FAOR); Universidade Popular (UNIPOP); PSOL; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido Comunista Revolucionário (PCR);

Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC); Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Belém.

O MXVPS, devido à influência da grande projeção internacional que o caso de Belo Monte alcançou, também conta com o apoio de ONGs estrangeiras, especialmente duas: Amazon Watch e International Rivers, ambas sediadas nos EUA.

Diversos outros grupos autodenominados *independentes* e *apartidários*, manifestaram e manifestam constantemente apoio ao MXVPS por meio de ações em suas cidades e divulgações, dentre os quais destacamos: *Ocupa Sampa*, *Ocupa Belém* e muitos outros grupos.

O MXVPS integra uma rede mais abrangente geograficamente, denominada “Aliança dos Rios Pan-Amazônicos”, que iniciou sua constituição em novembro de 2012, na cidade boliviana de Cobija, durante o Fórum Social Latino Americano. Essa rede em formação, busca incluir entidades e povos que atuam na resistência contra os projetos hidrelétricos que permeiam diversos rios da Pan-Amazônia. A base para a formação da supracitada rede, foi a denominada rede 4 rios (referência a quatro rios amazônicos que estão permeados de projetos hidrelétricos: Xingu, Madeira, Tapajós e Teles Pires), que atua desde 2011. De acordo com nossa pesquisa de observação participante, percebemos que ambas as redes (4 rios e Aliança) funcionam muito mais para troca de ideias e compartilhamento de informações, especialmente pela internet, sobre a construção de barragens, suas violações ambientais e nos direitos humanos e como uma forma de se solidarizar com a luta dos distintos povos e entidades amazônicas contra este empreendimento. A atuação efetivamente conjunta é pequena, influenciada por diversas dificuldades, dentre os quais os altos custos que envolvem o transporte na Amazônia, o que impede os integrantes de se encontrarem com frequência, bem como a precariedade das comunicações na região (a internet “banda larga”, por exemplo, ainda pode ser considerado um “serviço de luxo” na Amazônia, visto estar presente apenas em algumas capitais e em pouquíssimas cidades médias, ainda assim, com qualidade inferior e preços muito superiores aos praticados no Centro-sul do país).

4.3 A relação com os “Atingidos”

Sabemos que em todo grande projeto, a ideia de *atingido* ou *impactado* é sempre controversa, ocorrendo usualmente conflitos discursivos entre o empreendedor, diferentes esferas do poder público (órgãos relacionados à energia ou outros de infraestrutura, órgãos

ambientais, órgãos relacionados aos direitos indígenas, dentre outros) e os movimentos sociais e ONGs voltadas para a defesa dos direitos humanos e ambientais (NASCIMENTO, 2011, p. 185-191). O conflito se estende à utilização dos termos *diretamente impactados* e *indiretamente impactados*.

Diversas pesquisas apontam que o Estudo de Impacto Ambiental (2009) subestimou os números de “atingidos” em todas as dimensões: população urbana, rural, indígena, dentre outras. Além disso, as mesmas pesquisas afirmam que o EIA foi reducionista em relação à área impactada, ao restringir a Área Diretamente Impactada (ADA) aos locais que estariam dentro dos sítios de construção e aproveitamento hidrelétrico (PAINEL DE ESPECIALISTAS, 2009; NASCIMENTO, 2011, p. 123-35).

Para abordar a relação do MXVPS com esses distintos grupos atingidos de diversas formas pela UHE, nos utilizamos das entrevistas semi-estruturadas e da observação participante. Decidimos dividir os grupos sociais da seguinte forma, tendo noção de que esta é uma seleção baseada em nossas observações, portanto pode excluir uma série de outras possibilidades: população urbana em geral (futuros reassentados, comerciantes, dentre outros); oleiros; agricultores; pescadores; mulheres; indígenas.

Consideramos importante destacar que o MXVPS estava, até o momento de nossa pesquisa, com poucos integrantes atuando cotidianamente em suas bases, processo que ocorreu pelo menos desde 2009, a partir do rompimento com a FVPP e várias entidades sindicais, e que se acentuou após o início e andamento das obras da UHE Belo Monte. Neste sentido, como disseram alguns de seus próprios integrantes em conversas informais, em muitos momentos faltam “pernas” para acompanhar tantas “frentes de luta”, sendo a relação com todos os grupos sociais abordados marcada por essa escassez de militantes.

Além dessa pequena quantidade de militantes em Altamira, a relação com os vários grupos sociais atingidos seria dificultada pelo medo de perder o emprego de familiares contratados pela Norte Energia, o medo de não receber indenizações ou outros direitos obrigatórios oriundos das condicionantes e mitigações ambientais, bem como o receio de se aproximar do MXVPS devido à criminalização empreendida contra seus integrantes por parte da Polícia e Justiça e reverberada pela imprensa:

Nossa sociedade local, hoje na situação de Belo Monte aqui, nós temos apoio, né? Mas assim, um apoio, mas que as pessoas não vêm pra luta, né? Elas se retraem, elas têm medo de não ganhar a casa [...] Há também dificuldades de tudo o que as empresas colocaram na cabeça da população sobre o Movimento Xingu Vivo, por ser um movimento [...] que denuncia as irregularidades, que denuncia os crimes, então isto é ruim para as empresas, né? (Antônia Melo em entrevista realizada em setembro de 2012 em Altamira).

Não obstante esse processo de criminalização, no discurso presente nas entrevistas, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre ainda é visto pela população como uma referência, quando consideramos as denúncias e abusos ocorridos durante a construção da UHE, o que os integrantes relacionam a uma contraposição entre o medo da população e a *coragem* dos militantes em se expor nesse processo:

Infelizmente nessa luta as pessoas não tem coragem, é preciso haver um grupo [...] que chame atenção e a gente tá direto ali chamando atenção. [...] Nós tamos aqui pra dar apoio, porque as pessoas vêm pra gente, vem nos procurar (Elena Araújo em entrevista realizada em setembro de 2012).

Por ser uma das únicas entidades atualmente em Altamira abertamente contrárias à construção da UHE Belo Monte, realizando constantes mobilizações e denúncias quanto ao projeto, percebemos em nossa observação participante que muitas pessoas realmente procuravam o MXVPS para fazer denúncias relacionadas ao Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e à Norte Energia, enxergando o movimento enquanto uma espécie de *ouvidoria popular*, onde a denúncia poderia ser levada em frente e reverberada. Presenciamos mulheres da área urbana, pescadores, agricultores e até funcionários do CCBM procurando o movimento para denunciar abusos, irregularidades e impactos relacionados à obra ou às mitigações ambientais (ou ausência delas)²³.

Dos grupos sociais os quais nos referimos no início deste item (população urbana em geral, oleiros, agricultores, pescadores, mulheres, indígenas) percebemos que o MXVPS produziu maiores articulações com as mulheres e grupos rurais, especialmente os pescadores, mas também com agricultores e indígenas. O diálogo e articulações com a população urbana mostrou-se escasso e, além dos motivos já citados relacionados com o movimento (poucos

²³ Dentre os vários exemplos presenciados em nossa observação participante, podemos citar o caso de um ex-funcionário do CCBM que procurou o MXVPS e afirmou ter tido uma intoxicação alimentar com a comida do refeitório de um dos canteiros. Ele ficou licenciado por causa da doença e, ao retornar, reclamou para um chefe sobre o ocorrido e como consequência foi demitido. A denúncia foi gravada pelo MXVPS, que acionou a imprensa local e o trabalhador deu entrevista.

integrantes ativos e criminalização), a forte vinculação da economia da cidade com a obra dificultava as articulações e aproximações, pois parcela importante dos moradores urbanos trabalhava diretamente ou indiretamente na obra e outra parcela importante trabalhava no comércio da cidade, que crescia a passos largos desde o início do empreendimento.

Houve um momento, porém, de aproximação entre o MXVPS e parte da população urbana, que resultou numa tentativa de constituir um movimento pela moradia na cidade. Com a inflação exorbitante presente em Altamira a partir de 2011, muitos moradores foram expulsos de suas casas, pois não tinham mais condições de pagar o aluguel. Somava-se a isso o fato da população ter aumentado entre 30 e 50%, boa parte dessas pessoas com baixos salários ou desempregadas, formou-se um “barril de pólvora” na questão da moradia, o que culminou com uma sequência de ocupações urbanas em terrenos públicos. As lideranças dessas ocupações almejavam constituir um movimento pela moradia e estabeleceram um diálogo político com o MXVPS, mas esse processo foi duramente reprimido, tendo inclusive ocorrido a criminalização de um jornalista, assessor de comunicação do MXVPS, que estava cobrindo a reintegração de posse em uma das ocupações:

Houve uma tentativa de ocupar terrenos na periferia da cidade que eram [...] terrenos públicos, né? Mas aí de repente surgia um dono não sei por que milagre e desocupava a área em dois tempos [...] A polícia botou por porrete e criminalizou várias lideranças, todas que estavam na frente, foi criado um movimento pra moradia, né? E tiveram que se desmanchar porque não pode fazer nada [...] tudo foi anulado. (Ignez Wenzell em entrevista realizada em setembro de 2012).

A relação com os oleiros era marcada por uma aproximação com o sindicato da categoria, que inclusive participava em alguns momentos das reuniões do MXVPS. Todavia, isto não se transmitia na participação dos oleiros nas mobilizações e manifestações organizadas pelo MXVPS ou nas que o mesmo estava presente²⁴.

Em nossa pesquisa, analisamos que a relação entre o MXVPS e os agricultores da região era dificultada pelas transformações vividas no interior do movimento, especialmente a partir do rompimento com a FVPP e com inúmeros Sindicatos de Trabalhadores Rurais no ano de 2009. É provável também que a discordância histórica de parte dos agricultores em relação ao discurso ambientalista (STEINBRENNER, 2011, p. 167) tenha influenciado nesse rompimento e afastamento na relação com MXVPS. Todavia, não obstante essas dificuldades,

²⁴ Os oleiros estão sendo profundamente impactados com as obras da UHE, pois todas as reservas de argila que os mesmos utilizam para sua atividade, ficarão submersas pelo lago da hidrelétrica.

o MXVPS conseguiu construir articulações com parte dos agricultores, especificamente os que seriam obrigados a deixar suas terras devido à inundação das mesmas pelo lago, como, por exemplo, as comunidades do *Arroz Cru* e de *Santo Antônio*²⁵. Dentre as mobilizações organizadas conjuntamente com os agricultores, destacamos o *Xingu+23*, semana de debates e protestos ocorrida na própria comunidade de Santo Antônio em junho de 2013. Importante destacar que os moradores dessas comunidades, além da agricultura, também tinham a pesca enquanto atividade econômica, para alguns a principal.

No período em que realizei a pesquisa (2011-2012), os pescadores eram o grupo social que mantinha maior diálogo com o MXVPS, ressaltando-se que como em todos os outros grupos sociais que abordamos, este é marcado por uma diversidade de indivíduos com visões políticas e ações distintas. Nas mobilizações que ocorreram nesse período, participaram lideranças de Colônias de Pescadores de diversos municípios da região, todos atingidos pela UHE Belo Monte, bem como pescadores que não integravam posições de destaque em nenhuma colônia ou outro tipo de organização, mas assumiram posições de liderança em determinadas mobilizações (**Fotografia 11**). Dentre as mobilizações com participação efetiva dos pescadores, destacamos as ocupações do canteiro Sítio Belo Monte, realizada em 2011, e do canteiro Sítio Pimental, realizado em 2012²⁶. Sobre os impactos no sustento e modo de vida dos pescadores, Maria Elena Araújo, integrante do MXVPS e do Centro de Formação do Negro da Transamazônica e Xingu, nos afirmou em entrevista:

²⁵ Ambas as comunidades já não existem mais atualmente, pois todos os habitantes foram retirados compulsoriamente, recebendo indenizações, não obstante o EIA - RIMA, as resoluções do IBAMA e os discursos da Norte Energia sempre sugerirem que seriam realizados reassentamentos, ou seja, seria necessária a construção de outras vilas com características semelhantes para que os moradores não fossem prejudicados em seu modo de vida e sustento. Em entrevista concedida a nós em 27 de setembro de 2012, o presidente da Comunidade de Santo Antônio, Élio Alves da Silva, afirmou que os moradores de sua comunidade nunca receberam proposta de reassentamento por parte da Norte Energia, sendo que foram pressionados a aceitarem indenizações com valores tidos como irrisórios pelos moradores. Para ele, um dos piores impactos da ausência do reassentamento, além da mudança no modo de vida, foi o fim efetivo da comunidade, já que cada morador “foi pro seu lado” e a maioria não sabe sequer onde se encontra agora seus companheiros de comunidade.

²⁶ Os pescadores lutam para que sejam reconhecidos enquanto impactados em sua atividade profissional e modo de vida, algo que é reiteradamente negado pela Norte Energia. Eles afirmam que a pesca reduziu drasticamente com as obras e se tornou mais difícil a prática por causa do constante barulho e explosões. Além disso, alegavam dificuldades de locomoção com as incertezas do mecanismo de transposição do rio Xingu e a proibição da navegação em determinados trechos do rio e demonstravam preocupação com a possibilidade de extinção de espécies endêmicas e peixes ornamentais, como o *Acari-Zebra*, algo que é embasado pelo Painel de Especialistas (2009). Entre suas reivindicações, estão a exigência de indenizações e alternativas para que mantenham sua atividade, rentabilidade e modo de vida.

É muito duro quando uma pessoa chega para você e diz: “meu deus, o que eu vou fazer? Eu só sei pescar, eu não estudei, não sei fazer outra coisa e eu não sei como fazer mais”. Daqui há cinco ou seis anos que esse cara vai poder voltar para o rio para pescar um tipo de peixe que nem ele vai conhecer, porque vai mudar com esse negócio da mudança no rio.

As mulheres tem sido um grupo bastante vulnerabilizado desde o início das obras da UHE Belo Monte, algo que foi destacado por todas as entrevistadas. Além do *boom* ocorrido na prostituição, usual nos grandes projetos, ocorreu o aumento da exploração sexual de menores, do trabalho escravo feminino e de distintas formas de violência contra a mulher, denunciadas pelos movimentos sociais, Conselhos Tutelares e Defensoria Pública e que, em muitos casos, são difíceis de serem mensurados:

É muito homem, mexe com criança, coroa, com jovem, um desrespeito, fala coisas que você não quer ouvir, é violência, isso é um tipo de violência. [...] Outro dia vi uma mulher aqui que veio dar um depoimento que ela tava sendo violentada, ela perdeu até um filho de tanto nervoso que ela passou do cara lá que coordena o setor dela (na obra de Belo Monte), [...] Mas não tem coragem de denunciar, porque ela tem medo de perder o emprego, tem medo de ser lesada [...] (Entrevista de Elena Araújo, 2012).

No que concerne à relação entre o MXVPS e as mulheres, de uma forma geral, podemos afirmar que, não obstante o movimento servir como um canal de denúncia, sua margem de atuação mostra-se reduzida pela dependência econômica que a cidade vem mantendo com o empreendimento, além dos fatores já citados anteriormente (criminalização do movimento e número reduzido de militantes e entidades). A fragmentação de 2009 também contribui pra essa dificuldade na articulação com as mulheres, pois parte significativa do movimento de mulheres, especialmente o local (como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade-MMTACC), rompeu ou se afastou do MXVPS, que passou a ter articulação maior apenas com o movimento estadual (Movimento de Mulheres Campo e Cidade-MMCC).

A articulação com os indígenas de distintas etnias é marcada por uma complexidade: o fato dos mesmos estarem submetidos na legislação nacional à mediação com a FUNAI, o que proíbe qualquer pessoa ou entidade de adentrar uma Terra Indígena sem autorização expressa do referido órgão federal. Como o CIMI integra a rede que compõe o MXVPS, a aproximação torna-se viável em determinados momentos, apesar do ressaltado pela entrevistada Ignez Wenzel:

Nós não temos acesso direto ao trabalho junto dos povos indígenas, você sabe que a FUNAI retém para si esse direito, agora quando eles nos solicitam nós nos colocamos a disposição e ajudamos, [...] Quando vem, por exemplo, um grupo solicitar a nossa ajuda para organizar uma mobilização para reivindicar seus direitos, estamos com eles, os pescadores, os oleiros, grupos indígenas [...] ou então movimento de mulheres. (informação verbal).

Dentre as diversas etnias, todas as entrevistadas afirmaram que a relação de maior proximidade com os integrantes do movimento é com os Kaiapó, situados no Mato Grosso e no sul do Pará, relação que foi construída historicamente desde os anos 1980 com o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, nos tempos em que a principal rede de movimentos sociais da região se denominava MPST. Em um período posterior se constituíram relações com outras etnias situadas na Bacia do Xingu, mas em regiões mais próximas, tais como as regiões denominadas de Rota do Iriri e Volta Grande do Xingu, impactadas fortemente pela UHE Belo Monte, especialmente a segunda. As principais etnias dessas regiões que constituíram relações de contato e mobilizações com o Xingu Vivo foram: *Xipaiá*, *Juruna*, *Arara*, *Parakanã* e *Xikrin*.

A partir de 2010, as relações com alguns grupos indígenas passaram por transformação, iniciando-se um processo de afastamento de alguns grupos e etnias em relação ao MXVPS, processo que se tornou mais agudo a partir do início da obra em 2011. Dentre os grupos que se afastaram do MXVPS, temos como exemplo, parte dos chamados “índios citadinos”, indígenas de diversas etnias que residem na área urbana de Altamira e que possuem, como uma de suas entidades de representação, a Associação dos Indígenas Moradores de Altamira (AIMA), entidade que rompeu com o movimento em 2011²⁷. Sobre a relação do MXVPS com os diversos grupos indígenas, a coordenadora do MXVPS, Antônia Melo, nos afirmou em entrevista:

²⁷ Diversas entidades da região acusam a Norte Energia e a FUNAI de terem atuado conjuntamente na cooptação de lideranças da AIMA e na destituição de indígenas contrários a Belo Monte de sua diretoria. Para mais informações: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/janeiro/nota-dos-movimentos-sociais-funai-vem-manipulando-associacoes-indigenas-no-para>

nossa relação, por exemplo, é com os kaiapós do mato grosso, né? nós temos um bom relacionamento, visitamos aldeias, participamos dos encontros, como convidamos eles também. aqui no médio xingu, onde nós nos relacionamos melhor são com as comunidades da volta grande, do paquiçamba, das aldeias paquiçamba que são duas e das aldeias arara da volta grande. temos tido muita dificuldade, porque o governo, a norte energia fez um trabalho de criminalização do movimento xingu vivo, por ser um movimento que está dentro, que denuncia e se desenvolve em vários lugares do brasil e fora do brasil [...] então nós temos tido dificuldade com parte das etnias daqui, como as etnias xikrin, como as etnias xipayá e outras aqui do médio xingu. mas, nós estamos dando continuidade a essa conversa pra tentar [...] desmistificar essas ideias caluniosas que a empresa norte energia conseguiu passar no meio dos indígenas, exatamente para que eles não se juntassem a nós, enfim, né? como uma forma de dividir, entre os próprios indígenas mesmo, [...] Uma forma de dividir as aldeias, dividir os povos, né? E junto, também o Movimento Xingu Vivo, né? [...] Nós, enquanto Movimento Xingu Vivo, não temos nada contra os indígenas. Nós temos vindo vendo que eles estão sendo manipulados, estão sendo cooptados pra que eles não reajam, pra que eles não fortaleçam a resistência contra a construção desse projeto.

Todavia para além da criminalização e cooptação tão visíveis e presentes nos discursos dos integrantes do MXVPS, é plausível que existam vários outros motivos para o afastamento de certos grupos indígenas o que, por não podermos entrevistá-los ou observá-los com maior proximidade não saberemos ao certo. Nos parece provável, porém, baseados em nossas observações, entrevistas e conversas informais que o histórico de políticas públicas restritivas na região, o que usualmente os movimentos sociais denominam “ausência do Estado”, influencia para que a inclusão de condicionantes e compensações para os indígenas no bojo da construção da UHE Belo Monte, produza nos mesmos expectativa e faça com que enxerguem possibilidades de resolverem demandas históricas, tais como: demarcação de terras; desintrusão; sistema de vigilância nas fronteiras e interior das TIs; melhorias na saúde indígena, dentre outros direitos que deveriam ser garantidos aos indígenas.

Nesse sentido, com o avançar das obras e a concepção de que a UHE é “fato consumado”, alguns grupos começam a lutar pelo cumprimento de condicionantes relacionadas à obra e não mais contra a obra em si. Sendo a postura política do MXVPS caracterizada pela oposição frontal à construção de Belo Monte, alguns desses grupos se afastam das mobilizações do movimento.

Fotografia 10 - Reunião dos pescadores do Xingu para definir ações



Fonte: Lunaé Parracho (2012).

4.4“Estrutura de oportunidades”: a relação entre MXVPS e as instituições estatais²⁸

Para compreendermos a “estrutura de oportunidades”, nos termos de Tarrow, sobre a qual se desenvolve a atuação do MXVPS na região, é fundamental analisarmos a relação entre o referido movimento social e as diversas instituições estatais presentes na região da Transamazônica e Xingu, dentre as quais destacamos: governos municipais, governo estadual paraense, governo federal; poderes legislativos municipais, estadual paraense e federal; autarquias federais diretamente relacionadas com o licenciamento e fiscalização das obras da UHE Belo Monte, tais como IBAMA e FUNAI; o poder judiciário, representado tanto pelas varas e tribunais, quanto pelo Ministério Público Federal do Pará e pela Defensoria Pública do Estado do Pará; as universidades, especialmente os pesquisadores que integraram o chamado Painel de Especialistas.

Em sua maioria, os poderes executivo e legislativo das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) mantêm historicamente uma relação distante e até mesmo conflituosa com o MXVPS. O principal motivo desse distanciamento é o fato de que o referido movimento social mantém um posicionamento claramente contrário à construção da

²⁸ Executivo: Governo Federal, estadual e municipal; IBAMA e FUNAI. Legislativo: Congresso, ALEPA. Judiciário: MPF, Defensoria Pública.

UHE Belo Monte, devido aos seus grandes impactos ambientais e sociais, bem como pela ausência de democracia sobre a decisão de construção, posicionamento que se mantém desde as primeiras organizações e mobilizações até a presente data. Ao passo que os membros dos poderes executivo e legislativo, possuem majoritariamente um discurso que se aproxima ao dos empreendedores da UHE: o de que a hidrelétrica é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, pois suprirá a demanda por energia elétrica prevista para os próximos anos e contribuirá para o crescimento econômico e melhoria social do país; além disso, afirmam também que a UHE trará desenvolvimento também para a região em que está sendo construída, com investimentos em transporte, saúde e educação.

Essa relação conflituosa, representada nos discursos e atuação política opostos, é percebida, por exemplo, na relação entre o MXVPS e as prefeituras municipais da região impactada pela UHE, as quais possuem historicamente um discurso amplamente favorável à Belo Monte e que há alguns anos fundaram uma organização para atuar politicamente nesse sentido, denominada Consórcio Belo Monte. Nos raros momentos de crítica à UHE Belo Monte, as prefeituras municipais não questionam sua construção, e sim reiteram sua importância e exigem usualmente o pagamento de impostos ou o cumprimento de condicionantes e mitigações de impactos. Esse antagonismo se reflete em um distanciamento entre o MXVPS e o poder executivo municipal da região.

O governo estadual, especialmente na gestão de Ana Júlia Carepa (PT; 2007-2010) procura construir uma ideia de legitimidade social e democratização nas decisões sobre investimentos que viriam a partir da construção da UHE Belo Monte, procurando simultaneamente atrelar o almejado desenvolvimento regional ao empreendimento e desvinculá-lo do autoritarismo que, segundo o MXVPS e autores como Nascimento (2011), marcaram todo o processo de planejamento, concepção e licenciamento de Belo Monte. Com esse objetivo e conjuntamente com o governo federal, o governo estadual cria o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) que, além de documento construído em parceria com pesquisadores da UFPA, consistiria em um fórum com reuniões periódicas e com poder decisório sobre quais ações seriam implementadas a partir de um fundo destinado para as mesmas; tais ações não teriam qualquer relação com as condicionantes e mitigações socioambientais obrigatórias a serem implementadas pela Norte Energia, sendo, portanto, decisões sobre ações que deveriam ir além das obrigações da empreendedora da obra. Participariam do PDRS Xingu: representantes do governo federal, da Norte Energia, do governo estadual, das prefeituras da região e de organizações da sociedade

civil, incluindo representantes de indígenas. O MXVPS se recusa a participar do referido fórum por considerar que a participação seria uma legitimação de Belo Monte e de todos os abusos que foram cometidos durante o processo. Além disso, considera o PDRS Xingu uma estratégia para iludir as organizações da sociedade civil e populações afetadas, já que ele gere uma verba considerada irrisória se comparada aos investimentos que continuariam com decisões centralizadas na Casa Civil em Brasília. Sobre a posição do MXVPS em relação ao PDRS, a coordenadora do movimento afirma.

O PDRS Xingu foi uma grande manobra que o governo federal fez, utilizando a (então) governadora do estado Ana Júlia (PT-PA, 2007-2010), que utilizou os pesquisadores do NAEA-UFPA pra montar um projeto de desenvolvimento pro Xingu pra tentar acalmar os ânimos de empresários, de movimentos sociais e de entidades que hoje fazem parte do PDRS. [...] Então, o que a gente percebe hoje, como tá se desenrolando o PDRS, não está passando nada mais do que repassar [...] recursos das políticas públicas garantidas na lei, no orçamento, que estão sendo utilizadas como manobras, né? [...] Então é uma grande manobra como uma propaganda para encantar os olhos, o coração dos movimentos, de movimentos indígenas, não indígenas, de ONGs de Altamira e da região (Antônia Melo, entrevista realizada em Altamira, em setembro de 2012).

As relações com o poder legislativo em todas as esferas são quase inexistentes em virtude da predominância de parlamentares favoráveis à construção da barragem e vinculados aos interesses do governo federal e da Norte Energia. Todavia, ao longo dos últimos anos, houve algumas exceções, das quais se destacam no campo de relacionamento com o MXVPS: o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) na Assembleia Legislativa do Pará; a ex-senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e o atual deputado federal Padre Ton (PT-RO) no Congresso Nacional. A relação de proximidade que ocorreu ou ainda ocorre com esses parlamentares se explica pelo fato deles constituírem ou dialogarem fortemente com entidades que integram em algum nível a rede de movimentos sociais que formam ou apóiam o MXVPS: o PSOL (Edmilson Rodrigues e Marinor Brito) e o CIMI (Padre Ton).

O IBAMA e a FUNAI, autarquias federais diretamente relacionadas com o licenciamento, acompanhamento e fiscalização do andamento das obras e cumprimento de condicionantes e mitigações socioambientais, são bastante criticados pelo MXVPS por serem coniventes com irregularidades e abusos cometidos pelos empreendedores. As críticas se dirigem ao Governo Federal pelo fato de reduzir os investimentos e autonomia desses órgãos e por exercer forte pressão política para que tudo que seja relacionado à UHE Belo Monte seja aprovado; as direções dos referidos órgãos por sua vez são criticadas por cederem às pressões

e orientações do Governo Federal e por coagirem os técnicos a não produzirem relatórios “desfavoráveis” à obra e ignorarem os relatórios “desfavoráveis” que são produzidos por seus funcionários²⁹.

Desta forma, o movimento tende a “inocentar” os técnicos em geral, por trabalharem sem a estrutura que seria necessária, sob intensa pressão e por serem ignorados pelas direções quando produzem relatórios denunciativos. Alguns dos técnicos inclusive denunciam ao MXVPS as pressões que sofrem e os impactos e relatórios que são “abafados” pelos cargos de direção do IBAMA e da FUNAI. Presenciamos em nossa observação participante algumas dessas denúncias, que tornam estes funcionários fonte importante para a atuação política e o trabalho de publicização e divulgação dessas denúncias.

O MXVPS mantém relações e certa proximidade com dois órgãos do judiciário no estado do Pará, ou pelo menos com setores deles: o Ministério Público Federal do Pará e a Defensoria Pública do Estado do Pará, órgãos que são vistos como “parceiros da luta”³⁰ pelos integrantes entrevistados do referido movimento. A relação com o MPF é mais antiga e deriva dos primeiros estudos de impacto ambiental, contestados pelo órgão, bem como aos questionamentos ao que o MPF considerou como uma série de ilegalidades no processo de licenciamento da usina, o que fez com que se estabelecesse uma relação de confiança do MXVPS com o órgão; ambas as instituições (MPF e Defensoria Pública) possuem uma atuação contundente no que se refere às diversas ilegalidades e impactos oriundos da UHE Belo Monte, desde o momento do licenciamento ambiental até o atual momento de construção da usina. Ao responder pergunta sobre o objetivo e principais reivindicações do MXVPS, uma das entrevistadas denota essa relação ao colocar como uma das reivindicações do movimento: “Fortalecer o Ministério Público Federal, um grande parceiro dessas lutas contra esse modelo de destruição, que apresenta suas ações e o mérito dessas ações, mostrando que esses projetos são inviáveis, né?” (entrevista com Antônia Melo, realizada em Altamira, setembro de 2012).

A relação do MXVPS com a Defensoria Pública é mais recente e deriva das contestações de pequenos proprietários de terras, agricultores, pescadores, ribeirinhos e

²⁹ Vários diretores e presidentes do IBAMA se demitiram ou foram demitidos durante o processo de licenciamento, o que seria resultado, de acordo com vários órgãos de imprensa, da grande pressão feita pela Casa Civil e Ministério de Minas e Energia para que o licenciamento saísse rapidamente, exigência que era alvo da discordância desses funcionários, devido às inúmeras pendências ambientais no projeto. Para mais informações, ver: <http://www.ecodebate.com.br/2009/12/02/efeito-belo-monte-diretor-de-licenciamento-do-ibama-deixa-o-cargo/>. Acessado em 02 de outubro de 2013.

³⁰ Expressões como essa são comuns a todos os entrevistados, quando se referem ao MPF e à defensoria pública.

trabalhadores residentes na zona urbana referentes às indenizações tidas como irrisórias que a Norte Energia pagou à milhares de pessoas, as quais a Defensoria Pública presta assistência jurídica individual e que resultaram em mais de dois mil processos até aqui, dos quais questionam tanto o valor da indenização, quanto a ausência da possibilidade de escolha entre reassentamento e indenização, como afirma a lei que versa sobre o assunto e que consta nas condicionantes impostas pelo IBAMA e aceitas pela empresa. Como o MXVPS é veementemente contra a construção da UHE e atua junta aos “atingidos” desde o início das obras, conhece muitas situações nesse sentido e indica à essas pessoas que procurem a Defensoria Pública para garantirem seus direitos, o que criou uma relação de confiança entre MXVPS e Defensoria; o papel de “opositor” à Belo Monte, faz com que pessoas e entidades acabem procurando primeiro o MXVPS para fazer suas denúncias, por enxergarem o mesmo como referência, as quais o movimento direciona para a Defensoria Pública e Ministério Público, quando são problemas que podem ser resolvidos por estes órgãos.

Já a relação com a ala decisória do judiciário, os juízes e desembargadores, é quase inexistente e muitas vezes conflituosa e crítica; o MXVPS critica a justiça pela morosidade no julgamento das ações impetradas pelo MPF³¹ e Defensoria Pública, bem como questiona a vinculação das decisões judiciais com os interesses do governo federal e da Norte Energia. Também afirma sofrer criminalização impetrada por este mesmo poder judiciário, fazendo com que alguns membros do movimento estejam sendo processados e acusados criminalmente, enquanto parte deles é proibida por decisão judicial de se aproximar de qualquer canteiro de obras da Norte Energia.

O denominado *Painel de Especialistas* (documento extenso produzido por quarenta pesquisadores de universidades públicas e centros de pesquisa brasileiros, no qual se almejou fazer uma análise do EIA de Belo Monte e cujo resultado foi uma contundente e fundamentada crítica ao mesmo) pode ser visto como parte do arranjo político que constitui o MXVPS e sua relação com as instituições estatais, pois, não obstante a qualidade do material científico e questionamentos por ele produzidos, ele se originou de uma relação profissional e pessoal entre membros do MXVPS com pesquisadores da Universidade Federal do Pará, que a partir de um pedido e demanda do movimento para que fosse analisado o Estudo de Impacto Ambiental sob um viés técnico, os professores decidiram organizar o grupo multidisciplinar que viria a ter o nome de *Painel de Especialistas*.

³¹ Como exemplo dessa morosidade, temos o fato de nenhuma das 15 ações impetradas pelo MPF desde 2001 terem sido julgadas em caráter definitivo.

A relação constituída entre o MXVPS e alguns pesquisadores da UFPA deriva de pesquisas desenvolvidas pelos mesmos anteriormente e atualmente; como desdobramento dessas pesquisas e dessa relação, membros do MXVPS participaram em diversos momentos de eventos acadêmicos na UFPA, especialmente como palestrantes. Para o movimento, a relação com a universidade é importante, porque muitas vezes os resultados das pesquisas acadêmicas ajudam a “embasar” sob um viés científico as críticas à construção da UHE, desde o processo de licenciamento até os impactos oriundos da construção. Sendo a ciência um instrumento de poder utilizado recorrentemente pelo governo federal e pela Norte Energia, através de seus engenheiros, para defender a construção de Belo Monte e desqualificar as críticas dos “atingidos” e do movimento, o mesmo também procura se apropriar do contraponto: pesquisas acadêmicas que coadunam ou fundamentam suas críticas.

5 AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MXVPS (2009-2012)

Neste capítulo, analisamos as estratégias de atuação e as ações do MXVPS, entre os anos de 2009 e 2012. Optamos por selecionar algumas ações, sabendo que não poderíamos dar conta de todas as realizadas neste período. Temos noção de que, como qualquer recorte, excluimos diversas outras possibilidades de análise baseadas em outras ações e estratégias.

Dividimos o capítulo em dois itens: no primeiro (5.1), analisamos os efeitos da entrada do MXVPS na *web*, bem como os impactos, as ações virtuais, especialmente as que envolvem o denominado ciberativismo, e as estratégias de atuação na internet. Procuramos fazer também uma cronologia da utilização da web pelo MXVPS.

No segundo item (5.2), analisamos três mobilizações ocorridas após o início da obra de construção da UHE Belo Monte, ocorridas entre os anos de 2011 e 2012. As mobilizações foram analisadas por meio de observação-participante nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Discutimos as teias de relações presentes em cada ação, bem como as estratégias adotadas e as intenções do movimento.

5.1 A entrada e utilização da web: repercussão nacional e internacional

Se existe um limiar que pode definir a entrada oficial do Movimento Xingu Vivo Para Sempre nas redes sociais, este momento aconteceu em setembro de 2009. Marcadas por várias denúncias envolvendo mudança inesperada de local, repressão policial e criminalização de movimentos sociais e indígenas, as audiências públicas sobre Belo Monte podem ser consideradas o estopim para que o Xingu Vivo passasse a utilizar oficialmente a Rede Mundial de Computadores.

As audiências foram vistas por muitos presentes não como um espaço de diálogo como foi divulgado e sim como “simulacro de participação” (NASCIMENTO, 2011, p. 165) necessário para o licenciamento da obra e como um espaço de campanha eleitoral (BARROS; RAVENA, 2011,). A repercussão negativa foi tanta que o Movimento achou necessário mostrar para o mundo que o Governo Federal estava implantando um projeto de forma autoritária e sem debate ou consulta (XINGUVIVO, 2010,).

Durante este momento houve um maior tensionamento na relação entre o MXVPS e o Estado e é justamente durante períodos de tensão que os movimentos sociais mais procuram quebrar o silêncio por meio de mídias alternativas, como uma forma de inserir seus pontos de

vistas e opiniões, quase sempre não representados e até ridicularizados pela mídia hegemônica (DOWNING, 2004) na arena da esfera pública (MORAES, 2000).

Outro fator relevante que colaborou para que o MXVPS passasse a utilizar a internet foi a presença de pessoas especializadas em comunicação ligadas à ONGS na assessoria de comunicação do Movimento, que antes era ocupada por ativistas/ militantes não especializados na área de comunicação.

Podemos observar que sempre que o Estado e as empresas avançam com pesquisas, licenciamento, leilão, o Movimento responde com cartas, encontros ou campanhas. As audiências foram mais um desses momentos. Era necessário quebrar o silêncio mais uma vez.

Foi então que a partir de pudemos identificar as primeiras publicações oficiais no MXVPS em redes sociais, criação de site e até a formação de um Comitê Metropolitano do MXVPS em Belém, pioneiro na divulgação de informações do movimento contra Belo Monte. É partindo basicamente deste período que os parágrafos seguintes discorrem.

Segundo Vegh (2003 apud. PEREIRA, 2011; RIGITANO, 2010; SILVEIRA, 2009), existem três tipos de ativismo online que podem ser utilizados tanto por movimentos sociais organizados quanto por indivíduos autônomos, sendo que os mesmos podem fazer uso apenas de um ou de todos os tipos ciberativismo paralelamente.

O termo “ativista” popularizou-se provavelmente em função de sua adoção por grupos na América do Norte e na Europa. O motivo, supostamente, foi a tentativa de distanciamento da carga forte associada às palavras “revolucionário” e “radical” - a primeira utilizada para extremista que recorre às armas e busca tomar o poder, a segunda para o ator político institucional que age fora dos padrões de conduta comuns às instituições – e a carga da palavra “militante” - que defende causas, como os ideais de um partido, mas têm poucas manifestações ativas (ASSIS, 2006 apud SILVEIRA, 2009).

A primeira categoria pontuada por Vegh preza pela conquista de conscientização e promoção (*awareness/advocacy*) de uma causa. A internet seria utilizada pelos ativistas como uma fonte alternativa de informações por meio de divulgação de notícias entre si e a população, buscando assim novos ativistas. Essa conscientização poderia ocorrer por fóruns, páginas, listas de discussão, chats, entre outros. Grande parte das organizações ativistas³²

³² Como exemplo, Rigitano (2003) cita a atuação da Anistia Internacional em relação a troca de informação mundiais. A Anistia utiliza o portal www.amnesty.org para se interligar por meio de lista de discussões com mais de 150 países que também. Citamos também a ONG International Rivers (<http://www.internationalrivers.org>), uma das principais parceiras do Xingu Vivo, que utiliza o

relacionadas às direitos (humanos, étnicos e mulheres) fazem uso deste tipo de ciberativismo (RIGITANO, 2010).

A Internet também pode ser usada para organização e mobilização (*organization/mobilization*) de ações. Eis aqui a segunda categoria de ciberativismo, que pode ser subdividida em três: A chamada para ação *offline* (protestos, passeatas, marchas); a chamada para a ação que poderia ser *offline*, mas que é mais eficiente online (contatar um representante do Estado via e-mail); e a chamada para uma ação exclusivamente online (envio de vários e-mails para encher a caixa de entrada de algum ‘governante’). O terceiro e último tipo de ciberativismo é o da ação/ reação (*action/reaction*), que seria a utilização da internet por ativistas para cobertura midiática de mobilizações ou para mostrar formas de resistência durante as mesmas.

Ao longo de sua história na internet, consideramos que o MXVPS fez uso destes três tipos de ciberativismo, uns com mais frequência do que outros. Analisando as publicações³³ pudemos perceber que desde quando entrou na WEB até o início das obras, o MXVPS utilizava bastante a primeira forma de intervenção online, acreditamos que procurava conscientizar e conseguir mais parceiros para sua causa. Eram comuns publicações com o caráter mais informativo do tipo: “Saiba por que somos contra Belo Monte”, “Entenda por que Belo Monte não é viável”. Já após o início das obras até meados do Xingu +23, encontro realizado em junho de 2012, um ano após o início das obras, as publicações assumiram características mais próximas do segundo tipo de ciberativismo pontuado por Vegh. Elas tinham em comum a chamada para ação, tanto *offline*, quanto online. Já no terceiro momento, após o Xingu + 23, pode-se dizer que MXVPS lançou mão do terceiro tipo de ciberativismo, cobrindo greves de trabalhadores e ocupações de indígenas e pescadores no canteiro de obras.

Durante esse momento, o Xingu Vivo também assumiu um perfil mais denunciativo em suas publicações. São comuns matérias, fotos e vídeos falando dos impactos causados pela obra.

Atualmente³⁴ a conta do Movimento Xingu Vivo Para Sempre no twitter (**Figura 1**) apresenta 8.402 seguidores e segue 54 pessoas, entre jornalistas (Eliane Brum, Ruy Sposati, Altino Machado), deputados (Ivan Valente, Claudio Puty, Arnaldo Jordy), pesquisadores,

ciberativismo de uma forma bastante informativa, desenvolvendo vídeos, infográficos, dados interativos sobre barragens de grandes impactos projetadas para rios em várias partes do mundo.

³³ Atualmente o MXVPS possui um site (www.xinguvivo.org) e contas nas seguintes redes sociais: Facebook, Twitter, Flickr, Youtube e Orkut. Utilizando como critério a frequência de atualização, optamos por analisar apenas o site e as duas primeiras redes sociais citadas.

³⁴ Data da última visita 21/10/2013

procuradores do MPF (Ubiratan Cazetta e Feliciano Pontes) e ONG's (Justiça Global, Instituto Socioambiental, International Rivers, Amazon Watch).

Segundo o site de monitoramento Twibirthday³⁵ o perfil do Movimento existe desde 11 de janeiro de 2010, porém, as primeiras publicações só começam a aparecer em julho de 2011. Ao longo da pesquisa percebemos que vários tweets foram apagados do perfil público do Xingu Vivo, o que justificaria a ausência de publicações nesta rede social durante mais de um ano desde sua criação. Apesar de excluídos, os tweets destes períodos ainda podem ser observado quando pesquisados na sessão de busca da rede social.

Figura 1 - Twitter oficial do Xingu Vivo



Fonte: Printscreen

O MXVPS possui uma página³⁶ e um perfil³⁷ na rede social mais acessada³⁸ do mundo (**Figura 2**). A utilização do facebook começou com o perfil em 13/09/2010, porém, em maio

³⁵ Disponível em: <<http://twibirthday.com/>> Acesso em: 23 dez. 2013.

³⁶ Utilizado por empresas, famosos e grandes corporações.

³⁷ Utilizado por pessoa física.

de 2011, o perfil do Movimento chegou ao número máximo de amigos adicionados e o MXVPS criou sua página, que atualmente conta com 21.224 fãs³⁹.

Conforme informações retiradas da própria rede social, a semana mais popular da página do Xingu Vivo ocorreu em 5 de maio de 2013, as pessoas que mais acessam a página são de São Paulo e tem entre 25 e 34 anos.

Figura 2 - Página oficial no facebook do Xingu Vivo



Fonte: Printscreen

O MXVPS também possui um site (**Figura 3**), sobre o qual achamos necessário trazer algumas informações, pois o mesmo é o principal veículo utilizado pelo Movimento, já que muitas informações divulgadas no facebook e no twitter direcionam para o site do MXVPS.

As primeiras publicações no site do MXVPS acontecem em novembro de 2010 e seguem hoje. A principal seção do site é a que se denomina “Notícias”. A maioria⁴⁰ dos links disponíveis nas redes sociais direcionam para as 483 matérias divulgadas em quase três anos de atividade (08 de novembro de 2010 até 01 de outubro de 2013).

³⁸ Dados do <http://gs.statcounter.com>. Site especializado em análise de dados baseada no número de visualizações de uma página. Nele pode-se obter informações desde março de 2009 sobre a quantidade de visualizações de redes sociais, navegadores, sistemas operacionais, sistemas operacionais para celular.

³⁹ Data da última visita: 21/10/2013.

⁴⁰ Considerando apenas os que direcionam para o site do Xingu Vivo

Figura 3 - Página inicial do site do MXVPS



Fonte: Prinscreen

Com base nas informações pudemos constatar que logo quando começou a utilizar a internet, início de 2010, o MXVPS buscava informar sobre os impactos que as obra poderiam causar na região, além de trazer pesquisas que mostravam a inviabilidade de Belo Monte e deixava a disposição “uma equipe” para tirar tirar dúvidas online. Abaixo (**Figura 4, Figura 5 e Figura 6**) seguem algumas publicações com esse viés.

Figura 4 - Twitter do MXVPS divulga documentos sobre a obra



Fonte: Printscreen

Figura 5 - MXVPS tira dúvidas online no facebook



Fonte: Prinscreen

Figura 6 - Divulgação do Chat Xingu Vivo no site



Fonte: Printscreen

Durante este período, em todas as redes sociais do MXVPS, várias são as publicações que aparecem com esse caráter de convencimento, seja por meio de vídeos, fotos ou campanhas, porém, quanto mais próximo do início das obras, junho de 2011, aumenta o chamado para atos, passeatas, protestos, ações diretas, entre outros. Aumentam também o número de publicações relacionadas à ações online, tais como twittaços⁴¹ e assinaturas de petições. Este momento também foi marcado pelas campanhas, como o “Gota D’água”⁴², no qual atores globais gravaram um vídeo dizendo por que são contra Belo Monte, e o “Belo Monte com meu dinheiro não”, que chamava os correntistas para enviar e-mails para seus bancos dizendo que não queriam a construção da hidrelétrica.

⁴¹ O MXVPS chamou vários twittaços online, entre as hashtags mais utilizadas e divulgadas pelo MXVPS estão #parebelomonte e #belomontenao.

⁴² Apesar da campanha não ter sido puxada pelo MXVPS teve grande divulgação nas redes sociais no mesmo. Segue o link do site da campanha: <http://www.movimentogotadagua.com.br/>

Após esse período, aproximadamente depois do Xingu + 23, encontro realizado em Altamira, paralelo ao Rio+20, as matérias e postagens passaram a ter um teor mais denunciativo. Eram comuns postagens abordando os impactos da obra na região, como exploração sexual, tráfico de drogas e mais recente o desmoronamento de um aterro construído pela Norte Energia em uma vila com 60 moradores no Bairro da Liberdade. Abaixo seguem trechos de algumas matérias publicadas no site do MXVPS desde o período citado:

De acordo com o morador da vila Ildomar Bezerra de Souza, por volta das 11:30 h de sexta começou a chover forte na cidade, e pouco tempo depois as casas das famílias foram invadidas por enxurradas de água barrenta e lama. “A gente mora na beirada de um enorme barranco de terra que a Norte Energia fez, um aterro monstruoso, pra construir moradias para atingidos pela usina. Quando a água começou a entrar na minha casa, fiquei muito assustado e já ouvi vizinhos baterem na porta, com criança no colo, porque o barranco estava caindo. (XINGU VIVO, 2013).

Boate Xingu, onde 14 mulheres foram resgatadas na semana passada, está localizada em área declarada de interesse público para a construção da usina de Belo Monte, em Vitória do Xingu (PA). Segundo a polícia civil, as vítimas, entre as quais estão uma adolescente de 16 anos e uma travesti, estavam submetidas a condições análogas à escravidão e foram aliciadas em estados do Sul do país, o que pode configurar tráfico de pessoas. (XINGU VIVO, 2013).

Entre 2011 e 2012, a apreensão de crack aumentou 900% em Altamira (PA), enquanto a quantidade de cocaína foi ainda maior, crescendo cerca de 12 vezes. O município, o mais afetado pelas obras de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, também tem sofrido com o aumento da prostituição. Recentemente, a Polícia Civil fez duas operações que libertaram 16 mulheres e uma travesti mantidas em cárcere privado e obrigadas a se prostituir. De acordo com o superintendente regional da Polícia Civil no Xingu, delegado Cristiano Nascimento, o tráfico de entorpecentes aumentou muito na cidade. “Em 2011, foram apreendidos 4 quilos de crack e feitas 55 prisões de traficantes. Em 2012, foram apreendidos 40 quilos da droga e presos 176 traficantes. (XINGU VIVO, 2013)

Acreditamos que essas mudanças nas publicações estão relacionadas a diversos motivos, dos quais um dos principais é o contexto histórico em que foram produzidas. No início, o caráter explicativo das publicações visava o convencimento do grande público de que a usina era inviável e traria enormes impactos, ao contrário do que diziam governos, empresa e parte da “grande imprensa. No segundo momento, o qual predominam as convocações e notícias de atos, a obra estava em seu início e por isso acreditava-se em uma maior

possibilidade de pará-la e as manifestações e ações diretas eram uma forma de provocar essa pressão pública, a partir da divulgação das mesmas. No terceiro momento, o denunciativo, procura-se ressaltar todos os aspectos negativos que a UHE está trazendo para a cidade, como uma de divulgar os impactos e ao mesmo tempo, uma tentativa de manter a temática em pauta na mídia nacional, já que o auge da divulgação de notícias e vídeos sobre Belo Monte foi em 2012.

Além disso, a própria dificuldade enfrentada pelo MXVPS de mobilização e articulação com alguns grupos sociais e organizações, abordada por nós no capítulo anterior, influencia para que atualmente o cenário de atos, manifestações e mobilizações seja menor do que há um ou dois anos atrás, o que o impele o MXVPS a adentrar no caráter denunciativo.

5.2 Mobilizações após o início da obra

Neste item analisamos, por meio de observação-participante, três mobilizações selecionadas, ocorridas entre os anos de 2011 e 2012 nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu-PA. Nosso recorte temporal foram as mobilizações ocorridas após o início das obras de construção da UHE Belo Monte, o que coincidiu com o momento em que fazíamos nossa pesquisa. Temos noção de que houve várias outras mobilizações além das três selecionadas e que, por isso, as análises empreendidas neste capítulo estão baseadas em um recorte e que, portanto, não deixam de ser excludentes e pautadas em especificidades, como qualquer recorte. No entanto, com o processo de observação-participante e mais as entrevistas, tanto as gravadas e transcritas quanto as “informais” realizadas durante as mobilizações, acreditamos que pudemos produzir análises sob as quais podem ser encontrados padrões e nuances que provavelmente estão presentes em outras mobilizações e no cotidiano do movimento, o qual não podemos acompanhar integralmente em uma pesquisa.

Dividimos este item do quarto capítulo em três subitens, sendo que cada subitem corresponde a uma mobilização acompanhada no processo de observação-participante. Em cada subitem, além da análise das ações, das reivindicações, da teia de relações existentes entre os distintos atores participantes, dos conflitos e da repressão, construímos também uma narrativa linear sobre cada uma das três mobilizações, detalhando os acontecimentos com o objetivo de uma maior imersão nas nuances dos processos dinâmicos que ocorriam durante as mobilizações.

No primeiro subitem (4.2.1), analisamos um evento ocorrido em outubro de 2011 e denominado “Semana Mundial Contra Belo Monte”, bem como as ações derivadas do mesmo, o qual culminou com a ocupação de um dos canteiros de obra da UHE Belo Monte. Como especificidade dessa mobilização, temos o fato dela ter sido inicialmente planejada e comandada por entidades de Belém, as quais constituíam o Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre.

No segundo subitem (4.2.2), analisamos outro evento denominado “Xingu +23”⁴³, realizado no município de Vitória do Xingu-PA (comunidade Santo Antônio) em junho de 2012, bem como as ações decorrentes do mesmo. O evento culminou com uma forte criminalização de integrantes do MXVPS, decorrente de uma ação espontânea de alguns indígenas e outros participantes do evento que em momento de revolta destruíram alguns escritórios da CCBM situados em um dos canteiros de obra.

No terceiro subitem (4.2.3), discutimos a partir de duas semanas de observação-participante, as quais acompanhamos mobilizações de pescadores e indígenas que culminaram com a ocupação do sítio Pimental, um dos canteiros de obra da UHE Belo Monte. Tal relação entre indígenas e pescadores para o planejamento e execução de uma ação conjunta, foi alardeada por vários integrantes do MXVPS e ONGs parceiras como uma “aliança inédita”. Analisamos neste item, como se deu esta aliança e qual a relação do MXVPS com os distintos grupos que participaram desse processo.

5.2.1 “Semana Mundial Contra Belo Monte”: dos debates à ocupação

Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2011 foi realizado em Altamira-PA o Seminário mundial intitulado “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu”. O evento tinha o objetivo de reunir o máximo de indivíduos, ONGs e movimentos sociais que se posicionassem naquele momento de forma contrária a construção da usina de Belo Monte, que àquela altura já estava em construção há cerca de quatro meses (desde junho de 2011). A intenção do evento era que

⁴³ O referido nome faz uma dupla referência: a primeira é à Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada naquele ano na cidade do Rio de Janeiro e denominada “Rio +20”; a segunda referência é aos 23 anos do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira-PA no ano de 1989 e que repercutiu mundialmente, contribuindo para que o Banco Mundial cancelasse o financiamento para a construção da então hidrelétrica de Kararaô.

através da reunião dos grupos contrários fossem definidos os próximos passos para a luta contra a construção da usina.

O evento foi realizado em um ginásio esportivo e teve apoio institucional de organizações ligadas à igreja católica, representada na região pela Prelazia do Xingu. Todavia, o referido evento foi pensado e planejado em Belém, pelo Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre (CMXVPS). As organizações constatadas por observação participante e registro fotográfico como presentes no encontro, além do Comitê Metropolitano, foram: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Movimento de Luta Popular (MLP), Comitê Dorothy Stang, Associação dos Areeiros, diversos sindicatos de trabalhadores rurais, diversas lideranças e guerreiros de nações indígenas (Arara, Juruna, Kaiapó, Kraô, Xipayá, Kuruaya, Parakanã), colônias de pescadores (Colônia de Altamira, Colônia de Senador José Porfírio), representantes de comunidades da Volta Grande do Xingu, Associação de Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira (ACEPOAT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Consulta Popular, Sindicato dos Oleiros, deputado estadual pelo Pará Edmilson Rodrigues (PSOL) e a então Senadora e hoje vereadora do município de Belém Marinor Brito (PSOL), estudantes universitários e secundaristas de Altamira, Belém e Santarém.

No primeiro dia (25), o evento ocorreu com tom incisivo nas falas e discursos contrários à construção da UHE Belo Monte, manifestações de protesto, palavras de ordem e manifestações culturais por parte dos vários grupos indígenas. Estabeleceu-se que o evento seria permeado por mesas com debates que ocorreriam a priori nos 3 dias do evento, sendo proferidas palestras, discursos e informações por parte de diversos representantes de movimentos sociais. A organização do seminário previa colocar na mesa em dias e horários distintos as principais lideranças dos mais diversos grupos opositores à construção, dando total prioridade à população da região (visto que também havia militantes de movimentos sociais de Santarém, Belém e de várias partes do Brasil e do mundo) para que assim fosse proferida uma divulgação ou atualização do avanço das obras, dos impactos e das lutas, para que assim ao final do seminário pudessem ser articuladas as futuras ações dos movimentos sociais presentes.

Neste primeiro dia, durante a manhã, foi realizada a “mesa dos indígenas” (assim denominada pela organização do evento) (**Fotografia 11**), contando com caciques de diversas etnias e aldeias que discursaram em tom bastante incisivo contra a construção da usina (como a maior parte dos participantes do encontro) e frisaram em suas falas a disponibilidade para a luta, bem como a existência de uma rede consolidada entre etnias “diretamente” atingidas, e outras etnias com impactos menores, ou mesmo sem impactos aparentes relativos à Belo Monte. Todavia estava claramente presente nos discursos os motivos dessa “rede solidária”: diversos projetos passados (Hidrelétrica de Tucuruí) e futuros (Complexo de Hidrelétricas do Tapajós, etc.) eram citados pelos representantes de distintos grupos indígenas como o grande motivo para que todos se unam contra Belo Monte, já que ela estaria inserida em um “projeto maior”.

Fotografia 41 - Debate na Semana Mundial Contra Belo Monte



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2011).

Além da explícita solidariedade manifestada e “disponibilidade para a luta”, a maioria das lideranças indígenas foi pouco propositiva quanto a futuras ações, com exceção de um cacique kaiapó que sugeriu que daquele seminário saísse um documento-manifesto solicitando a paralisação das obras, sendo que o mesmo deveria ser levado diretamente para a presidenta Dilma assinar. Durante a tarde houve a “mesa dos pescadores”, com a presença de

diversos representantes de colônias de pescadores, que falaram sobre a iminente possibilidade de redução do número de peixes e extinção de duas espécies de peixes ornamentais.

No mesmo dia, houve uma reunião informal puxada por estudantes universitários e secundaristas de Belém e Santarém, que contou também com a participação de sindicalistas de Belém e Altamira, bem como uma reconhecida liderança indígena da etnia Xipaya. O motivo da reunião era a insatisfação dos presentes com a possibilidade de o seminário se constituir em “mais um espaço de divulgação das arbitrariedades” da NESA e do governo federal, porém sem nenhuma ação direta para demonstrar o descontentamento com as obras. O grupo sugeriu na reunião que fosse levada à organização do seminário propostas de ações mais diretas, destacando a possibilidade de ocupação do canteiro de obras pelos participantes do seminário. O que fosse definido pelos participantes do encontro seria acatado pelo grupo que participava da reunião, ao mesmo tempo em que atuariam para que a ocupação do canteiro fosse aprovada.

No segundo dia, a programação planejada para a manhã foi mantida, com uma palestra de uma liderança do MAB e representantes de outros movimentos. Porém, na parte da tarde a programação foi alterada e ficou definido que haveria uma assembleia para definir sobre a proposta de ocupação do canteiro sugerida no dia anterior. Na verdade, instituiu-se antes da assembleia que só haveria a ocupação se a maioria dos indígenas concordassem com a proposta, tendo estes, portanto, adquirido ou ressaltado um status de grupo primordial para o sucesso das mobilizações. Acreditamos, através de observação participante e entrevistas informais, que tal decisão foi tomada devido ao peso político e à projeção nacional e internacional que os indígenas possuem, o que seria fundamental para que uma possível ocupação ganhasse grande divulgação. Como resultado final da assembleia foi aprovada a ocupação quase por unanimidade entre os indígenas, sendo apoiados por boa parte das entidades presentes. Todavia, um outro, importante grupo de entidades, todos eles sediados ou com forte atuação no município de Altamira, se manifestou contrariamente à ocupação, mas decidiu acatar a decisão da maioria. O argumento principal contrário à ocupação é que ela não poderia ser feita sem o necessário planejamento (como achavam que estava sendo feito) e por isso não deveria ser imediata.

No último dia do seminário (dia 27), foi efetuada a ocupação. Pela manhã, um dos canteiros, situado em Vitória do Xingu às margens da Transamazônica, foi ocupado sem qualquer resistência, pois a informação de que seria ocupado “vazou” durante a madrugada e

a empresa NESA liberou todos os trabalhadores para evitar o conflito. Paralelamente, a rodovia Transamazônica foi bloqueada (**Fotografia 12**).

Fotografia 12 - Kayapó ocupando a transamazônica em frente ao Canteiro de obras Belo Monte



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2011)

Visivelmente, os índios da etnia Kayapó assumiram uma posição de liderança nessas ações, a partir da ocupação, dando orientações para todos os outros grupos indígenas e movimentos sociais que, no geral, seguiam todas as orientações, respeitaram e aceitaram a liderança Kayapó constituída espontaneamente. A maioria dos militantes que empreenderam a ocupação ficou responsável por manter o canteiro ocupado, enquanto um contingente menor ficou responsável por manter o bloqueio da estrada (**Fotografia 13**)⁴⁴. Os militantes que ocuparam o canteiro puderam verificar pessoalmente a extensão da área que foi desmatada para construí-lo, o que gerou revolta e indignação por parte de muitos, bem como fez aflorar a sensibilidade com o ocorrido. A ocupação e o bloqueio duraram um dia, pois no fim de tarde a NESA conseguiu um documento de reintegração de posse e a ROTAM, unidade de elite da Polícia Militar foi acionada para efetuar a desocupação. A saída acabou sendo negociada e os diversos movimentos sociais decidiram em assembleia realizada na estrada que desocupariam o canteiro e a estrada. A ocupação encerrou com uma palavra de ordem de parte dos ativistas: “Esse é um aviso para vocês, se for preciso ocuparemos outra vez.” Desta forma, se encerrou

⁴⁴ Ao fundo indígenas fechando a Transamazônica na mesma ocupação.

o que viria a ser conhecido como a primeira ocupação do canteiro, já que este ato se repetiria algumas vezes nos meses seguintes, desta vez com maior planejamento e maior duração da ação.

Fotografia 13 - Ocupação no canteiro de obras Belo Monte



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2011)

5.2.2 Xingu+23: do protesto à criminalização do MXVPS

Entre os dias 12 e 17 de junho de 2012, fiz uma segunda viagem para observação participante no município de Altamira⁴⁵. A ida foi programada nesta semana, porque iria ocorrer um encontro entre os dias 13 e 17 de junho intitulado *Xingu +23* no município de Vitória do Xingu, organizado pelo Movimento Xingu Vivo, com a finalidade de reunir distintos movimentos sociais da região para definir ou redefinir estratégias de luta contra a usina. Como principais objetivos para esta etapa da pesquisa, tinha: realizar observação participante durante o Xingu+23, atentando para os atores presentes, suas reivindicações e estratégias de luta; realizar entrevistas com diversas lideranças de entidades que compõe o movimento Xingu Vivo Para Sempre.

⁴⁵ Àquele momento era integrante do grupo de pesquisa CNPQ intitulado “Belo Monte e as mudanças sociais no Xingu”, coordenado pelo professor Dr. Josep Pont Vidal.

Ao chegar a Altamira no dia 12 de junho, recebi a informação de que as lideranças já se encontravam em Vitória do Xingu organizando o encontro e que seria difícil conseguir entrevistá-las durante a semana. Após entrar em contato com algumas delas e confirmar a informação, resolvi focar minhas atividades de pesquisa durante esta etapa apenas na observação participante a partir de então.

No dia 13 de junho, o evento se iniciou no município de Vitória do Xingu, precisamente na comunidade Santo Antônio, onde seriam realizadas todas as atividades do evento, escolhida talvez pelo fato de ser uma das comunidades mais afetadas pela obra naquele momento, pois todos os moradores teriam que ser retirados compulsoriamente⁴⁶. Participaram do evento, além do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (organizador): representantes do Comitê Metropolitano Xingu Vivo Para Sempre (CMXVPS); Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH); militantes de partidos políticos (PCR, PSOL e PSTU); estudantes universitários de Altamira, Paragominas, São Luís, Belém e São Paulo; moradores da comunidade Santo Antônio; indígenas de diversas etnias (especialmente Munduruku, Juruna e em número bem menor, os Kaiapó); representantes de ONGs nacionais e internacionais; representante do Movimento Gota D'água. Durante o dia, foram realizadas na comunidade várias celebrações em comemoração ao dia de Santo Antônio, padroeiro do local. O festejo anual é bastante tradicional na comunidade e aquele estava sendo anunciado como o “último antes da barragem”. Houve procissão até a margem do rio Xingu, missa em homenagem a Santo Antônio e o festejo propriamente dito, todos os momentos marcados fortemente pela emoção dos moradores que dali seriam retirados.

No dia 14 de junho, segundo dia do encontro, houve basicamente dois momentos distintos durante o dia: durante a manhã foi organizada uma mesa com os moradores remanescentes da comunidade Santo Antônio (à época do encontro, a maioria dos moradores já tinha saído da comunidade) e durante a tarde uma mesa com militantes de movimentos sociais, acadêmicos e indígenas (**Fotografia 14**). Os moradores remanescentes, mais uma vez emocionados, denunciaram o compulsório fim da comunidade, o baixo valor das indenizações e diversas arbitrariedades e pressões por parte da empresa Norte Energia (responsável pela usina de Belo Monte) para que saíssem urgentemente da comunidade. O principal

⁴⁶ No final de 2012, todos os moradores já tinham saído do local, após receberem indenizações tidas como irrisórias pelos mesmos. De acordo com o presidente da Associação de moradores do local, Élio Silva, alguns moradores estão com ações na justiça que questionam o valor das indenizações. Segundo o mesmo, houve uma forte pressão para que o valor ofertado fosse aceito; além disso, não foi ofertado aos mesmos, a possibilidade de reassentamento, que era a opção preferida pelos moradores, já que sua saída do local era compulsória.

representante que falou durante essa mesa foi a maior liderança da comunidade, presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Santo Antônio, Élio Alves da Silva. Os participantes que assistiam à mesa reagiam com um misto de emoção e intensa indignação perante o que ouviam. Durante a tarde, houve mesas de discussão com a presença de acadêmicos, como a professora Dra. Sônia Magalhães (UFPA), representantes de movimentos sociais, como a coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre Antônia Melo e o artista Miranda do município de Brasil Novo, e lideranças indígenas das etnias Munduruku e Juruna. As mesas tiveram como objetivo discutir os impactos futuros e presentes que envolvem a construção da Usina de Belo Monte. As atividades do dia 14 se encerraram com uma reunião entre diversas lideranças de movimentos sociais presentes, que contou com a participação também de representantes de ONGs que integram a rede, como a *Amazon Watch* e *International Rivers*.

Fotografia 145 - Debate realizado durante o Encontro Xingu+23 na comunidade de Santo Antônio



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2012).

No dia 15, como resultado da reunião do dia anterior e de planejamento ao longo dos meses que antecederam o evento, a coordenação do “Xingu +23” e os demais participantes decidiram efetuar uma ação direta para protestar contra a usina: entrar em um dos canteiros e “abrir” fendas ou caminhos nas barragens provisórias sobre o rio Xingu, denominadas

ensecadeiras, para que as águas passassem normalmente como antes. A ação durou um dia inteiro, na qual manifestantes munidos de enxadas, pás e outros utensílios abriram manualmente uma passagem na ensecadeira. A ação conseguiu grande repercussão e as fotos estiveram presentes em diversos órgãos de imprensa do mundo (**Fotografia 15**). A Norte Energia não evitou a entrada dos manifestantes e se restringiu a intimidá-los por meio de filmagens e sobrevoo de helicóptero cedido pela empresa à polícia local.

Fotografia 15 - Ação em uma das ensecadeiras de Belo Monte



Fonte: Amazon Watch (2012)

No dia 16, que seria o penúltimo dia do encontro, os organizadores do evento decidiram realizar uma passeata pela transamazônica para denunciar as arbitrariedades da Norte Energia e protestar contra a construção de Belo Monte (**Fotografia 16**). Em meio à passeata, um grupo liderado por indígenas, revoltados com o que ouviram nos dias do encontro e com o que o que viam à sua frente (um canteiro da usina), resolveram, sem qualquer participação do Movimento Xingu Vivo Para Sempre e de qualquer organizador do encontro, empreender uma ação mais radicalizada: tomados pela indignação, estes manifestantes ocuparam o canteiro e destruíram um escritório da empresa construtora da usina. Devido à tensão provocada por essa ação, o término do encontro, que seria no dia 17, foi antecipado e por questões de segurança todos os participantes tiveram que se retirar da comunidade Santo Antônio.

Fotografia 166 - Passeata pela Transamazônica



Fonte: Cauê Vieira Morgado (2012)

Como resultado dessa última ação, a polícia indiciou onze lideranças de movimentos sociais da região (a maioria integrantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre), mesmo com todas as evidências de que eles não participaram da ação que destruiu o escritório.

5.2.3 “Carta dos 13 pescadores” e “Aliança inédita”: pescadores, indígenas e ribeirinhos ocupam o canteiro

Entre os dias 23 e 30 de setembro e, posteriormente, entre os dias 07 e 14 de outubro de 2013, estivemos em Altamira para mais um momento de observação-participante e entrevistas.

No dia 23 de setembro de 2012, participamos de uma atividade na sede do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. A atividade foi coordenada pela SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos). A entidade integra a rede do Movimento Xingu Vivo, prestando assessoria jurídica para o mesmo. Participaram da referida atividade, cerca de 12 lideranças de entidades da região, todos militantes contra a UHE Belo Monte e a maioria deles também integrantes do Movimento Xingu Vivo. O objetivo da reunião era discutir o processo de criminalização que os movimentos sociais da região, especialmente o Xingu

Vivo, estavam enfrentando. Lideranças do MXVPS estavam com vários processos empreendidos pela Norte Energia ou pela própria Polícia Civil, imputando aos mesmos crimes que não cometeram, bem como impedimentos de livre circulação e manifestação no interior e arredores dos canteiros de obras, algo considerado abusivo pela SDDH. Além disso, destacava-se, naquele momento, o indiciamento de onze pessoas, das quais dez eram lideranças contrárias a Belo Monte, por dano ao patrimônio empreendido em um dos canteiros de obra da UHE no mês de junho de 2012, ressaltando-se durante a reunião que imagens comprovavam que nenhum dos onze indiciados estavam envolvidos na depredação.

De acordo com o representante da SDDH, o processo de criminalização dos movimentos sociais tem sido bastante utilizado no estado do Pará, e suas estratégias para atingir as lideranças, em alguns casos, podem ser muito eficazes, mesmo que não resulte na utilização da violência que resultou historicamente em centenas de assassinatos de lideranças no Pará. Na reunião foi discutido que a criminalização é algo bem difícil de ser combatido, pois é empreendida pelo próprio Estado (polícia e poder judiciário, principalmente) e constantemente apoiada pela grande mídia.

A criminalização usualmente é precedida e paralela a um processo de difamação das lideranças, que culminam com a criminalização em si, ou seja, a utilização de inquéritos e processos judiciais contra as lideranças de movimentos sociais, que passam a se transformar em réus de acusações de diversas ordens. De acordo com o representante da SDDH, a criminalização teria também como função a intimidação das lideranças para que as mesmas deixem de atuar devido ao medo; também possuiriam uma “função pedagógica” junto à população, uma forma de mostrar que eles não devem ir contra as ações desejadas pelo Estado, pois correm os mesmos riscos. Na mesma reunião, foram discutidas estratégias que os movimentos e lideranças devem adotar para lidar com essa realidade, que só tende a se agravar.

Na mesma semana desta atividade promovida pela SDDH em Altamira, muitas mobilizações e manifestações se desenvolviam na cidade. Entre os dias 24 e 26 de setembro, funcionários da FUNAI de Altamira paralisaram suas atividades, exigindo: melhores condições de trabalho; construção prédio próprio e adequado para o trabalho; ampliação do orçamento e do número de funcionários do órgão; construção de uma nova Casa do Índio, prédio situado em Altamira e que abriga os indígenas que vem à cidade em busca de serviços públicos, especialmente saúde; cumprimento de diversos acordos firmados com a Norte Energia, relacionados à aplicação do Plano Básico Ambiental (PBA) e das condicionantes. A

paralisação se encerrou sem acordo e funcionários da FUNAI com quem conversamos afirmaram que voltaram a trabalhar devido às constantes ameaças de “corte no ponto”, mas que nenhuma das reivindicações foi atendida pelo governo⁴⁷. Já estava ocorrendo também há alguns dias a mobilização de um grupo de pescadores (mais precisamente iniciada no dia 17 de setembro) que protestavam contra os impactos da UHE Belo Monte sobre suas atividades. Realizei observação participante em meio a essas mobilizações, que incluíam articulações políticas entre os pescadores que iniciaram as ações, a colônia de pescadores de Altamira, o MXVPS e posteriormente alguns grupos indígenas. O grupo de pescadores que iniciou as mobilizações, semanas antes de nossa chegada, não era constituído por membros de movimentos sociais ou sindicatos e não tinham nesse sentido experiência em mobilizações e protestos. Em meio a esse grupo (variável, mas que se constituía de um número fixo de no mínimo 13 pescadores e chegou a atingir, em certos momentos, mais de 40 pescadores), surgiu uma liderança durante esse processo, um pescador chamado Cecílio Kaiapó (com ascendência indígena), que se assumiria como representante dos pescadores durante vários momentos do processo de mobilização. Ainda que não fosse uma liderança oficializada por nenhuma entidade, percebemos que Cecílio ganhou forte legitimidade junto aos participantes das mobilizações e exerceu uma liderança influente entre os pescadores durante esse processo.

As ações dos pescadores pautaram-se em três estratégias: ocupação de ilhas próximas ao canteiro do sítio Pimental; atos de protesto utilizando suas embarcações no rio Xingu; articulações com a Colônia de Pescadores de Altamira-PA e com o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, como uma forma de viabilizar a ocupação, bem como angariar maior apoio político e, no caso do MXVPS, a possibilidade de abrir uma porta de articulação com os indígenas para planejar uma ação conjunta de ocupação do canteiro de obras.

A primeira ação dos pescadores foi a ocupação de uma ilha denominada de Jatobá, situada próxima ao canteiro do sítio Pimental e que estaria dentro da área pertencente à Norte Energia, e realizada no dia 17 de setembro. Os pescadores questionavam a autorização que IBAMA e FUNAI deram para o barramento definitivo do rio, que traria enorme impactos para sua atividade pesqueira e que foi feita sem consulta aos pescadores e outros grupos que utilizavam o rio cotidianamente. Além disso, afirmavam que não tinham informações suficientes e quaisquer garantias quanto aos mecanismos de transposição de embarcações, algo de que dependeriam a partir daquele momento, já que o rio seria fechado. No dia 19 de

⁴⁷ Os funcionários pediam sigilo quanto à divulgação de seus nomes, devido ao medo de retaliações por parte da coordenação.

setembro, os pescadores realizaram um ato no qual os mesmos utilizaram suas embarcações para fechar a passagem de um trecho do rio Xingu e impedir a locomoção das embarcações da Norte Energia, que levavam funcionários e maquinários, o que resultou na paralisação das obras do sítio Pimental por dois dias (19 e 20 de setembro). No dia 21 de setembro, uma liminar da Justiça estadual deferiu o pedido do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) “para que os pescadores se abstenham de impedir os trabalhos na barragem, e o acampamento dos manifestantes na ilha Jatobá foi despejado”⁴⁸.

Os pescadores decidiram cumprir a decisão judicial e como uma estratégia alternativa para dar continuidade às manifestações, decidiram ocupar outra ilha próxima ao canteiro do Sítio Pimental, mas desta vez uma ilha que estaria fora dos domínios territoriais da Norte Energia, denominada Ilha do Cão. Como a Norte Energia entrou com ação judicial para retirar os pescadores da Ilha do Cão, a estratégia adotada para manter a manifestação e buscar maior mobilização foi a mudança e migração de ilha em ilha, conforme a referida empresa entrasse com as ações judiciais solicitando o despejo dos manifestantes (foram cinco ilhas ocupadas ao longo do processo, respectivamente: Ilhas do Jatobá, do Cão, do João de Barro, do Veado e da Cutia). Os pescadores realizaram outra manifestação, no dia 25 de setembro, um ato simbólico que uniu as diversas embarcações presentes que circundaram o canteiro do sítio Pimental num protesto contra o impacto do empreendimento nas suas atividades profissionais (**Fotografia 17**).

Fotografia 7 - Pescadores realizando ato no Rio Xingu em frente ao canteiro de obras Pimental



Fonte: Lunaé Parracho/ Reuters (2012).

⁴⁸ Informação retirada do site do MXVPS, em notícia do dia 25 de setembro de 2012: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/25/pescadores-continuam-acampados-em-protesto-contra-belo-monte/>.

No dia 26 de setembro, a Colônia de Pescadores de Altamira (Z-57) e outras entidades como a Associação dos Criadores e Pescadores de Peixes Ornamentais (ACEPOAT) e a Cooperativa dos Pescadores e Beneficiadores de Pescado de Altamira (COOPEBAX), tiveram reunião com representantes do Ministério da Pesca e da Casa de Governo, na qual apresentaram suas pautas que segundo os representantes do Governo Federal seriam encaminhadas para discussões futuras entre governo e Norte Energia, bem como para outras entidades envolvidas nas reivindicações (especialmente o IBAMA). Entre as pautas estavam incluídas “uma nova avaliação de impactos sobre os estoques de peixe através do levantamento dos estudos feitos pela UFPA e outros sobre monitoramento da pesca e biomas, como subsidio de avaliação do grau de impactos na produção e ambiente natural do pescado atualmente”⁴⁹.

Durante o período em que acamparam na Ilha da Cotia (a partir do dia 28 de setembro, última ilha a ser ocupada), os pescadores produziram uma carta conclamando outros companheiros de profissão, que também estavam sofrendo os mesmos impactos em sua atividade, para se juntarem ao grupo na ocupação e reivindicarem seus direitos:

Carta dos 13 pescadores

Nós, os 13 pescadores reunidos na Ilha da Cotia, falamos aqui de nossa resistência em defesa dos direitos de todos nós. Queremos pedir encarecidamente aos nossos amigos pescadores que se unam e compareçam para nos dar apoio na luta por seus direitos, assim como nós temos lutado.

Pelo amor a Deus, chamamos a todos para que venham nos encontrar e juntar-se a nós. Por amor aos seus filhos e netos, que reajam em defesa dos seus direitos de pesca, antes que seja tarde demais e que o Xingu não dê mais peixe.

Aguardamos ansiosos a chegada de vocês para que juntos, com a força, a coragem e a fé de todos, possamos finalmente agir para garantir que sejamos ouvidos pela Norte Energia, pelo Consórcio Construtor Belo Monte e pela Presidência do Brasil.

Chamamos também os indígenas de toda a região a se unirem a nós nessa importante luta. E a todos os atingidos que puderem se dirigir para a Ilha da Cotia, pedimos que venham o mais rápido possível. E que todos nós estejamos juntos nesse momento.

Agradecemos a todos aqueles que nos tem apoiado e àqueles que nos apoiarão nesta causa de todos nós.

Os 13 pescadores. Altamira, 28 de setembro de 2012.

Nesse processo que envolveu ocupação e manifestações, os pescadores e outros ativistas que prestavam apoio sofreram diversas intimidações por parte do CCBM, Norte Energia e Polícia Militar. Os mecanismos adotados para essa intimidação foram: constantes

⁴⁹ Extraído do Site do MXVPS, em matéria do dia 27 de setembro de 2012: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/27/2673/>

fotografias dos integrantes das manifestações e ocupações, tiradas com câmeras de alta resolução por funcionários do CCBM que passavam de lancha próximo às ilhas; sobrevoo de helicóptero da polícia (**Fotografia 18**), que também fotografava, ao mesmo tempo em que exibia suas armas de grande porte; abordagem de integrantes das manifestações por funcionários do CCBM para questionar sobre as lideranças que estariam organizando as manifestações.

Fotografia 8 - Helicóptero da polícia sobrevoando ocupação de indígenas e pescadores no Canteiro Pimental



Fonte: Paris Mach (2012)/ Foto: Lunaé Parracho

É importante falarmos sobre o funcionamento das ocupações que presenciamos: o *modus operandi*, a divisão de trabalho, como eram mantidas e qual a procedência do que era consumido lá. Assim que iniciava-se a ocupação de uma ilha, eram abertas clareiras na mata para que se pudesse montar o acampamento, considerando que a estadia era por tempo indeterminado. Após montado, o acampamento podia ser dividido basicamente em duas áreas: uma área relativamente extensa e espaçada em que eram montadas as barracas e atadas as redes, onde as pessoas dormiam e guardavam seus objetos pessoais; outra área de convivência comum, onde eram realizadas as reuniões e as dinâmicas, bem como é onde se situava a cozinha da ocupação. Havia uma divisão de trabalho bem definida, objetivando manter a ocupação e com um claro recorte de gênero nas atribuições.

Os homens pescadores eram responsáveis por montar o acampamento (assim que se ocupava) e pescar para que fossem preparadas as refeições. As mulheres eram responsáveis por preparar as refeições, manter a higiene na área da cozinha e realizar outras atividades que

provavelmente realizam em seu cotidiano doméstico-familiar, tais como lavar roupa. As refeições eram compostas pelos peixes que eram pescados pelos manifestantes ou raramente por pacas que eram caçadas na própria ilha que ocupavam. Além disso, havia arroz, farinha, pão e algumas vezes havia feijão e outras carnes (frango e bovina). À exceção do peixe e da paca, todo o restante da alimentação era fornecida pela Colônia de Pescadores de Altamira e principalmente pelo MXVPS, que cediam também combustível para os pescadores se movimentarem nas articulações políticas para fortalecer a manifestação. Ambas as entidades prestaram importante apoio durante este processo, tanto financeiro, quanto político⁵⁰.

Os pescadores que lideravam e participavam das ocupações, além de estarem em número reduzido para uma manifestação de grandes proporções, não possuíam “experiência em manifestações políticas”, bem como não possuíam dinheiro para se manter, considerando que iriam reduzir sua escala de trabalho na pesca para se dedicarem às manifestações. Dessa forma, a aliança com a Colônia de Pescadores de Altamira, entidade que oficialmente os representava, e com o MXVPS era estratégica. A aliança era importante também para as duas entidades, que enxergavam nos pescadores que se mobilizavam oportunidades para alcançar seus respectivos objetivos. Enquanto os pescadores que organizavam as ocupações queriam protestar contra os impactos que estavam sofrendo em suas atividades, a Colônia de Pescadores possuía uma pauta bem específica relacionada ao assunto: entrar com ações na justiça solicitando indenizações financeiras para os pescadores, devido aos danos causados pela construção da usina. Por sua vez, o MXVPS, completamente contrário à construção de Belo Monte e possuindo como um objetivo claro parar sua construção, via o momento como essencial para impedir a conclusão da barragem provisória do rio Xingu (ensecadeiras), que impediriam a livre navegação das embarcações e aumentariam a dependência de todos que utilizam o rio em relação à Norte Energia, que construiria um mecanismo de transposição das embarcações.

Além dessa dependência, do aumento do impacto socioambiental e outras situações concretas provocadas pelo barramento completo do rio, o MXVPS enxergava este momento carregado também de um forte peso simbólico. Em nossa observação participante, não

⁵⁰ Boa parte desse “financiamento” era constituído por doações diretas de leitores do site e outros colaboradores para a conta utilizada pelo MXVPS, especialmente nessas ocasiões específicas de mobilizações. Os pedidos por doações eram públicos e abertos, com a publicação dos dados da conta bancária tanto no site do movimento, quanto nos perfis de redes sociais operados pelo mesmo. Um exemplo disso, pudemos ver em uma postagem no site do MXVPS do dia 09 de outubro de 2012: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/10/09/articulacao-inedita-de-indigenas-e-pescadores-promove-nova-ocupacao-de-belo-monte/>

constatamos conflitos entre o MXVPS e os pescadores que organizavam as ações, ao contrário, houve uma forte sinergia, com o apoio político, estratégico e financeiro do movimento e a disposição dos pescadores para dialogar, lutar por seus direitos e sair da invisibilidade a qual a Norte Energia tenta condicioná-los quando não os reconhece como impactados pela UHE Belo Monte. Com a Colônia de Pescadores de Altamira, o relacionamento foi mais complicado e tensionado, pois o auxílio foi essencialmente financeiro e em diversos momentos houve reclamações dos pescadores de que a Colônia necessitaria estar mais presente *in loco*, o qual segundo os mesmos seria o comportamento “esperado” de uma entidade representativa.

Como dissemos anteriormente, um dos principais objetivos das mobilizações as quais estamos nos referindo era culminar com uma ocupação de um dos canteiros de obra da UHE Belo Monte, mais especificamente o canteiro denominado de Sítio Pimental. Todavia, os pescadores sabiam que sem uma articulação com os indígenas seria inviável ocupar o canteiro por diversos motivos, os quais destacamos os seguintes: os pescadores que lideravam as ações possuíam pouca experiência em movimentos sociais e mobilizações do tipo; os membros do MXVPS, além de serem poucos em números absolutos, estavam proibidos por diversas ações impetradas pela Norte Energia (interdito proibitório) de fazerem mobilizações no interior e arredores dos canteiros, correndo o risco real de serem presos e multados em valores proibitivos caso descumprissem essas decisões judiciais; os indígenas possuem um *status* diferenciado no regime jurídico nacional, já que apenas os órgãos federais estão aptos a negociar com os mesmos, (ou reprimir) desde o Executivo (FUNAI, Ministério da Justiça, Polícia Federal, etc.) até o judiciário (Justiça Federal, Ministério Público Federal); Além disso, os indígenas já tinham experiência com ocupações, já tendo ocupado canteiros da UHE Belo Monte em outras oportunidades; Para completar, a repressão aos indígenas pelo governo é muito mais complexa, já que esses grupos possuem grande visibilidade nacional e internacional, ainda mais no caso de Belo Monte, que desde 1989 atrai holofotes das ONGs e da mídia internacional.

As articulações entre pescadores e indígenas tiveram a intermediação do MXVPS, que já tinha um contato histórico com diversas etnias da região e já haviam participado de algumas mobilizações juntos no passado. As reuniões foram marcadas por tensão, especialmente entre algumas lideranças indígenas e representantes do MXVPS, pois esses indígenas exigiam que apenas se aliariam às mobilizações e ocupação do canteiro, se não houvesse qualquer menção, faixa ou qualquer coisa que identificasse esse processo com o

MXVPS. Os indígenas eram em sua maioria da chamada “Rota do Iriri”, região que para a Norte Energia e seus estudos de impacto ambiental, não seria afetada pela obra. Eles se enxergavam como impactados e exigiam que a Norte Energia também os incluísse entre as ações mitigatórias do PBA (Plano Básico Ambiental), uma série de ações compensatórias determinadas pelo IBAMA para os grupos indígenas situados na região denominada Volta Grande do Xingu. Os pescadores e o MXVPS aceitaram as condições propostas pelos indígenas e planejaram conjuntamente a ocupação do canteiro do sítio Pimental para o dia 08 de outubro. O canteiro foi ocupado durante a noite por indígenas das etnias Xipaia, Kuruaia, Parakanã, Arara, Juruna e Assurini, quase todos oriundos de aldeias da “Rota do Iriri”, com a participação também de um pequeno grupo de pescadores (os que estavam na Ilha da Cotia) liderados por Cecílio Kaiapó. As obras do canteiro pararam e os trabalhadores foram dispensados pelo CCBM até que o canteiro fosse desocupado.

O canteiro permaneceu ocupado desde o dia 08 de outubro até o dia 17 de outubro, quando os indígenas entraram em acordo com a Norte Energia para deixar o canteiro. Apesar do fato de todos os atos e articulações iniciais terem partido do grupo de pescadores liderados por Cecílio Kayapó, a partir do momento em que o canteiro foi ocupado, percebemos claramente que os indígenas assumiram para si a liderança do processo, fazendo reiteradamente diversas exigências e condições para que permanecessem ali, bem como impondo algumas restrições aos pescadores e principalmente ao MXVPS. As etnias Xipaya e Curuaia se destacaram nesse processo e o principal interlocutor indígena era Léo Xipaia. Os pescadores e o MXVPS aceitavam em geral as condições e propostas dos indígenas, pelos motivos já explicitados em parágrafos anteriores. Em relação aos pescadores haviam basicamente duas propostas ou exigências feitas pelos indígenas e que foram aceitas e cumpridas: a primeira é a de que os pescadores dormiriam em local diferente dos indígenas; os primeiros permaneceriam alojados na Ilha da Cotia, enquanto os segundos ficariam alojados no próprio canteiro do sítio Pimental. A segunda é a de que em reuniões ou audiências, tanto internas (entre os próprios ocupantes, indígenas e pescadores) quanto externas (com a Norte Energia e autoridades governamentais), os pescadores deveriam ter apenas um interlocutor: Cecílio Kaiapó. Cecílio também era indígena, porém ele se definia como “desaldeado”, pois morava apenas com sua família e em local distante de sua aldeia; durante todo o processo, ele tomou pra si a identidade de pescador e em nenhum momento tergiversou sobre isso, exercendo uma liderança sobre os pescadores. Devido a essa dualidade (o fato de ser indígena e ao mesmo tempo se definir como pescador), Cecílio conseguiu

transitar pelos 2 grupos habilmente e provavelmente por isso foi o “eleito” pelos indígenas para ser o único pescador com direito à voz (além, obviamente, do fato de ser ele mesmo um indígena).

Para entender o porquê das exigências dos indígenas, precisamos compreender que a história de lutas dos dois grupos era bastante distinta e seus estágios eram bem diferentes, assim como as pautas. Os indígenas da Volta Grande do Xingu já eram aceitos enquanto impactados pela Norte Energia e estavam inclusos no PBA. Os indígenas da Rota Iriri (os que ocupavam o canteiro), não eram vistos pela Norte Energia enquanto impactados, mas eles se enxergavam dessa forma e vinham lutando desde o início da obra para serem reconhecidos, tendo inclusive participado ativamente de outras ocupações e reuniões, o que lhes rendeu algumas “ações sociais” da Norte Energia, os quais consideravam migalhas, já que eram espaçadas e aquém do esperado. Sua luta estava em um “estágio mais avançado” e acreditavam haver possibilidade de serem inclusos no PBA. Já os pescadores estavam em um momento oposto, sua luta estava em “estágio inicial”, pois desde o EIA-RIMA e depois do início da obra, nunca foram reconhecidos enquanto impactados pela UHE e jamais haviam tido sequer uma reunião com a Norte Energia; a possibilidade de serem inclusos em algum plano de compensação ou indenização mostrava-se bem remota naquele momento, mas eles queriam ser enxergados pela Norte Energia, mas também pelos governos, pela sociedade e pela mídia como um grupo fortemente impactado em suas atividades.

Para além dessas “restrições”, a relação entre indígenas e pescadores foi respeitosa durante o período de ocupação. Porém, ao mesmo tempo, percebíamos que haviam barreiras e as relações eram marcadas por um distanciamento.

A relação entre os indígenas e o MXVPS era mais tensa, como já afirmamos anteriormente, especialmente por parte dos indígenas. Eles impuseram condições bem claras em relação a participação e auxílio do movimento: a proibição de faixas e cartazes que remetesse ao MXVPS e a proibição de que qualquer integrante do movimento falasse enquanto liderança ou interlocutor daquele processo político. Como já dissemos também, o MXVPS aceitou as condições, pois enxergava o momento como crucial e estratégico para que a obra fosse parada. Assim como nas ocupações dos pescadores nas ilhas, a ocupação do canteiro também tinha participação significativa do MXVPS, apesar do mesmo não ter liderado ou protagonizado nenhuma dessas mobilizações, contribuiu tanto financeiramente (a alimentação dos indígenas, por exemplo, era toda financiada pelo movimento), quanto politicamente (principalmente para os pescadores). A diferença era que, com os indígenas,

essa atuação política do MXVPS tinha que ser mais “velada”, devido à rejeição que os mesmos apresentavam em relação ao movimento.

Durante este processo, e como parte da observação participante, conversei informalmente com diversas pessoas com o objetivo de entender as motivações dessas exigências dos indígenas em relação ao MXVPS, bem como as rusgas que derivavam dessas exigências. No geral, posso dizer que encontrei três visões distintas sobre essa relação entre os indígenas da Rota Iriri e o MXVPS: 1) a visão presente nos discursos e conversas com integrantes do MXVPS; 2) a visão presente nos discursos dos indígenas; 3) a visão presente nas conversas com outros ativistas envolvidos no processo, alguns deles integrantes de entidades que fazem parte da rede que constitui o MXVPS. Nos parágrafos seguintes, abordarei essas três visões distintas.

Na visão de integrantes do MXVPS, haviam várias motivações que explicavam as exigências dos indígenas, dos quais destacamos quatro razões, os quais abordaremos numerando-as apenas para fins didáticos, sem qualquer sentido entre numeração e cronologia ou numeração e importância:

1) A cooptação de lideranças indígenas por parte da Norte Energia. Este era um discurso bastante presente entre os integrantes do MXVPS, que afirmavam que a Norte Energia cooptava indígenas da Volta Grande do Xingu e da Rota Iriri, oferecendo dinheiro e promessas de melhoria nas aldeias;

2) Desqualificação do MXVPS feita por funcionários da Norte Energia e imprensa. De acordo com o MXVPS, a Norte Energia fazia um forte esquema de propagação de informações contra o movimento, empreendido presencialmente nas aldeias pelos funcionários da empresa, bem como através de pagamento para empresas locais de comunicação divulgarem informações que desqualificavam o movimento;

3) A criminalização dos movimentos sociais da região, que nesse momento atingia fortemente o MXVPS, empreendida por meio do executivo e pelo judiciário. O fato de haverem várias ações na justiça acusando integrantes do movimento de diversos crimes, especialmente relacionados a ocupações e depredações de patrimônio, prejudicava a aproximação do MXVPS com os indígenas, já que os últimos não queriam ser relacionados com esses supostos crimes;

4) Pressão da Norte Energia sobre os indígenas, colocando exigências para que as condicionantes impostas pelo IBAMA na Licença Prévia e de Instalação e as ações de mitigação previstas no PBA fossem cumpridas. De acordo com integrantes do MXVPS,

uma das exigências para toda negociação entre indígenas e Norte Energia era o distanciamento dos mesmos em relação ao MXVPS. Essa exigência se expandia também para as ações que já estavam em desenvolvimento, pois a Norte Energia ameaçava “cortar” suas “contribuições” caso qualquer etnia ou mesmo aldeia se unisse ou associasse com o MXVPS em suas reivindicações. Os que em algum momento descumpriam essa orientação, sofreriam ameaças pela empresa, de acordo com o movimento.

A visão presente no discurso dos indígenas (especialmente a das lideranças Xipaia e Kuruaia) era bastante distinta da apresentada no parágrafo anterior e normalmente focava em uma única direção. Para estes, o MXVPS “se aproveitava” das mobilizações empreendidas pelos indígenas, tomando para si um suposto protagonismo nesses processos e com isso angariava os bônus políticos advindos dessas ações, ganhando reconhecimento.

Ouvimos críticas também às ações dos Munduruku durante o Xingu +23, especialmente a ação que culminou com a destruição dos escritórios da Norte Energia situados em frente à comunidade de Santo Antônio, município de Vitória do Xingu. Acusavam o MXVPS de serem os responsáveis pela vinda dos Munduruku, sem que tivessem consultado os grupos indígenas locais para isso (os Munduruku estão concentrados entre os rios Tapajós e Teles Pires). De acordo com os indígenas, até aquele momento eles ainda sofriam as consequências negativas dessa ação, especialmente em suas negociações com a Norte Energia. As rugas eram tão visíveis que em determinado momento os indígenas chegaram a questionar até uma nota do MXVPS em que o mesmo criticava a utilização ostensiva de armas de fogo pela Polícia Federal durante as audiências realizadas dentro do próprio canteiro. Alegavam que o MXVPS estaria descumprindo o acordo de não “aparecer” na mobilização.

A terceira visão sobre a situação, a qual percebemos em conversas com outros ativistas envolvidos no processo, compactua com vários dos motivos apresentados pelo MXVPS, mas acrescenta uma outra causa que seria tão importante quanto a cooptação das lideranças indígenas, a criminalização do movimento e as pressões empreendidas pela Norte Energia: a falha na formação política e atuação de base do MXVPS. De acordo com essas pessoas, por diversos motivos, o MXVPS não vem conseguindo ter uma boa atuação de base junto aos “atingidos” por Belo Monte, especialmente em relação aos indígenas e os atingidos da área urbana de Altamira. Se não podemos esquecer dos já supracitados motivos “externos” (cooptação, repressão, coerção, criminalização, etc.) que influenciariam para esta deficiência na atuação de base, existiriam também vários motivos “internos”, que iriam desde a escassez

de integrantes na atuação cotidiana do movimento, até a ruptura e desmembramento do MXVPS com diversas entidades e movimentos locais, ocorrida no ano de 2009 e acirrada desde o início das obras em 2011.

Assim que o canteiro do sítio Pimental foi ocupado, a Norte Energia começou a tomar as providências jurídicas para retirar os manifestantes do canteiro e possibilitar o retorno da obra. Enquanto a solicitação de reintegração de posse não era avaliada pelas autoridades judiciais, a empresa contou com o apoio ostensivo da Polícia Militar para intimidar os manifestantes através do sobrevoo constante de um helicóptero, comprado pela própria empresa para a polícia para atender algumas contrapartidas na área de segurança pública, o qual era utilizado para fotografar os manifestantes ao mesmo tempo em que exibia suas armas pela janela do mesmo. A primeira decisão judicial saiu na quarta-feira, dia 10 de outubro, e a decisão negava o pedido de despejo da Norte Energia e CCBM e previa um prazo de 48 horas para que as partes entrassem em acordo, com intermediação da FUNAI e Polícia Federal, caso contrário seria feita uma nova avaliação pelo juiz, o qual decidiria se seria cedida a reintegração de posse.

Houve uma reunião no interior do canteiro, como sempre foi a exigência dos manifestantes indígenas e pescadores, ainda no dia 10 de outubro. Participaram da reunião, além dos manifestantes indígenas e pescadores, um representante da Norte Energia, dois delegados da Polícia Federal e a coordenadora regional da FUNAI. Durante a reunião foram apresentadas as pautas de indígenas e pescadores em separado. As pautas de ambos eram distintas uma da outra, diversificadas e extensas. O motivo das distinções já foi explicitado em parágrafos anteriores, mas reforçamos agora: a diferença nos órgãos governamentais a quem os dois grupos deveriam se dirigir; a luta histórica dos indígenas que de alguma forma eram reconhecidos como impactados pela empresa, enquanto os pescadores ainda lutavam por esse reconhecimento. Acreditamos ser importante delimitar neste espaço quais eram as pautas de cada grupo e assim o faremos nos parágrafos seguintes.

A pauta dos indígenas eram: demarcação das terras indígenas de acordo com o previsto nas condicionantes do licenciamento de Belo Monte; desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca; Monitoramento territorial; Infraestrutura e saneamento básico para as comunidades indígenas; construção de escolas com ensino diferenciado nas comunidades indígenas; postos de vigilância para as comunidades; pistas de pouso nas comunidades; farmácias nas comunidades; estruturação das associações das comunidades indígenas conforme requerido no ofício 7 de outubro de 2012; julgamento de todas as Ações Cíveis

Públicas do MPF; julgamento da ação sobre oitiva indígena pelo STF; regulamentação da questão das oitivas indígenas (convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho) e realização da mesma em todas as comunidades indígenas afetadas direta e indiretamente por Belo Monte; cumprimento de todos os acordos já firmados com todas as aldeias; e cumprimento das demais condicionantes indígenas não presentes na carta⁵¹.

A pauta dos pescadores, apresentada em conjunto com ribeirinhos e agricultores que àquele momento já participavam da ocupação, era: o direito de pescar e andar livremente no rio; inclusão das ilhas e da margem do rio Xingu como área de subsistência e territórios dos povos tradicionais; um fundo emergencial para as famílias que dependem do rio Xingu no valor de 3 mil reais/mês, com reajuste, do início das obras até seu término; reassentamento das famílias que moram nos bairros atingidos na cidade, respeitando a lei habitacional; trocar as embarcações de ribeirinhos e pescadores por outras mais potentes, que resistam à transposição; participação em 10% do lucro da energia produzida no rio Xingu; e presença do presidente do IBAMA para negociação com o setor.

No mesmo dia, os manifestantes produziram uma declaração, que também foi lida durante a reunião, com a finalidade de se comunicarem com o grande público e se defenderem das tentativas de criminalização e ameaças que estavam sendo empreendidas pela Norte Energia. Segue abaixo a íntegra da declaração:

⁵¹ As demandas foram apresentadas em documento lido na hora da reunião para as autoridades, o qual tive acesso após a reunião. O site do MXVPS também traz informações sobre as pautas de indígenas e pescadores: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/10/10/funai-vai-a-acampamento-apos-ordem-da-justica-e-recebe-demandas-dos-manifestantes/>

Declaração dos povos acampados na enseadeira Pimental

Nós, das comunidades tradicionais atingidas pela UHE de Belo Monte, entre eles: indígenas da rota Iriri/Xingu, indígenas citadinos, indígenas ribeirinhos não aldeados, pescadores, agricultores, ribeirinhos, garimpeiros, pilotos de voadeira, e extrativistas declaramos que:

1. Por conta das violações repetidas de direitos dos povos supracitados, no dia 8 de outubro de 2012 a enseadeira de pimental foi ocupada e as obras paralisadas. Tal ação foi seguida de 24 dias de um acampamento de resistência próximo à obra

2. A manifestação é pacífica e tem por objetivo a busca pelo respeito aos direitos dos povos impactados direta e indiretamente pela hidrelétrica de Belo Monte, e o cumprimento das condicionantes, ações emergenciais e acordos já firmados

3. Em nenhum momento houve de nossa parte nenhum ato de agressão e/ou depredação do patrimônio da empresa, como declarou a Norte Energia. Ao contrário, a empresa é quem está violentando o rio Xingu e os nossos direitos através da construção desta usina já declarada ilegal pelos desembargadores da quinta turma do TRF1, além de estar fazendo ameaças via telefone e coação através do corte de água potável e eletricidade

4. Nenhum manifestante irá se retirar da enseadeira de Pimental até que todas as demandas dos diferentes segmentos seja de fato cumpridas e/ou iniciadas

5. Qualquer situação e/ou consequência violenta que possa vir a ocorrer será de responsabilidade inteira do governo federal e da Justiça brasileira, que têm continuamente violado e ignorado as violações sofridas pelas populações tradicionais do Xingu, atingidas direta e indiretamente pela hidrelétrica de Belo Monte.

Por ser verdade, assinam:

Indígenas da rota Iriri/Xingu, Indígenas citadinos, Indígenas ribeirinhos não aldeados, Pescadores, Agricultores, Ribeirinhos, Garimpeiros, Pilotos de voadeira, Extrativistas.

Durante a reunião do dia 10 de outubro, o representante da Norte Energia rebateu vários discursos referentes às pautas e exigências, mas disse que aceitava se reunir com os dois grupos, com a condição de que o canteiro fosse desocupado imediatamente e que a reunião fosse realizada em Altamira. Não houve acordo, pois os manifestantes exigiam que todas as reuniões e audiências fossem realizadas dentro do canteiro, alegando já terem sido ludibriados em reuniões realizadas em Altamira. Afirmavam também constantemente que só sairiam do canteiro se suas pautas fossem completamente atendidas. A reunião encerrou sem acordo e no dia 12 (prazo de 48 horas) haveria uma decisão do juiz sobre o pedido de despejo proposto pela empresa. A decisão seria embasada em pareceres da FUNAI e do MPF sobre a reunião e as reivindicações dos manifestantes.

Na sexta-feira de manhã, dia 12 de outubro, o prazo para a decisão judicial se encerrou, mas não se sabiam quaisquer informações sobre qual seria ou qual teria sido a decisão. Por isso, muitos boatos distintos se espalharam ao longo do dia, que iam desde uma suposta reintegração de posse, até uma possibilidade de audiência no canteiro. O que se sabia era que, mesmo que a decisão fosse pela reintegração, esta não seria imediata porque era preciso que houvesse a notificação dos manifestantes por um oficial de justiça que informaria da decisão. No início da tarde, advogados de entidades parceiras do MXVPS tiveram acesso a parte da decisão do juiz: ele determinava que o oficial de justiça entregasse a notificação no canteiro com a presença de Policiais Federais, mas diante do relatado pela FUNAI e MPF, exigia que a PF adentrasse o canteiro sem armas letais, pois não havia risco de violência por parte dos manifestantes e se houvesse um confronto entre PF e manifestantes, este resultaria em uma grande tragédia já que o aparato era amplamente desproporcional. No fim da tarde chegou o oficial de justiça e o que se percebeu é que as solicitações do Juiz não foram cumpridas: o oficial chegou acompanhado de policiais fortemente armados, o que provocou uma tensão por alguns minutos, já que alguns indígenas interpretaram esta atitude como uma provocação (**Fotografia 19**).

Fotografia 199 - Oficial de Justiça chega acompanhado de policiais federais ao canteiro



Fonte: Lunaé Parracho (2012).

Depois de negociação, ficou decidido que apenas um policial acompanharia o oficial até a tenda em que eram realizadas as reuniões, enquanto os outros ficariam observando de longe. Antes do início da informação que seria dada pelo oficial, outras autoridades chegaram ao local para acompanhar o processo: a coordenadora regional da FUNAI; uma procuradora do MPF; uma procuradora do INCRA (representando a FUNAI). O oficial informou aos presentes que o juiz havia lido os pareceres de FUNAI e MPF, bem como se reunido com

membros da diretoria da Norte Energia. Após esses procedimentos, tomou sua decisão, que era a seguinte: haveria uma audiência oficial de conciliação no interior do canteiro, com a presença de um membro da diretoria da Norte Energia com poder decisório; presença também da Funai e a mediação da audiência seria realizada pelo MPF. Porém, havia uma condição para que essa audiência ocorresse: os manifestantes teriam que desocupar o canteiro em um prazo de 24 horas, para que fosse construída uma infraestrutura que viabilizasse a reunião com um mínimo de conforto para todas as partes envolvidas.

Os manifestantes acenaram com a intenção de cumprir a decisão, mas apresentaram uma contraproposta para que o oficial de justiça levasse ao juiz: permaneceriam no canteiro, mas em outra área do mesmo, mais precisamente nos alojamentos dos trabalhadores do CCBM, enquanto a estrutura para a audiência era montada e se comprometiam a não violar o patrimônio da empresa e não interferir nesse processo de construção, já que era de interesse deles que a audiência ocorresse ali. O oficial garantiu que levaria a proposta ao juiz, mas reiterou que na decisão judicial estava claro que os manifestantes teriam que sair do canteiro em 24 horas e, por isso, ele não podia garantir que a proposta seria aceita.

A proposta de utilização dos alojamentos de trabalhadores foi negada pela Norte Energia, o que gerou insegurança quanto à realização da audiência de conciliação, mas os indígenas não saíram do canteiro (nem os pescadores saíram da ilha da Cotia). Diante das incertezas e da ausência de respostas, os manifestantes publicaram uma nota no sábado dia 13 de outubro, a qual segue abaixo na íntegra:

Nós, das comunidades tradicionais e indígenas atingidas pela UHE de Belo Monte acampadas no sítio Pimental, declaramos que:

1. Responsabilizamos o governo federal, o BNDES e a Norte Energia por nossa atitude em acampar no sítio pimental e responsabilizamos os mesmos pela total falta de responsabilidade na construção da UHE de Belo Monte e violação contínua de direitos que são hoje motivos de 15 ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público Federal e 2 ações internacionais.

2. Apesar da pressão e intimidação da NESÁ para que percamos o bom senso, nós temos a certeza absoluta de que existe justiça e ela estará do nosso lado, pois este movimento é pacífico e nossas demandas legítimas.

3. Nossa intenção não é impedir o desenvolvimento do Brasil, mas fazer entender que desenvolvimento deve sempre acontecer com responsabilidade socioambiental.

4. Exigimos a presença do IBAMA, FUNAI Brasília, MPF, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Pará, Presidente da NESÁ e de um representante do governo federal para construirmos em conjunto um diálogo verdadeiro que vise a solução dos problemas que hoje vivenciamos.

Assinados comunidades indígenas e tradicionais acampadas no sítio pimental.

No dia 15 de outubro, diante da negativa da Norte Energia em ceder alojamento para os ocupantes, bem como sua insistência na ação de reintegração, foi publicada nova decisão judicial que mais uma vez negava o pedido de reintegração de posse e marcava as audiências de conciliação no interior ou proximidades do canteiro Pimental, nos dias 16 e 17 de outubro. O juiz determinou alguns parâmetros e diretrizes para que as audiências ocorressem, especialmente quanto a quem deveriam ser os integrantes da mesma: a audiência de terça-feira (16 de outubro) deveria ser presidida pela Procuradoria Federal da FUNAI, ou procurador federal por ela designado; também integrariam a referida audiência um funcionário da FUNAI de Altamira-PA, especialista em assuntos indígenas; um servidor do IBAMA, lotado no escritório em Altamira, para prover assessoramento de assuntos ambientais; dois representantes da Norte Energia, um com poderes administrativos e financeiros, e outro funcionário da mesma Empresa, ligado à Gerência de Assuntos Indígenas; e a Defensoria Pública do Estado do Pará em Altamira. As audiências ocorreram nas datas previstas, dias 16 e 17 de outubro de 2012, e foram divididas entre a audiência indígena e a dos pescadores, na qual o outro grupo não podia assistir a reunião. Uma advogada da SDDH (Sociedade Paraense de defesa dos Direitos Humanos) foi impedida de acompanhar as

audiências, o que muitos consideraram uma atitude arbitrária, já que ela contava com a autorização dos dois grupos (pescadores e indígenas) para acompanhar o processo.

Do ponto de vista dos pescadores, a simples existência da audiência poderia ser considerada uma vitória já que pela primeira vez eram ouvidos pela própria empresa em uma reunião “oficial”. Todavia, além de não cumprirem nenhum ponto de pauta imediatamente, de acordo com os integrantes do MXVPS as audiências trouxeram poucos avanços além de promessas de cumprimento de alguns pontos de pauta num longo prazo e a marcação de novas reuniões entre as partes.

Para os pescadores, a situação foi mais complicada, pois a empresa continuava não reconhecendo o grupo como impactado, mas prometeu também outras reuniões para discutir essa questão⁵². Ao final das audiências, os manifestantes indígenas decidiram pela desocupação do canteiro, com a promessa de retornar caso as promessas não fossem cumpridas. Os pescadores acharam que no momento não teriam forças para continuarem sozinhos e por isso decidiram desocupar também.

⁵² Ata das audiências. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Ata-audiencia-conciliadora-17.10.12.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2013.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas considerações finais, abordamos quais análises fazemos a partir de nossas hipóteses de pesquisa, e se as mesmas foram de alguma forma validadas, refutadas ou parcialmente validadas. Como todo o nosso trabalho, estas questões foram analisadas a partir da bibliografia sobre o tema, bem como das entrevistas semi-estruturadas e da observação participante.

Abordamos também as características e o que acreditamos ser as especificidades do Movimento Xingu Vivo Para Sempre em relação a outros movimentos sociais. Por fim, falamos sobre as contribuições e limites de nossa pesquisa e quais as possibilidades para outros trabalhos que pretendam aprofundar determinadas temáticas e suprir possíveis lacunas da presente dissertação.

Na primeira hipótese de pesquisa, afirmamos: O papel e a força política do movimento social analisado no município de Altamira estão diretamente ligados à “estrutura de oportunidades” que permeia a região, marcada por uma histórica “frágil institucionalidade”. Em nossa visão, essa hipótese é considerada validada pois essa “frágil institucionalidade” é perceptível ainda atualmente, o que os movimentos sociais costumam denominar “ausência do Estado”. Um Estado que está presente com um forte aparato repressivo, ao mesmo tempo em que nega direitos constitucionais a partir dessa “frágil institucionalidade”. E é justamente esse processo que contribui tanto para a formação de um movimento social, quanto para seu destaque, sua manutenção.

Todavia, há diferenças entre a participação e atuação do MXVPS atualmente, com a atuação de seus precursores, como o MPST. Esta diferença é influenciada pelo próprio contexto histórico distinto em que ambos atuavam; enquanto o MPST funcionou como um catalisador dos movimentos sociais da região, construindo além de mobilizações e ações, uma agenda propositiva para o desenvolvimento da região da Transamazônica, em uma época de pessimismo em relação à região, o MXVPS atua em um momento bem distinto, no qual o governo federal com um alto índice de popularidade se apropriou de demandas históricas dos movimentos sociais gerando expectativas altas na população, para levar em frente um projeto que enfrentava forte resistência popular.

Um dos motivos para a permanência da margem de atuação do MXVPS é justamente a manutenção dessa “frágil institucionalidade” e o acirramento das contradições com a presença de um novo agente externo, a construção da UHE Belo Monte, que potencializou a demanda

por todos os serviços públicos, enquanto o Estado não acompanhou e essa demanda e não vem cumprindo suas promessas e expectativas da população. A diferença na atuação do MXVPS para o MPST é que o primeiro atua numa *conduta defensiva* (BERIAIN, 1996), representada pela obra de Belo Monte, o que leva o referido movimento a adotar uma postura mais denunciativa do que propositiva.

Na segunda hipótese de pesquisa, afirmamos: O Movimento Xingu Vivo Para Sempre possui como principal pauta um projeto amplo, uma alternativa de desenvolvimento oposta àquela que envolve a construção de grandes barragens e incentivo aos projetos minerais e agropecuários de larga escala. Acreditamos que essa hipótese foi refutada no presente trabalho, pois, não obstante os integrantes do movimento e as instituições que o compõe terem um discurso semelhante ao proposto na hipótese, o MXVPS se organiza a partir de uma *conduta defensiva* perante a expansão de projetos de construção de barragens na Amazônia, contexto no qual a UHE Belo Monte está inserida. Desta forma, sua principal pauta é parar Belo Monte e qualquer outra intenção de barragens no rio Xingu e na Amazônia, já que o mesmo se organiza em uma rede denominada *Aliança dos Rios Pan-Amazônicos*. Toda sua ação está pautada na persuasão, no enfrentamento e na denúncia, todos com o objetivo de parar a obra; nesse sentido há pouco espaço (e tempo) para proposições de alternativas.

Na terceira hipótese de pesquisa, afirmamos: As diversas entidades e associações que compõe o Movimento Xingu Vivo Para Sempre estão associadas historicamente direta ou indiretamente aos partidos políticos e estes influenciaram e ainda influenciam nos rumos e posicionamentos dessas referidas entidades. Esta hipótese foi validada parcialmente, pois as entidades que atualmente constituem o MXVPS não possuem relações aproximadas com nenhum partido. Pra dinâmica atual do MXVPS, o partidarismo exerce pouca influência nos rumos e nas decisões, apesar de o PSOL ser citado enquanto o único partido que apoia o movimento. Todavia, historicamente, desde os tempos de MPST, o PT exerce muita influência em diversas entidades da região, especialmente nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esta influência permanece atualmente e contribuiu para que houvesse um rompimento no MXVPS no ano de 2009, com a saída da FVPP, vários STRs e muitas outras entidades, a maioria dela com um forte diálogo político com o PT.

Ao longo de nosso trabalho, nos questionamos em diversos momentos se havia peculiaridades ou especificidades no MXVPS em relação a outros movimentos sociais discutidos em distintas obras. Consideramos este movimento uma rede, nos moldes propostos por Scherer-Warren (2005). O momento em que o movimento ganhou reconhecimento

nacional e até internacional, maior projeção, foi em um período em que passava por dificuldades de mobilização no plano local, processo que se iniciou em 2009 e foi acirrado com o início das obras. Essa projeção foi bastante influenciada pela entrada do MXVPS na web e a criação de uma série de campanhas que obtiveram boa repercussão; tal processo se tornou possível pela presença de profissionais de outros estados que já tinham experiência em comunicação, jornalismo ou ciberativismo. Desta forma, em seus principais veículos de comunicação e divulgação, o MXVPS continua dependendo de profissionais que não são da região, usualmente de São Paulo, o que o torna peculiar, já que seus membros e colaboradores externos se tornaram primordiais na divulgação.

Nesse sentido cremos que estudos mais aprofundados poderão ser feitos sobre a atuação do MXVPS na web, já que abordamos essa temática de forma geral, sem adentrar em todas as suas nuances. Dentre outras possibilidades de pesquisas, destacamos também a necessidade de estudos sobre as entidades e grupos que romperam com o MXVPS, para compreendermos outras versões e motivações para o ocorrido, bem como a complexidade dessas relações atualmente e em que sentido atuam os militantes desses grupos. Pra finalizar as sugestões de aprofundamento em possíveis lacunas que deixamos, acreditamos ser interessante uma pesquisa sobre o PDRS Xingu em todas as suas dimensões.

Esperamos com este trabalho ter contribuído para o debate sobre os movimentos sociais contemporâneos, bem como sobre a luta contra as barragens e as especificidades desses dois aspectos na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S.; CASTRO, E. **The process of transformation of rural areas into urban areas in Altamira and its representations**. [S.l.]: Instituto del Bien Común. Maio, 2005. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/8921.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.
- ALVES, J. M. Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistências dos movimentos sociais em Altamira-Pará-Belém. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS GT 3: Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural, 5., 2012, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2012.
- ANDRADE, L. M. M de; SANTOS, L. A. de O.(Org.). **As hidrelétricas do X e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão pró-indio, 1988.
- AZEVEDO, G. D. Os movimentos sociais e a democracia: o caso do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL. Eixo temático 3: movimentos sociais e gestão social na construção democrática 6., 2012, São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2012. p. 1-16.
- BARROS, T. A; RAVENA. Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA. GT- 5 Comunicação e sociedade civil, 4., 2011., Rio da Janeiro. **Anais...** Rio da Janeiro: UERJ, 2011, p. 1-20.
- BATISTA, L. S.; FOSHIERA, A. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por barragens: O caso do MAB/TO. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 10, p. 134-146, 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/1684>> Acesso em: 21. dez. 2013.
- BERIAIN, J. **La integración em las sociedades modernas**. Barcelona: Anthropos, 1996.
- BERMAN, C. O. projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA :UFPA, v. 15, n. 1, p.5-23, 2012.
- BLOEMER, N. M. A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do setor elétrico. In: BLOEMER, N. M.; REIS, M. J. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Editora UFSC, 2001. p.93-115.
- BRABO, I. **Sociedade civil de Altamira**: uma história de participação popular na política de meio ambiente. 2007. X f. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.
- BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **FVPP**: A história do movimento pelo desenvolvimento da transamazônica e xingu. Brasília, DF,2006.

BRITTO, R. C.; CASTRO, E. R.; MAGALHÃES, S. B. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG; UFPA, 1996.

CABALLERO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado em Venezuela: la nueva lógica de la participación local. **Espacio abierto**, v. 16, n.1, p. 135-162, 2007.

CARMO, R. L. do; JOHANSEN, I. C. Dengue e falta de infraestrutura urbana na Amazônia brasileira: o caso de Altamira. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v. 15, n. 1, p. 179-208, jun. 2012.

CARVALHO, G. Grandes projetos de infraestrutura, conflitos e violação de direitos na pan-amazônia. **Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales**. ano 2, n.2, ago. 2012.

CASTRO, E. M. R (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, S. **The process of transformation of rural areas into urban areas in Altamira and its representation**. Lima: Instituto del Bien Común, 2006.

CASTRO, E. M. R.; FREIRE, J. **Gênero e água**: movimento de mulheres em Altamira. Belém: Rede REBRIP, 2003.

CASTRO, E. M. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. **Dinâmica do desmatamento na Amazônia**: Atores e Relações sociais nas “novas” fronteiras. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003.

CASTRO, E. M. R. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v.10, n.2, p.105-126, dez. 2007.

CASTRO, E. M. R. ; RODRIGUES, G. ; FREIRE, J. **As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental**. 1. ed. Rio de Janeiro: EQUIt, 2004.

CATULLO, M. R. Centralismo, poder regional y participación: la ciudad *de Federación*; Entre Ríos, Argentina. In: BLOEMER, N. M.; REIS, M. J. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Editora UFSC, 2001. p. 167-194.

CHAV, M. P. S.; BARROS, J. F.; FABRÉ, N. N. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. **Achegas**, n. 37, 2008. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf>. Acesso: 21 dez. 2013.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

COELHO, M. C. N., GARCIA, T. C., MIRANDA, E., WANDERLEY, L. J. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v.13, n.2, p.83-102, dez. 2010.

CORRÊA, S. R. M. O Movimentos dos Atingidos por Barragens na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 12, n. 15, p. 34-65, jul-dez. 2009.

COUTO, R. C. S. Saúde e Projetos de Desenvolvimento na Amazônia. O caso das Hidrelétricas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, p. 205-215, 2000.

CUNHA, N. S. P.; CAMPODONICO, T. R. A criminalização dos movimentos sociais: um atentado contra a democracia?. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA.1, 1 e 3, 2010, Florianópolis. **Anais ...Florianópolis**: UFSC, 2010, p. 261-274.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**. Curitiba, n. 24. p. 213-225, 2004.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, CA, v. 30, p. 285-317, 2001.

FEARNSIDE, P. M. Gases de efeito estufa no EIA-RIMA da hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, v.14, n.1, p.5-19, jun. 2011.

FEARNSIDE, P. M. et al. O futuro da Amazônia: modelos para prever as consequências da infraestrutura futura nos planos plurianuais. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v.15, n.1, p. 25-52, jun. 2012.

FEARNSIDE, P. M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v. 12, n. 3, p. 5-56, dez. 2009.

FRANCISCO, A. de. **Sociología y cambio social**. Barcelona: Ariel, 1997.

GARDNER K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M; HAUGERUD, A. (Ed.). **Anthropology, development and the post-modern challenge**. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GHILARDI JR., Rubens. **Sustentabilidade de grandes barragens**: adequação das recomendações da Comissão Mundial de Barragens ao planejamento de hidrelétricas no Brasil e ao projeto hidrelétrico de Belo Monte. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 23-64.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HALL, Michael. História Oral: os riscos da inocência. In: _____. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do patrimônio histórico, 1992.

HÉBETTE, J. (Org.) **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1991.

HERNANDEZ, F. M.; MAGALHÃES, S. B. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010, p. 1-29.

HERCULANO, S. C. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: HERCULANO, S. C. (Org.) **Meio ambiente**: questões conceituais. Niterói: UFF; Riocor, 2000.

JACOBI, P. R.; SOUZA, A. N. Hidrelétricas na Amazônia: conflitos de interesses e perspectivas. In: REDE WATERLAT CONFERÊNCIA INTERNACIONAL., 2010, São Paulo. **Anais** São Paulo: 2010.

LAVERDI, R. Natureza, cultura e política: lutas e resignificações de atingidos pelas hidrelétricas do “complexo do rio madeira” em Porto Velho (RO). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2010

LERBACH, B. C. Uma revisão dos percursos teóricos e práticos dos movimentos sociais. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 51-65, 2011.

LING, O. G. Civil society and the urban environment. In: TAKASHI, I; NEWMAN, E; PAOLETTO, G. **Cities and the environment**: new approaches for eco-societies. Tokyo: UM University Press, 1999. p. 105-126.

MAGALHÃES, S. B. Exemplo Tucuruí: uma política de relocação em contexto. IN: SANTOS, L. A. de; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p. 111-120.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MALFATTI, S.A. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del Rei, n. 6, p. 217-228, 2011.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo social - revista de sociologia da USP**, v. 1, n. 1, p. 131-148, 1989.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 01-10. 1 CD.

MXVPS. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/27/2673/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MARTIN, A. M. A água não é violenta, violenta é a barragem: projetos hidrelétricos e os movimentos sociais no alto Paraná. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 10., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 13. Três Lagoas. **Anais...** Três Lagoas, 2010. v. 01. p. 176-188.

McADAM, D; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Ação coletiva e seus intérpretes. As perspectivas teóricas de Charles Tilly e Mancur Olson. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2007, São Leopoldo. **Anais** São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-9.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Fronteiras de um mesmo diálogo: Edward Thompson e Charles Tilly. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2009. Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: UFC, 2009, p. 1-9.

MINGIONE, E. **Las sociedades fragmentadas**: una *sociología de la vida económica más Allá Del paradigma del mercado*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

MOREIRA, E. S. S. **Movimento social amazônico em defesa de territórios e modos de vida rurais**: estudo sociológico no baixo xingu. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O que fazer quando uma hidrelétrica “bate à sua porta”? : ONGs e movimentos sociais. 2008. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/guia/LeiaMais_ONGseMovimentosSociais.pdf> . Acesso em: 21 dez. 2013.

NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. 2. ed. Campinas: Associação Brasileira d estudos populacionais - ABEP, 2004.

NASCIMENTO, S. M. do. **Usina hidrelétrica de Belo Monte**: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, 2009.

OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.

PAIVA, A. **Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu**: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira - Oeste do Pará. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PALHETA, R. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena**: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PEREIRA, Marcus. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011. **Anais...** 2011. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2013.

PIMENTEL, S.K. Cosmopolítica kaiowá e guarani: uma crítica ameríndia ao agronegócio. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 134-150, jul-dez. 2012.

RAVENA, N.; TEIXEIRA, E. F. Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos. **Ponto de Vista**, n.o 10, out. 2010.

RIECHMANN, J.; BUEY, F. F. **Redes que dan libertad**: introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Ediciones Paidós, 1994.

RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro do mídia independente. In: SEMINÁRIO INTERNO DO GRUPO DE PESQUISA EM CIBERCIDADES, 1., 2003, Salvador. **Anais...** 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

ROCHA, G. S.; SOARES, V. O. Resistência e participação dos movimentos sociais na construção de grandes barragens no Nordeste. In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 8., SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, 10., 2011, Vitória da Conquista. **Anais** Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/7e.pdf>> Acesso em: 21. dez. 2013.

ROSA FILHO, D. S.; VIDAL, J. P. Desafio de uma nova gestão pública para o desenvolvimento dos municípios do Pará. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v.14, n. 2, p. 171-196, dez. 2011.

RUSCHEINSKY, A. **Nexo entre atores sociais**: movimentos sociais e partidos políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 6, 1998. p. 73-112.

SANTOS, R. I. dos. **Território em movimento, gestão participativa e desenvolvimento local**: Vitória do Xingu (PA) em foco. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso, (Especialização em Administração), Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

SANTOS, S. C. dos. As hidrelétricas, os índios e o direito. In: BLOEMER, N.; REIS, M. J. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 19-35.

SANTOYO, M. J. Antropólogos, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A; RUBEN, G. R.; DEBERT, G. G. (Org.) **Desenvolvimento e direitos humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 69-79.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p.7-26.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SCHITTINI, G.M. **Políticas públicas, conservação, e movimentos sociais em uma área de expansão de fronteira**: a criação de unidades de conservação no âmbito do plano BR163 sustentável. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

SCHOLZ, I. et al. **Sociedade civil e políticas públicas na Amazônia**: os casos da barragem de Belo Monte e BR-163. Bonn: Instituto Alemão de Desenvolvimento, 2004.

SILVA, A. M. Belo Monte: o antagonismo do progresso. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais** Salvador: UFBA, 2011, p. 1-16.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 131-138, dez. 2009. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/03/16/1268760942.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

STATCOUNTER . mar./out. 2009, 2013. Disponível em:< <http://gs.statcounter.com>. Aceso em: 2 mar. 2013

STEINBRENNER, R. **Rádios comunitárias na Transamazônica**: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiatização periférica. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza editorial, 1997.

TOURAINÉ, A. **De La mañana de los regímenes nacional-populares a la víspera de los movimientos sociales**. Guadalajara: LASA Forum, 1997.

TOURAINÉ, A. **O Retorno do Actor**: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

THOMSON, A. **Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História, São Paulo: PUC, n.15, 1997.

TONI, F. **Governança ambiental e desenvolvimento territorial rural na fronteira agrícola**: o papel das redes de movimentos sociais na Região da Transamazônica, 2011. Disponível em: <<http://nuevo.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0535-005196-reacaoasintesetrujillo.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

TWBIRTHDAY. Disponível em: <<http://twbirthday.com/>> Acesso em: 23 dez. 2013.

VIDAL, J. P. **Movimientos sociales e hidroeléctrica de Belo Monte** (Amazonia occidental brasileira). Belém: NAEA; UFPA, 2012.

_____. Institucionalismo y desarrollo sostenible en la Amazonia. La central hidroeléctrica en el Río Xingu. **Revista Internacional de Sostenibilidad, Tecnología y Humanismo**, Barcelona, n. 5, 2010, p. 83-105.

_____. Atores coletivos como agentes de mudança social na Amazônia. **Paper**, n. 205, Belém: NAEA, 2006.

_____. Acción gubernamental e institucionalismo em la Amazonia brasileña. El conflicto entorno a las infraestructuras hidroeléctricas. **Estudios Sociales Numero Especial**, v. 18, n. 36, mar. 2010.

_____. Educación, movimientos sociales y la búsqueda de la autofirmación cultural. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, 9., 2004, Belém. **Anais...** Belém: UNAMA, 2004. p. 1-29.

_____. El model sistèmic de C. Offe i J. Habermas. Elements per a l'estudi analític i comparatiu dels moviments socials, **Perspectiva Social**, Barcelona, n. 39. 1997.

_____. A dialética entre o “sistema” e o “mundo de vida” na biogeografia urbana. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA: UFPA, v.12, n. 2, p.217-240, dez. 2009.

VOLANIN, L. **Poder e mídia**: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

XINGUVIVO. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/11/belo-monte-e-a-palavra-do-presidente/>>. Acesso em: 21 dez. 2013

_____. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/25/pescadores-continuam-acampados-em-protesto-contrabelo-monte>>. Acesso em: 21 dez. 2013

_____. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2013/10/19/aterro-de-reassentamento-da-norte-energia-desmorona-e-atinge-comunidade/>> Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Ata-audiencia-conciliadora-17.10.12.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2013.

WALDMAN, M. Ecologia e movimentos sociais: breve fundamentação. In: VIANNA, A. (Org.) **Hidrelétricas, ecologia e progresso**. Rio de Janeiro: Cedi, 1990. p. 35-44.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.